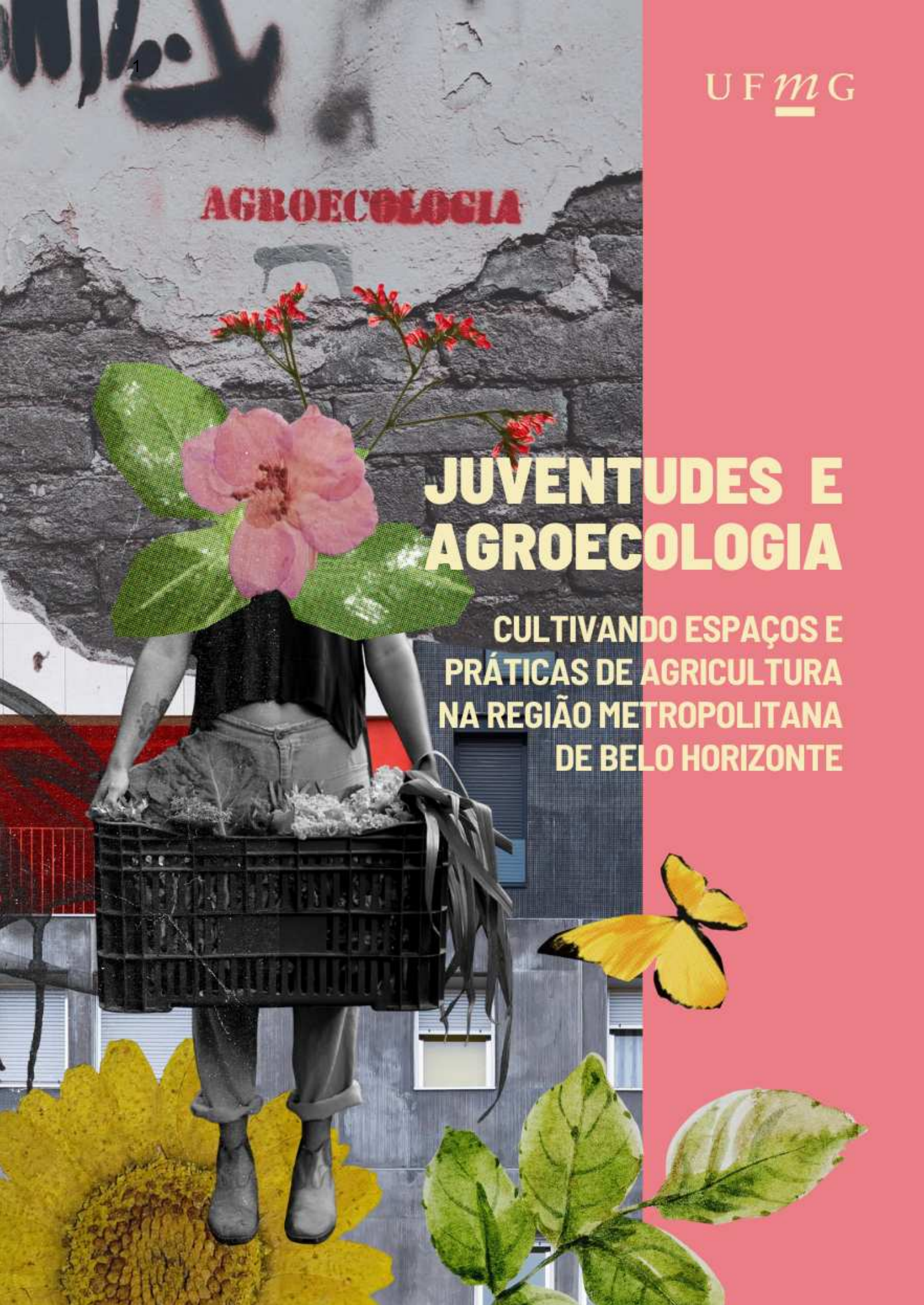


AGROECOLOGIA

JUVENTUDES E AGROECOLOGIA

CULTIVANDO ESPAÇOS E
PRÁTICAS DE AGRICULTURA
NA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Ghiulia Cabral Martins

**JUVENTUDES E AGROECOLOGIA: cultivando espaços e práticas de agricultura na
Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2023

Ghiulia Cabral Martins

**JUVENTUDES E AGROECOLOGIA: cultivando espaços e práticas de agricultura na
Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço.

Linha de pesquisa: Produção do espaço, ecologia, política, cultura, educação em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa

Belo Horizonte
2023

M386j
2023

Martins, Ghiulia Cabral.

Juventudes e agroecologia [manuscrito] : cultivando espaços e práticas de agricultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte / Ghiulia Cabral Martins. – 2023.

161 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloísa Soares de Moura Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 150-159.

Inclui apêndice.

1. Ecologia agrícola – Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Agricultura urbana – Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Juventude – Teses. 4. Periferias urbanas – Teses. 5. Espaço urbano – Teses. I. Costa, Heloísa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 631:577.4(815.1):711.14



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"JUVENTUDES E AGROECOLOGIA: CULTIVANDO ESPAÇOS E PRÁTICAS DE AGRICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE"

GHIULIA CABRAL MARTINS

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 01 setembro de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Heloisa Soares de Moura Costa

IGC/UFMG

Klemens Augustinus Laschewski

IGC/UFMG

Elisa Guaraná de Castro

UFRRJ

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa**, Servidora aposentada, em 01/09/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Klemens Augustinus Laschewski**, Membro de comissão, em 01/09/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELISA GUARANA DE CASTRO**, Usuária Externa, em 02/09/2023, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2531275** e o código CRC **C7F96A01**.

AGRADECIMENTOS

Às juventudes que me inspiraram e alimentaram com seus relatos este trabalho, pelos diálogos, trocas e contribuições.

Aos GTs de Juventudes da ANA e da ABA, por seguirmos juntos pensando e dialogando sobre as pautas das juventudes no movimento agroecológico.

À Heloísa, pela orientação, atenção e ensinamentos valiosos, indispensáveis para a realização deste trabalho e na minha formação como pesquisadora.

À minha mãe e avós, que muito admiro, por me apoiarem sempre.

Aos meus amigos, por sempre me acolherem. Em especial ao Victor, Jasmim e Yago, por todo suporte e carinho neste processo e na vida.

Ao Otávio, por seu amor, parceria, paciência e cuidado. Por sua leitura atenta desta pesquisa e todas suas contribuições durante essa jornada.

Ao AUÊ, que permitiu que eu me aproximasse e me apaixonasse com o que antes para mim era invisível. Comecei a integrar o grupo em meados de 2017, quando tinha 18 anos. Antes, não entendia tão profundamente sobre agroecologia e o movimento agroecológico, conhecia pouquíssimas experiências de agricultura em Belo Horizonte, mesmo morando nesta cidade desde que nasci. Entrar no grupo fez com que esse horizonte se expandisse completamente. Sempre me encantei pelas flores, hortaliças, frutíferas e ervas medicinais que minhas avós plantam, mas não sabia que isso era agroecologia, tampouco considerava seu valor político. Foi a partir do AUÊ que comecei a valorizar ainda mais essas práticas, trabalhar e pesquisar no campo que acredito, buscar a transformação na cidade em que vivo, consumir mais de pequenos produtores, ter uma alimentação mais saudável e perceber que o (re)encantamento e sensibilização das juventudes urbanas pela natureza, pela alimentação e pela produção de alimentos, por outros modos de vida, economias e participação social, pode ser possível.

Aos parceiros e parceiras da agroecologia e da agricultura urbana na RMBH, que seguem lutando para tornar este território mais justo e saudável.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo suporte financeiro à pesquisa.

RESUMO

Nos últimos anos, as juventudes têm ampliado sua participação política no movimento agroecológico nacional, resultando na estruturação de grupos e coletivos que buscam caminhos por territórios mais justos e sustentáveis. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), podemos encontrar iniciativas marcadas pelo protagonismo das juventudes e que apontam para a agroecologia enquanto ferramenta transformadora, pedagógica e mobilizadora. Neste cenário, o presente trabalho investiga essas experiências e suas implicações territoriais, sociais e educacionais, a fim de discutir em que medida suas ações promovem a produção e transformação do espaço, trocas sociais e a construção e intercâmbio de conhecimentos. A metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza empírica, com coleta de dados em campo e via questionário, os quais foram examinados a partir de uma abordagem qualitativa apoiada em revisão de literatura. O recorte geográfico da pesquisa limita-se à RMBH. O trabalho é apresentado em três etapas principais: levantamento teórico (Capítulo I), mapeamento/caracterização de experiências (Capítulo II) e reflexões-diálogos a partir das experiências abordadas (Capítulo III). Conclui-se que o fortalecimento das juventudes no movimento agroecológico é fundamental para a promoção de mudanças significativas em direção a um futuro mais sustentável e equitativo, onde as práticas agrícolas e alimentares sejam guiadas por valores de respeito à natureza, justiça social e participação ativa da juventude. Além disso, identificaram-se desafios relevantes, tais como a necessidade de fortalecer políticas públicas específicas, incentivar a mobilização e o preparo de mais jovens para as iniciativas agroecológicas e promover a integração e articulação entre movimentos e experiências agroecológicas urbanas e rurais. Por fim, ressalta-se a importância de promover o debate público sobre o tema, com o intuito de fortalecer e dar visibilidade ao movimento agroecológico das juventudes, alavancando práticas sustentáveis e justas para o desenvolvimento de modos de vida contra-hegemônicos, equitativos e ambientalmente responsáveis.

Palavras-chave: juventudes; agroecologia; agricultura urbana; produção do espaço.

ABSTRACT

In recent years, youth have expanded their political participation in the national agroecological movement, resulting in the formation of groups and collectives seeking pathways towards more just and sustainable territories. In the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), we can find initiatives marked by youth protagonism that point to agroecology as a transformative, pedagogical, and mobilizing tool. In this context, the present study investigates these experiences and their territorial, social, and educational implications, aiming to discuss to what extent their actions promote the production and transformation of space, social exchanges, and the construction and exchange of knowledge. The methodology used was empirical research, with data collection in the field and through questionnaires, analyzed through a qualitative approach supported by literature review. The geographical scope of the study is limited to RMBH. The work is presented in three main stages: theoretical survey (Chapter I), mapping/characterization of experiences (Chapter II), and reflections-dialogues based on the addressed experiences (Chapter III). It is concluded that strengthening youth in the agroecological movement is essential to promote significant changes towards a more sustainable and equitable future, where agricultural and food practices are guided by values of respect for nature, social justice, and active youth participation. Furthermore, relevant challenges were identified, such as the need to strengthen specific public policies, encourage mobilization and preparation of more young people for agroecological initiatives, and promote integration and articulation between urban and rural agroecological movements and experiences. Finally, the importance of promoting public debate on the subject is emphasized to strengthen and give visibility to youth agroecological movements, fostering sustainable and just practices for the development of counter-hegemonic, equitable, and environmentally responsible ways of life.

Keywords: youth; agroecology; urban agriculture; production of space.

LISTA DE FIGURAS

Imagem da capa: Colagem virtual com a foto de uma das agricultoras entrevistadas

Figura 1: Metodologia da pesquisa

Figura 2: Esquema do Capítulo I: Base teórico-conceitual

Figura 3: Esquema do Capítulo II: Caracterização e Mapeamento de Experiências

Figura 4: Esquema do Capítulo III: Reflexões: cultivando alimentos, culturas e saberes

Figura 5: Lista de participantes e coletivos presentes na Plenária das Juventudes do XI CBA

Figura 6: Mapeamento das agriculturas da RMBH

Figura 7: Mapeamento dos grupos de juventudes e agroecologia

Figura 8: Localização do Parque Ecológico do Brejinho

Figura 9: Mosaico de imagens do Agroecologia no Brejinho

Figura 10: Esquema da área de Sistema Agroflorestal no Parque Ecológico do Brejinho

Figura 11: Relatoria gráfica - “Histórias do Brejinho”

Figura 12: Localização do Coletivo Roots Ativa

Figura 13: Mosaico de imagens do Roots Ativa

Figura 14: Localização dos Núcleos Lixo Zero

Figura 15: Mosaico de imagens do Núcleo Lixo Zero Anhanguera

Figura 16: Localização do primeiro terreno do Sítio Bonobas

Figura 17: Mosaico de imagens do Sítio Bonobas

Figura 18: Localização do grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana

Figura 19: Mosaico de imagens do grupo AUÊ

Figura 20: Parcerias do grupo AUÊ

Figura 21: Enfoques teóricos, conceituais e políticos do AUÊ

Figura 22: Metodologias do grupo AUÊ

Figura 23: Eixos estruturais e transversais do grupo AUÊ

Figura 24: Quintal do Sô Antônio, 2016 x 2023

Figura 25: Espaço adjacente à horta Clareia a Terra, 2014 x 2023

Figura 26: Agroecologia no Brejinho, 2019 x 2023

Figura 27: Escadão Agroecológico, 2013 x 2019

Figura 28: Horto do IGC, 2018 x 2023

Figura 29: Facilitação gráfica “O que é agroecologia para você?” do grupo AUÊ

Figura 30: Bloco Humaitá no Escadão Agroecológico

Figura 31: Cortejo para inauguração do Núcleo Lixo Zero Anhanguera

Figura 32: Bloco Tico Tico Serra Copo no Parque Ecológico do Brejinho

Figura 33: Cicloexpedição no Parque Ecológico do Brejinho

Figura 34: Hortelões da Lagoinha: cinema no quintal

Figura 35: Construção da mandala Amunga no Quintal do Sô Antônio

Figura 36: Muro do Escadão Agroecológico

Figura 37: Artes no Jardim Mandala - FAE

Figura 38: Plaquinhas no Sistema Agroflorestal do Agroecologia no Brejinho

Figura 39: Mosaico de imagens com frases “Agroecologia é vida” em muros de Belo Horizonte

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de Coletivos

Quadro 2: Perguntas do questionário de pesquisa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA Associação Brasileira de Agroecologia
AFLORA Associação Florestalense de Agroecologia
AMAU Associação AMANU - Educação, Ecologia e Solidariedade
AMAU Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
ANA Articulação Nacional de Agroecologia
ATEMIS Análise do Trabalho e das Mutações Industriais e dos Serviços
ATER Assistência Técnica e Extensão Rural
AUÊ Grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana
CBA Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCPJO Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente
CNAU Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
COPASA Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CONJUVE Conselho Nacional de Juventude
CRESAN Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
DAP Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DFAB Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento
EBAA Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EFA Escola Família Agrícola
EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENA Encontro Nacional de Agroecologia
EPAMIG Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPU Ecologia Política Urbana
ESCADÃO Escadão Agroecológico
FAE Faculdade de Educação
FAO Food and Agriculture Organization
FASE Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
GEFAU Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana
GT Grupo de Trabalho
GUAYI Guayi Grupo de Agroecología
HORTELÕES Hortelões da Lagoinha
HORTO Horto do Instituto de Geociências da UFMG

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC Instituto de Geociências

LGBTQIAP+ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outros.

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAP Núcleo Alter-Nativas de Produção

NEA Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica

ONG Organização não governamental

PDDI Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PBH Prefeitura de Belo Horizonte

PLANAPO Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROEX Pró-Reitoria de Extensão

PRAE Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

RAFA Rede de Agricultura Familiar e Agroecologia

REDE Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte

ROOTS Roots Ativa

RUA Rede Urbana de Agroecologia

SAF Sistema Agroflorestal

SNJ Secretaria Nacional de Juventude

SPG Sistema Participativo de Garantia

SUSAN Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

TABOA Transformação Agroecológica do Brejinho e Outras Áreas

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFV Universidade Federal de Viçosa

UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UP Unidades Produtivas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. JUVENTUDES, AGROECOLOGIA E O URBANO: BASES TEÓRICAS E ASPECTOS CONCEITUAIS.....	19
1.1 Urbano, urbanização e utopias possíveis: por meio da Ecologia Política Urbana.....	19
1.2 Agriculturas Urbanas: tensionando dicotomias.....	26
1.3 Agroecologia: prática, ciência e movimento social.....	36
1.3.1 O movimento agroecológico.....	40
1.4 Juventudes enquanto atores sociais.....	44
1.4.1 Juventudes no Movimento Agroecológico.....	51
2. EXPERIÊNCIAS DAS JUVENTUDES: MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO	56
2.1 Caracterização de quatro experiências e levantamento de informações.....	64
2.1.1 Agroecologia no Brejinho: uma luta das mulheres e juventudes.....	66
2.1.2 Roots Ativa: a agroecologia como um modo de produzir e viver.....	77
2.1.3 Sítio Bonobas: “caminho agroecológico feminista”.....	88
2.1.4 AUÊ!: visibilizando e fortalecendo as agriculturas urbanas.....	96
3. REFLEXÕES: CULTIVANDO ALIMENTOS, CULTURAS E SABERES.....	108
3.1 Transformações no espaço público.....	108
3.2 Arte, comunicação e cultura.....	119
3.3 Outras economias, outros modos de vida.....	133
3.4 Construção do conhecimento e processos formativos.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICE - Termo de consentimento.....	160

INTRODUÇÃO

A relação entre agroecologia e juventudes é um campo de estudo cada vez mais relevante, que busca compreender as interseções e sinergias entre práticas agrícolas sustentáveis e o engajamento das novas gerações. A agroecologia emerge como uma resposta aos desafios atuais da agricultura convencional, reconhecendo a necessidade de promover sistemas agrícolas mais resilientes, socialmente justos e ambientalmente equilibrados. As juventudes desempenham um papel fundamental, atuando como protagonistas em um cenário em que se discute não apenas a produção de alimentos, mas também questões como soberania alimentar, preservação da biodiversidade, justiça social e resiliência frente às mudanças climáticas.

Apesar do crescente debate e interesse nos dias atuais, o estudo sobre agroecologia e juventudes apresenta lacunas que precisam ser sanadas para enriquecer o campo de pesquisa. É essencial investigar as motivações, desafios e aspirações das/os jovens agricultoras/es e defensoras/es da agroecologia em diferentes contextos socioculturais e geográficos. Além disso, é importante analisar as abordagens pedagógicas e mecanismos de formação para incentivar o engajamento da juventude nas práticas agroecológicas. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais das iniciativas lideradas por jovens e seu potencial para a sustentabilidade agrícola é outra área crítica a ser explorada. Estudos que abordam a trajetória de jovens agricultores e agricultoras ao longo do tempo e sua contribuição para a preservação da agrobiodiversidade e a construção de sistemas alimentares resilientes também são fundamentais para preencher as lacunas de conhecimento e fortalecer a relação entre agroecologia e juventudes.

Neste cenário, o presente trabalho tem como objetivo investigar experiências agrícolas e suas implicações territoriais, sociais e educacionais, visando um maior entendimento sobre o protagonismo juvenil na promoção de práticas agroecológicas na região metropolitana. Portanto, através dessa análise buscamos entender o papel das juventudes envolvidas na construção de experiências agrícolas, sociais e educacionais voltadas para a agroecologia, a fim de discutir em que medida suas ações promovem a produção e transformação do espaço, trocas sociais e a construção e intercâmbio de conhecimentos. Tal proposta parte do entendimento de que é necessário compreender a relação entre agroecologia e juventudes, desvendando as práticas agrícolas emergentes e o engajamento das novas gerações nesse contexto.

Para concretizar esse objetivo, a pesquisa será dividida em três momentos, que estão

ilustrados na figura abaixo, a saber: (1) aprofundamento da base teórico-conceitual; (2) mapeamento e sistematização das experiências; e (3) reflexões e diálogos e atividades com os sujeitos envolvidos com as práticas.

METODOLOGIA

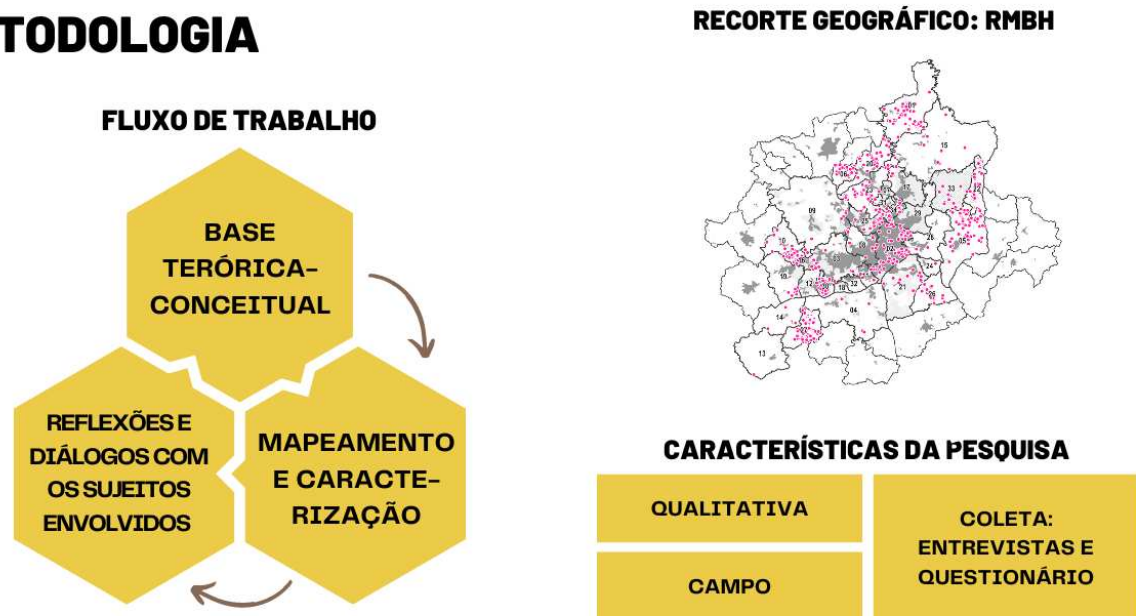


Figura 1: Metodologia da pesquisa
Fonte: elaboração própria, 2023.

Na Etapa 1 (Base Teórica-Conceitual), foi realizada uma revisão bibliográfica dentro das áreas apontadas, de forma a aprofundar conceitos com os quais já havia trabalhado, principalmente na monografia de graduação em ciências socioambientais, como também explorando novas perspectivas.

No campo das abordagens territoriais e da questão urbana, autores como Lefebvre (1991, 1999, 2006), Monte-Mór (1994, 2004, 2018), Milton Santos (1988, 1994, 2000) e Singer (1983) possibilitaram a consolidação de uma base teórica-conceitual, alinhados a autores que falam sobre o processo de urbanização na Ecologia Política Urbana (EPU), como Heynen et al. (2006), Angelo e Wachsmuth (2014), Brenner e Schmid (2015), Laschefski (2019) e Laschefski e Zhouri (2019). Em relação aos conceitos que permeiam a agricultura urbana e a agroecologia, trabalhos como os de Tornaghi (2014), Wezel et al. (2009), Machado e Machado Filho (2017) e Coutinho e Costa (2011), auxiliaram na construção da base conceitual e teórica da pesquisa. No aspecto das juventudes foram fundamentais os trabalhos de Groppo (2017), Castro et al. (2009), Dayrell (2003) e Novaes (2009). Também, foi importante considerar uma bibliografia específica sobre o contexto das agriculturas na Região

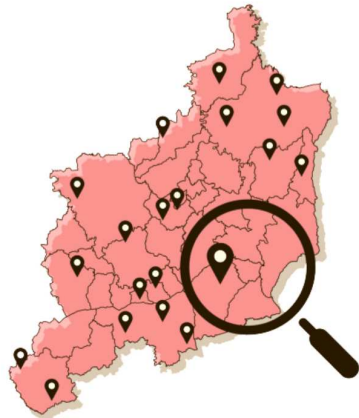
Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), como a tese “Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte” (ALMEIDA, 2016).



Figura 2: Esquema do Capítulo I: Base teórico-conceitual
Fonte: elaboração própria, 2023.

Após a análise criteriosa da literatura relevante e a compreensão dos princípios teóricos essenciais, a pesquisa estará apta a contextualizar-se e colocar em prática os conceitos de forma estratégica, a fim de investigar as experiências fundamentais. Neste sentido, a Etapa 2 (Mapeamento e Caracterização) consistirá em um levantamento de experiências de agroecologia e juventudes na RMBH, com o objetivo de visibilizar sujeitos e experiências concretas. De acordo com Cardoso et al. (2018), a sistematização de experiências na agroecologia é uma maneira de ordenar e disseminar saberes, extrair aprendizados e fomentar uma aprendizagem coletiva a partir das trajetórias e vivências de diversas pessoas. Nesse contexto, é possível fortalecer as práticas já acumuladas em diferentes territórios, valorizar a diversidade de movimentos e construir uma ciência comprometida com a humanização, o povo e a solidariedade, respeitando tanto a natureza como a cultura popular.

2 CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO



MAPEAMENTO | 27 EXPERIÊNCIAS

- RMBH E COLAR METROPOLITANO
- METODOLOGIAS DE CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO AUÊ!

CARACTERIZAÇÃO | QUATRO EXPERIÊNCIAS

1. AGROECOLOGIA NO BREJINHO
2. ROOTS ATIVA
3. SÍTIO BONOBAS
4. AUÊ! ESTUDOS EM AGRICULTURA URBANA

Figura 3: Esquema do Capítulo II: Caracterização e Mapeamento de Experiências
Fonte: elaboração própria, 2023.

Deve-se ressaltar que o recorte territorial definido para esta pesquisa é a RMBH, tendo em vista a minha inserção, desde 2017, no grupo de pesquisa, ensino e extensão AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ), sediado no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), que permitiu a interação com sujeitos, processos, experiências, instituições, entre outros¹, que promovem a agroecologia nesse território. O limite geográfico escolhido também permite uma análise em contexto metropolitano, o que vai possibilitar destacar as especificidades das experiências, para isso, pretendo considerar fatores que apontam para suas diversidades como níveis de urbanização e dinâmicas sociais específicas de cada área.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, além do aprofundamento teórico-conceitual e do mapeamento, será utilizado um conjunto de ferramentas e metodologias para levantamentos de dados e informações que têm sido aperfeiçoadas pelo eixo de trabalho “Caracterização e Mapeamento das Agriculturas da RMBH” do grupo AUÊ, com a finalidade de identificar e sistematizar as iniciativas. Dessa forma, o levantamento dos dados aconteceu principalmente em campo, por meio de visitas às unidades produtivas e/ou espaços coletivos e por meio de um questionário para coleta de dados.

Para a efetivação desta 2ª etapa do trabalho, foram adotadas metodologias que

¹ São exemplos de grupos parceiros do AUÊ: Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU; Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana; Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE; Feira Agroecológica da UFMG; Associação Horizontes Agroecológicos; Colmeia Solidária; Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH), entre outros.

proporcionam o mapeamento e a coleta de dados. Neste sentido, foi necessária a mobilização de sujeitos, redes, articulações e instituições envolvidas com agroecologia e agricultura na região, buscando ampliar e diversificar as experiências mapeadas. Para tanto, foram contatadas pessoas de referência de redes, coletivos, organizações e grupos, principalmente, através da minha relação com o AUÊ.

Além disso, neste capítulo serão apresentados diálogos e atividades, como entrevistas e visitas de campo, com os sujeitos de quatro grupos: *Agroecologia no Brejinho*; localizado no bairro São Francisco; *Roots Ativa*, localizado no Aglomerado da Serra; *AUÊ! Estudos em Agricultura*, sediado na UFMG; todos em Belo Horizonte e *Sítio Bonobas*, localizado na área rural de Florestal, município da RMBH. As experiências foram selecionadas por apresentarem maior diversidade entre si, em relação à localização dentro da RMBH (diferentes bairros de Belo Horizonte, áreas com menos infra-estrutura urbana e zonas rurais), mas, também, por se aproximarem do contexto de outras experiências, tanto por suas configurações semelhantes (horta comunitária, comercialização, articulação, agrofloresta, etc) e/ou motivações (transformação do espaço, geração de renda, pesquisa, relações campo-cidade, ativismo ambiental, etc).

Por fim, na 3ª Etapa (Capítulo III), é empreendida uma reflexão que conjuga o arcabouço teórico do Capítulo I e as experiências mapeadas e estudadas no Capítulo II. Também, foram realizadas entrevistas e visitas a outros grupos, para além dos caracterizados no capítulo anterior, de forma a agregar os olhares dos participantes e construir de forma empírica uma aproximação entre as práticas e o campo teórico. Ademais, identificam-se as principais potencialidades e dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das iniciativas.

As reflexões do Capítulo III, como mostrado na figura abaixo, se dividem em quatro tópicos principais: a) transformações no espaço público; b) arte, comunicação e cultura; c) outras economias, outros modos de vida; e d) construção do conhecimento e processos formativos.

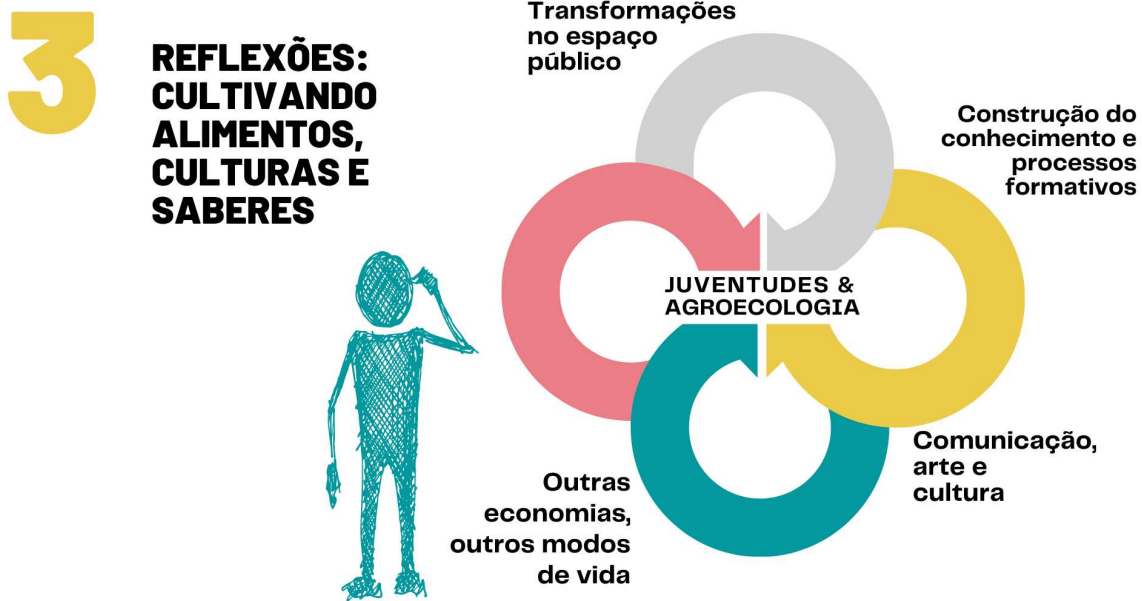


Figura 4: Esquema do Capítulo III: Reflexões: cultivando alimentos, culturas e saberes
Fonte: elaboração própria, 2023.

As reflexões foram construídas a partir de entrevistas e questionários que geraram relatos de participantes das experiências. Portanto, esta etapa permitirá uma compreensão mais profunda sobre a atuação das juventudes conectadas a práticas agrícolas em regiões metropolitanas. É importante ressaltar que se faz essencial o entendimento da amplitude de cada processo, considerando o envolvimento dos participantes de cada experiência em redes, coletivos e instituições, e ainda da relação que se estabelece entre os sujeitos, o espaço e a produção do espaço, bem como a agroecologia como instrumento e movimento social que permeia essas relações.

Este trabalho foi inspirado pela minha inserção no movimento agroecológico em âmbito nacional e regional, e mais especificamente nos espaços de diálogo sobre as pautas das juventudes, em que percebi a importância e, ao mesmo tempo, uma lacuna no estudo dessa temática no meio acadêmico. Entendo que o direcionamento desta pesquisa para o campo da Geografia viabiliza a análise das experiências enquanto expressões socioespaciais na produção do espaço, de forma a alcançar uma compreensão mais aprofundada da temática das juventudes e da agroecologia.

Os Grupos de Trabalho das Juventudes da Articulação Nacional de Agroecologia e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em que tive a oportunidade de integrar nos últimos anos, são exemplos da participação e organização das juventudes em diferentes territórios e espaços políticos, por meio de práticas pedagógicas e agroecológicas na construção coletiva de conhecimentos e ações pela qualidade de vida, pelos direitos das

juventudes, pelo respeito às diversidades e em defesa do meio ambiente (MARTINS, 2022).

Quando comecei a me posicionar nas articulações nacionais de juventudes do campo agroecológico, em 2019, vivíamos um importante momento de confluência entre campo e cidade, muito inspirado e fomentado pelo IV Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em 2018, Belo Horizonte, cujo tema foi: “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”.

Ao me ver cercada de experiências agroecológicas protagonizadas por juventudes em minha cidade, fui levada ao seguinte questionamento: *Se temos evidenciado a importância da agricultura urbana, porque não discutir suas relações com as juventudes metropolitanas, tal como já é feito no debate sobre juventudes do campo²?*

Acredito que o presente trabalho poderá dar uma modesta contribuição para enriquecer este debate, na medida em que identifica, reconhece e dialoga com tais iniciativas, posicionando os jovens metropolitanos como atores-chave para o incentivo à promoção de práticas e relações mais justas e saudáveis no campo e na cidade através da agroecologia.

Por fim, embora o estudo sobre agroecologia e juventudes tenha o propósito de explorar as conexões e interações entre essas duas importantes áreas, é essencial reconhecer as limitações inerentes a esta pesquisa. Primeiramente, a abordagem utilizada pode não contemplar todas as nuances e diversidades presentes nas vivências das juventudes envolvidas com práticas agroecológicas. Em segundo lugar, porque a pesquisa estuda casos específicos e não utiliza métodos de amostragem representativa, de modo que seus resultados não podem ser generalizados. Outro aspecto a ser considerado é o contexto dinâmico e em constante evolução da agroecologia e das realidades juvenis, o que pode implicar em dificuldades para capturar um quadro completo e estático dessas relações. Apesar dessas limitações, este estudo busca oferecer uma contribuição relevante para o entendimento das perspectivas das juventudes em relação à agroecologia, bem como identificar possíveis oportunidades e desafios para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e engajamento juvenil nesse campo.

² Trabalhos como “*Os Jovens estão indo embora? - Juventude rural e a construção de um ator político*” (CASTRO *et al.*, 2009), evidenciam a invisibilidade das juventudes rurais, a migração do campo para a cidade, a necessidade de estabelecer qualidade de vida no campo, mas também o aparecimento de movimentos sociais pela permanência no campo, a partir dos anos 2000.

1. JUVENTUDES, AGROECOLOGIA E O URBANO: BASES TEÓRICAS E ASPECTOS CONCEITUAIS

Nesta primeira etapa do trabalho, se fez necessário revisar alguns conceitos intrínsecos às questões urbanas, produção do espaço, urbanização, entre outros, conectando-os, por meio da ótica da ecologia política urbana, aos conceitos de juventudes, agroecologia e agricultura urbana.

1.1 Urbano, urbanização e utopias possíveis: por meio da Ecologia Política Urbana

Novas formas de urbanização vêm surgindo no mundo contemporâneo, portanto, torna-se imprescindível romper com visões antiquadas, que, de acordo com Neil Brenner e Christian Schmid (2015, p. 165), limitam o urbano a “um tipo de assentamento fixo, limitado e universalmente generalizável”. Para os autores, o urbano não deve ser considerado uma forma fixa, e sim um processo, que é dinâmico, historicamente evolutivo e variado (*ibidem*).

Brenner e Schmid (2015) produzem um caminho metodológico buscando assimilar uma possível nova epistemologia do urbano, dessa forma, sistematizam a urbanização em três momentos diferentes, mas que tendem acontecer de forma multiescalar, são eles: (1) *urbanização concentrada*, que se dá pela aglomeração espacial de população, meios de produção, infraestrutura e investimento; (2) *urbanização extensiva*, por meio da ativação e transformação de lugares, territórios e paisagens em relação aos processos de aglomeração, que ocasiona o espessamento desigual e alongamento do 'tecido urbano'; (3) *urbanização diferencial*, que seria a destruição criativa da organização socioespacial, vinculada à produção de 'potenciais' urbanos para a apropriação de configurações já existentes e na produção formas novas e/ou diferentes do espaço urbano.

Para Lefebvre (1991), o espaço é um produto social, vinculado às práticas sociais, dessa forma o *espaço percebido* se destaca na vida/experiência cotidiana, nos fluxos e interações materiais e imateriais; o *espaço concebido* está relacionada a representação abstrata do espaço, do saber técnico e das relações de produção; enquanto o *espaço vivido* é tanto concreto como imaginário, é o espaço social e as formas de interpretação da realidade social. Inspirados nessa tríade conceitual do espaço de Lefebvre, os autores também demarcam três dimensões da urbanização:

(1) *as práticas espaciais*, em que as relações com “o uso da terra são intensificadas e

as transformações sócio-metabólicas são aceleradas para facilitar os processos de industrialização capitalista”;

(2) *a regulação territorial*, que “impõe regras coletivas vinculativas à apropriação do trabalho, terra, alimentos, água, energia e recursos materiais, mobiliza procedimentos formais e informais de planejamento para governar os padrões de investimento e fluxos financeiros para o meio ambiente e redes de infraestrutura, e que gere os padrões de desenvolvimento territorial no que diz respeito aos processos de produção e reprodução social”;

(3) e *a vida cotidiana*, “o espaço urbano é definido pela pessoas que o utilizam, se apropriam e o transformam por meio de suas rotinas e práticas diárias, que muitas vezes envolvem lutas, a própria forma e conteúdo da cidade em si” (BRENNER; SCHMID, 2015, p. 170-171, tradução nossa).

Essas *dimensões* constituem e dialogam com os *momentos* da urbanização, apresentados anteriormente, produzindo conjuntamente, de forma desigual, o tecido urbano.

Devemos compreender a urbanização como um processo complexo, multiescalar e multidimensional (KEIL, 2003; ANGELO; WACHSMUTH, 2014), entendendo que este assume diferentes formas e efeitos, em diferentes locais e em diferentes escalas, ou seja, não se deve reduzir a urbanização à cidade.

O urbano (abreviação de "sociedade urbana") define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 1999, p.26).

Entretanto, há uma tendência de produção de trabalhos que enxergam a cidade como única análise possível para a compreensão do urbano, mesmo que as dimensões da urbanização incorporem muito mais do que o conceito tradicional de cidade (ANGELO; WACHSMUTH, 2014). Portanto, os autores consideram que existe um *citadismo metodológico*, em que a cidade é quase sempre a lente analítica para os estudos contemporâneos dos processos da transformação urbano-social, mesmo que estes não sejam limitados à cidade.

Podemos exemplificar essa linha de pensamento com a questão da indústria do agronegócio. A Revolução Verde, que no Brasil se iniciou na década de 1960, repercutiu em mecanização agrícola, concentração de terras latifundiárias para monocultura, uso intensivo de produtos químicos e produção massificada, principalmente, para exportação. A produção agroexportadora brasileira responde a uma lógica industrial-capitalista, fortemente ligada às

relações socioeconômicas mundiais. Para Monte-Mór (2004), a lógica urbano-industrial-capitalista estende-se para o campo e o transforma em um simulacro, e o simulacro da cidade também existe, “são espaços híbridos, mistos de cidade e campo, meio urbano-rural sempre submetidos à lógica industrial” (p. 19).

Muitas pesquisas contemporâneas sobre regiões supostamente rurais mostraram que muitas dessas áreas estão sendo transformadas e inseridas nos processos de urbanização, precisamente por meio dos tipos de estratégias de acumulação, projetos de infraestrutura e ligações sociometabólicas que podemos teorizar sob a rubrica de urbanização extensiva (BRENNER; SCHMID, 2015, p. 175).

Considerando a profunda conexão entre a indústria agrícola e os impactos socioambientais, tanto no campo quanto na cidade, faz sentido, portanto, ignorar espaços em que se desenvolvem o processo de urbanização unicamente por serem considerados “rurais” ou “não urbanos”?

É nesse sentido que se faz fundamental um rompimento analítico com as classificações dicotômicas (rural-urbano, campo-cidade, urbano-natureza), pois são limitantes na análise das relações sociometabólicas do planeta, em que a urbanização se manifesta.

Há pelo menos 20 anos a Ecologia Política Urbana (EPU) vem ganhando um papel cada vez mais importante dentro do campo dos estudos urbanos, constituindo-se em uma disciplina que busca estudar “interações entre fatores sociais, políticos, econômicos e naturais na produção e reprodução dos entornos urbanos, que são entendidos como híbridos sacionaturais” (NAVASCUÉS, 2017, p.173). A perspectiva da EPU fornece pistas para metodologias que contribuam para uma análise da realidade urbana. Ela trouxe o urbano para dentro do debate da Ecologia Política e, recentemente, há um esforço de pesquisadores da área para incorporar a compreensão da urbanização para dentro da EPU, tratando do urbano como um processo e não como forma fixa e restrita às cidades.

Erik Swyngedouw (2009) questiona a constituição das dicotomias discursivas (sociedade/natureza) na ecologia política, e teoriza uma abordagem dialética - o “híbridismo”, que ele chama de “sócio-naturais”. De acordo com o autor, a cidade e a urbanização são uma rede de processos, “humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos”. Dessa forma, a cidade e a urbanização não são unicamente social e natural, são os dois simultaneamente, um híbrido (ibidem, p.84).

Para Angelo e Wachsmuth (2014) é preciso utilizar da perspectiva lefebvriana para formular uma crítica ao *citadismo metodológico* da EPU, ou seja, a centralidade, quase exclusividade, da cidade nas análises e pesquisas. Para os autores, é preciso reorientar o

campo de estudo e conduzi-lo à uma ecologia política da urbanização. Os autores consideram que a superação de dualismos como cidade/campo, urbano/rural e natureza/cultura, fornece instrumentos metodológicos que permitem expor e investigar injustiças socioeconômicas estruturais e construir alianças entre ativistas sociais e ambientais.

Autores como Henri Lefebvre e Roberto Monte-Mór apresentam análises convergentes que argumentam que o processo de urbanização e industrialização, sob a lógica capitalista, são motores de transformações na sociedade que modificam as categorias dualistas urbano-rural/campo-cidade/sociedade-natureza. Suas reflexões apontam para a construção de uma abordagem mais ampla - “híbrida” - no estudo da produção do espaço urbano. A partir do seu conceito de urbanização extensiva, inspirada em Lefebvre, Monte-Mór faz referência à ideia de superação da dicotomia campo-cidade, argumentando que na etapa contemporânea do capitalismo, a extensão virtual³ do espaço urbanizado se dá por todo o espaço social. A urbanização extensiva ultrapassa os limites das cidades, integrando espaços rurais ao contexto hegemônico urbano-industrial a partir das bases materiais e imateriais da economia contemporânea.

Assim, com a extensão do urbano, o *hibridismo* se torna mais evidente, as relações socioespaciais, econômicas e ambientais se misturam, se transformam e se complexificam, tornando cada vez mais difícil reconhecer no rural, no urbano, na cidade ou na natureza, uma “pureza conceitual”. Ainda, novos conflitos aparecem em vista dessa nova realidade.

A relação ‘urbanidade-ruralidade’, portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. (...) Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’ (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Esses tensionamentos se dão de diversas maneiras, principalmente no sentido do planejamento. Monte-Mór (1994), por exemplo, apresenta o conceito de estruturas *protourbanas*, como manifestações incompletas do padrão urbano-industrial. Entende-se, portanto, que novas formas de ocupação e produção do espaço estão aparecendo, guiadas por outras lógicas e ao mesmo tempo condicionadas à realidade urbano-industrial-capitalista.

Tzaninis et al. (2020) afirmam que o urbano hoje é o global, mas, no geral, apesar dos autores da EPU entenderem esse conceito, poucos exploram esse ponto de vista em seus trabalhos. Ainda para Tzaninis et al. (2020, p.4), os estudos urbanos focam muito na diferença

³ “O termo virtual é usado no sentido que Lefebvre (1999) lhe dá, isto é, como um processo em curso que, mesmo não se configurando como a realidade fenomênica atual, aparece como virtualmente inevitável e já integra o presente enquanto potencialidade a se concretizar, enquanto virtualidade.” (MONTE-MÓR, 2004, p. 7)

entre o que é o interno e o externo, reforçando dicotomias, mas a EPU deve ser trabalhada no sentido de quebrar essas dicotomias e, também, de olhar para fora das cidades, rompendo com o “*citadismo metodológico*”.

A *urbanização extensiva* é um conceito de inspiração lefebvriana, que vem sendo utilizado para compreender o urbano contemporâneo a partir da *implosão-explosão* da realidade urbana. O que Lefebvre designa como sendo o movimento de implosão-explosão das cidades, se caracteriza pela concentração de pessoas, atividades, riquezas, dentre outros elementos, na realidade urbana – a cidade, e a imensa dispersão e projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos no campo (LEFEBVRE, 1999).

Neste contexto, *implosão* refere-se à concentração de poder, recursos e decisões no centro da cidade, levando a uma homogeneização e redução das funções urbanas. Por outro lado, a *explosão* representa a proliferação de atividades e espaços urbanos para além do centro, resultando em uma expansão descentralizada e diversificada. Lefebvre discute como esses processos afetam a vida urbana e as relações sociais.

Segundo Monte-Mór (2003, p.262), a *urbanização extensiva* se baseia no avanço do tecido urbano sobre o antigo espaço rural, “redefinindo-o e integrando-o ao sistema urbano-industrial”. Dessa forma, o urbano pode ser compreendido como uma superação da contradição entre campo e cidade, integrando virtualmente toda a sociedade ao mundo urbano industrial e expandindo as práticas urbanas para todo o espaço social e humano (ibidem).

Ela (a realidade urbana) se declara mais ou menos imperiosamente. Nenhum desses termos descritivos da conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 2004, p. 26).

Na visão de Henri Lefebvre (1999), a explosão das cidades cria uma sociedade urbana virtual, há uma revolução urbana que se orienta por uma lógica industrial ao invés de uma ótica urbana. Dessa forma, entende-se que a revolução urbana poderia estar expressa junto à extensão do tecido urbano, tanto das condições de produção e do espaço construído, quanto das relações de produção, que se espalhariam por todo espaço social.

[...] o processo de implosão-explosão, ao mesmo tempo em que é resultado das contradições da sociedade industrial expressas na cidade, é também responsável por

levar a todas as partes do território as possibilidades da prática socioespacial (COSTA et al., 2013, p.107).

Esse processo que estende pelo espaço a lógica urbano-industrial-capitalista, contraditoriamente tem o potencial de levar a possibilidade de transformação e criação de novas práticas socioespaciais emancipadoras que surgem a partir da resistência.

Por muito tempo, a cidade foi tida como antítese da natureza, o orgânico contra o artificial, essa concepção dualista nega a integração do processo de urbanização na análise socioambiental, portanto, deve-se adotar uma “percepção de que os ambientes produzidos são resultados históricos específicos de processos socioambientais” (HEYNEN et al. 2006, p.4, tradução nossa).

A perspectiva da EPU permite novos insights na problemática urbana e abre novos caminhos para recentralizar o urbano como o terreno central para a ação ecológica. Na medida em que as políticas urbanas emancipatórias residem em adquirir o poder de produzir ambientes urbanos de acordo com as aspirações, necessidades e desejos daqueles que habitam esses espaços, a capacidade de produzir o ambiente físico e social em que se vive, a questão de se a natureza é ou se torna urbanizada, deve estar na vanguarda de qualquer ação política radical. (HEYNEN et al., 2006, p. 15, tradução nossa).

Os processos de urbanização necessitam de uma análise crítica do urbano, que considere suas complexidades e permita o aprofundamento teórico da problemática socioambiental, que se desdobra com a expansão do tecido urbano e da lógica industrial-capitalista. Ao mesmo tempo, a realidade urbana estendida, pode apontar para um horizonte de uma nova urbanização possível, no espaço da *diferença*.

Para Lefebvre (1991, p.52), “o espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças existentes”, é na luta cotidiana que se identificam as tensões e o confronto do avanço de tendências e práticas industriais-capitalistas e neoliberais, sobretudo produzidas pelo poder econômico e político, sobre o espaço social, da vida cotidiana, das relações e ações entre/dos atores sociais. Para o autor, um novo espaço só pode ser produzido a partir das diferenças. É a partir desse tensionamento que surge o *espaço diferencial*.

Torna-se uma ideia palpável, quando pensamos nos diferentes modos de vida que se mantém ou aparecem como resistência e/ou alternativa às contradições e desigualdades geradas pela lógica capitalista.

Considerando tanto a resistência, quanto a produção criativa de alternativas urbanas, Monte-Mór (2003, p.09) afirma que o planejamento urbano deve buscar compreender as

“formas contemporâneas de organização sócio-espacial do espaço urbano estendido”, elas carecem de ações que sejam compatíveis com a complexidade que se produz no espaço da diferença.

Cardoso (2021), também aponta para a necessidade de se reconhecer a existência de outros modos de vida, de produção e apropriação do espaço, que coexistem com a reprodução do capitalismo, “mas que não são completamente regidas por ele” (p.44).

O urbano é um projeto societário, produzido coletivamente através de negociações, luta e experimentação, de forma que nunca é uma condição alcançada e se permite ser moldado e (re)construído (BRENNER, SCHMID, 2015, p.178):

O urbano é um projeto coletivo – é produzido por meio de ação coletiva, negociação, imaginação, experimentação e luta. A sociedade urbana, portanto, nunca é uma condição alcançada, mas oferece um horizonte aberto em relação ao qual se travam lutas concretas pelo urbano. É por meio dessas lutas, em última análise, que qualquer nova epistemologia urbana viável será forjada.

Para Monte-Mór (2018), podemos pensar no espaço diferencial de Lefebvre, que se opõe à extensão do espaço abstrato, como uma potencialidade política e de cidadania. Por meio dessa condição, é possível pensar em utopias concretas, “da construção do que hoje aparece como impossível, mas que já está virtualmente anunciado como possível”, assim, deve-se compreender essas utopias como experimentação e que, no espaço urbano, definem “formas de luta pela emancipação” (ibidem p.233).

Podemos definir, assim, que existem experiências concretas contra-hegemônicas, que retratam outras formas de vida, de relações socioespaciais, econômicas e ambientais que contrastam com a realidade industrial-capitalista. Apontando diferentes caminhos para (re)constituição do espaço urbano. Como aponta Klemens Laschefski (2019, p. 170, tradução nossa):

Tem havido um ressurgimento de discussões sobre estilos de vida alternativos, evocando as propostas radicais dos movimentos ambientais nas décadas de 1970 e 1980. Essas discussões são marcadas por valores humanísticos, solidariedade e um interesse crescente nos "novos bens comuns" - ou seja, recursos materiais e imateriais compartilhados, que não precisam ser regulados nem pelo estado nem pelo mercado.

Busca-se utilizar neste trabalho a perspectiva da EPU, principalmente adotando-se a compreensão da urbanização como um processo que complexifica relações sócio-espaciais e socioambientais, como aponta Roger Keil, apostando nessa compreensão como forma de

reconhecer novas formas de produção e apropriação do espaço nas cidades e fora delas, assim como no cenário metropolitano.

A urbanização não é apenas um distanciamento linear da vida humana da natureza, mas sim um processo pelo qual são criadas novas e mais complexas relações entre sociedade e natureza (KEIL, 2003, p.729).

Através dessa abordagem, entendemos que hoje existem grupos, povos e movimentos que experimentam outras relações socioambientais em seus territórios, seja no campo ou na cidade, essas lutas se manifestam e se alinham a partir de uma contraposição à lógica socioeconômica atual. Essas práticas caminham ao encontro de conceitos como a *naturalização extensiva* (MONTE-MÓR, 1994) e a *(re)implosão do espaço estendido* (LASCHEFSKI;ZHOURI, 2019; LASCHEFSKI, 2019).

À urbanização extensiva é necessário corresponder uma naturalização extensiva, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida cotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal (MONTE-MÓR, 2019, p.08).

Para Laschefski e Zhouri (2019), é a partir do metabolismo territorial dos modos de vida que se abre espaço para o surgimento de diferentes caminhos e pontos de convergência nas lutas sociais. Segundo os autores, as territorialidades que apontam para uma *(re)implosão* do espaço urbano estendido, ou seja, a *(re)implosão* das ‘paisagens operacionais’ geradas pelo urbano explodido, inspiram outras formas de existência (p.317).

Compartilham entre si a ideia de que a defesa de seus territórios é, de fato, uma luta pela autonomia de seus *livelihoods* (modos de vida) contra a integração na heteronomia dos metabolismos territoriais da sociedade urbano-capitalista. Em tempos recentes, esses atores heterogêneos começaram a entrelaçar suas lutas às iniciativas da classe média urbana crítica sob o guarda-chuva do movimento agroecológico (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019, p.316).

A partir dessas perspectivas, trazemos neste trabalho a questão das juventudes e da agroecologia, compreendendo que o debate não deve se restringir às concepções dicotômicas rural-urban / sociedade-natureza, e que devemos partir do ponto de vista de uma luta comum para a transformação da sociedade como um todo.

1.2 Agriculturas Urbanas: tensionando dicotomias

A agricultura urbana pode ser entendida como prática social, incorporando atividades agropecuárias que acontecem no interior ou no entorno das cidades, promovendo a produção e

atividades agrícolas de diferentes portes e formas de manejo. Nesse sentido, sua reprodução apresenta diferentes interesses, motivações e configurações que apontam caminhos para outras formas de apropriação, transformação e produção do espaço urbano.

Segundo Smit et al. (2001), essa prática é um fenômeno recente em apenas alguns lugares, no contexto global, as agriculturas dentro e fora das cidades apresentam uma longa tradição alinhada aos conceitos locais de cidade e comunidade e nas práticas sociais e culturais locais, de forma que agricultura urbana sempre exerceu uma função de abastecimento de alimentos para a população urbana (ibidem).

Em todas as partes do mundo, civilizações antigas desenvolveram sistemas de agricultura urbana, criando muitas formas inovadoras de produzir alimentos e administrar a terra, a água e outros recursos com eficiência (SMIT et al., 2002, p.05, tradução nossa).

Ainda, de acordo com Smit et al. (2001, p.01, tradução nossa), “a agricultura urbana está se transformando em todo mundo frente às mudanças políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas”, e seu papel na atualidade ainda carece de compreensão e quantificação.

Segundo os autores, os sistemas agrícolas nas cidades foram moldados a partir de fatores como: continuidade das práticas históricas, domesticação de plantas e animais, ambientes naturais e artificiais, agricultura industrial, revolução da informação, rápida urbanização pós Segunda Guerra Mundial, padrões de assentamento resultantes da urbanização contemporânea e aumento dos segmentos de baixa renda nas populações urbanas (SMIT, 2001).

A temática da agricultura urbana tem sido cada vez mais debatida no âmbito acadêmico, trazendo uma diversidade conceitual e de pontos de vista. Na literatura internacional, Tornaghi (2014) constrói a seguinte formulação:

AU [agricultura urbana] é definida como 'o cultivo, transformação e distribuição de alimentos e outros produtos através do cultivo intensivo de plantas e da criação de animais nas cidades e arredores' (Comité de Agricultura Urbana da CFSC, 2003:3). Isso inclui pequenas explorações agrícolas urbanas, produção de alimentos em propriedades residenciais, em terrenos comuns, hortas e colmeias nas coberturas de prédios, hortas escolares, hortas apoiadas por restaurantes, produção de alimentos em espaços públicos, *guerrilla gardening*, cultivo de legumes em varandas e parapeitos e outras iniciativas (Hou et al., 2009; Mougeot, 2005; Nordahl, 2009; Redwood, 2008) (TORNAGHI, 2014, p.551, tradução nossa).

Segundo Coutinho e Costa (2011), a agricultura urbana pode ser entendida como uma prática espontânea, voltada para o autoconsumo e para o mercado local, que além de fornecer

produtos acessíveis, diversifica a forma e o uso do solo urbano. A agricultura urbana começou a ser debatida com mais consistência a partir da década de 1980, e daí em diante passou a ser articulada com a questão ambiental e com a instrumentalização de tais práticas enquanto respostas aos problemas sociais da cidade.

Assim, ainda na visão das autoras, a agricultura urbana permite o debate político acerca da questão ambiental nas cidades, a segurança ou insegurança alimentar e a discussão dos entraves do acesso à terra e a segregação socioespacial que atinge grande parcela da população urbana. O avanço dessas práticas têm questionado o paradigma da cidade enquanto consumidora de recursos e degradadora do meio ambiente, contribuindo na busca por um urbano mais sustentável, com preocupações de ordem ambiental e social (COUTINHO; COSTA, 2011).

Apesar das práticas de agricultura nas cidades não serem exclusividade do mundo atual, já que no Brasil, por exemplo, quintais produtivos nos fundos das residências nas principais aglomerações urbanas poderiam ser encontrados desde o período colonial, a agricultura urbana começou a ganhar importância a partir da década de 1980 (SMIT et al., 2001).

A existência de evidências históricas da existência de práticas agrícolas em centros urbanos e a multiplicação de iniciativas de agricultura urbana nos últimos anos nos levam a identificar motivações e interesses diversos que apontam caminhos para outras formas de apropriação, transformação e produção do espaço urbano e metropolitano (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021).

Alguns autores como René Veenhuizen (2006, p.10-11, tradução nossa), têm exercitado sistematizar as dimensões políticas e tipos de agricultura urbana. Segundo o autor, de forma geral, as agriculturas urbanas podem se configurar, principalmente, a partir dos seguintes tipos:

1ª *Orientada para subsistência*: autoconsumo, economia de gastos, venda de excedentes e estratégias de subsistência.

2ª *Multifuncional*: agricultura orgânica diversificada e sistemas agroflorestais próximos aos consumidores, combinação de funções (recreação, microclima, arborização, gestão de parques, armazenamento de água, educação), gestão de resíduos compostáveis descentralizada, relação com saneamento ecológico.

3ª *Orientada para o mercado*: geração de renda, empreendimentos familiares de pequena e maior escala, parte da cadeia de mercado, maior utilização de insumos externos.

Essas formas de agricultura urbana podem ser complementares e acontecerem conjuntamente ou de forma separada. Ainda, esses tipos dialogam com dimensões políticas que também podem se correlacionar de diversas formas, definidas por Veenhuizen (2006), da seguinte maneira:

1^a *Ecológica*: possuem um caráter multifuncional, além de fornecer alimentos e gerar renda, as agriculturas estão ligadas a gestão ambiental e apresentam outras atividades como compostagem e reutilização de resíduos orgânicos e águas residuais, arborização urbana e melhoria do clima urbano, gestão paisagística, atividades de lazer e recreação.

Para permitir essa combinação de funções, a agricultura multifuncional terá que adotar métodos de produção agroecológicos, se conectar com sistemas de saneamento e gestão sustentável descentralizada de resíduos, bem como com o planejamento e gestão de parques, natureza e recreação (VEENHUIZEN, 2006, p.10).

2^a *Social*: refere-se principalmente, mas não apenas, a tipos de agricultura urbana orientados para a subsistência, têm como foco a produção de alimentos e plantas medicinais para autoconsumo e renda adicional com a venda dos excedentes. São exemplos: hortas domésticas, hortas comunitárias, hortas institucionais em escolas e hospitais, entre outros.

3^a *Econômica*: relacionada a tipos de agricultura urbana orientados para o mercado, principalmente pequenas empresas familiares e algumas iniciativas empreendedoras em maior escala. Não se restringem à produção de alimentos, envolvendo também produtos não alimentares (ervas medicinais e aromáticas, flores, plantas ornamentais), possuindo maior impacto econômico e maior lucratividade.

Ainda, Curan e Marques (2021, p. 216), trazem a partir de pesquisas sobre agricultura no Brasil, outros aspectos, como valorização do contato entre produtores e consumidores, novas formas de distribuição e comercialização, menor dependência do mercado convencional de alimentos, entre outros (dimensão econômica), e uma *dimensão sociocultural*, relacionada segurança alimentar e nutricional, saúde, coesão social, requalificação do espaço urbano, segurança pública, empoderamento feminino, reconexão com a natureza, educação alimentar, desenvolvimento cultural, valorização cultural, lazer, entre outros.

Segundo Souza, Martins e Alencar (2021), o trabalho de pesquisa “*Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*” (SANTANDREU e LOVO, 2007), foi um marco importante para dar visibilidade e institucionalizar a agricultura urbana no país, possibilitando a identificação e sistematização

de dados de diferentes iniciativas em regiões metropolitanas do país⁴. Segundo Alain Santandreu e Ivana Lovo, a agricultura urbana pode ser compreendida como:

conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo (*sic*), trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU, LOVO, 2007, p. 13)

Este conceito tornou-se uma referência no país e tem auxiliado na compreensão das diferentes formas de apropriação por sujeitos e de políticas, programas e projetos vinculados às ações de governo e às agendas internacionais (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021).

Dessa forma, a agricultura urbana no Brasil incorpora iniciativas que podem ser compreendidas como práticas espontâneas, como práticas ligadas à mobilização e organização social e também como resultado de ações intersetoriais de ações de políticas públicas em diálogo com processos internacionais (ALMEIDA, 2016).

Dentro de movimentos sociais, articulações e organizações de base da sociedade civil, a agricultura tem se inserido se conectando com pautas múltiplas, podendo apontar para caminhos estratégicos de “alternativa de renda, acesso à alimentação de qualidade, apropriação de espaços subutilizados como forma de criação de espaços de sociabilidade, lazer, da prestação de serviços ambientais e tantas outras” (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021, p.3)

A agricultura urbana também se relaciona com os interesses das agendas de governos, por exemplo, na pauta da segurança alimentar e nutricional, e também na promoção de cidades ecológicas, produtivas e inclusivas (COUTINHO; COSTA, 2011). Essa relação apresenta um potencial em promover o direito à cidade, realizando transformações e interações sócio-espaciais, e reconfigurando espaços antes improdutivos e sem função social, como possibilidade de geração de renda e segurança alimentar, considerando formas de produção diversificada e comercialização de alimentos saudáveis e acessíveis.

⁴ O estudo teve como referência as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador.

Contudo, é necessário um olhar crítico. Coutinho e Costa (2011, p.95) apontam que a inserção da agricultura urbana nas ações de governos precisa ter clareza e aprofundamento dos interesses da sociedade, pois pode assumir diferentes discursos, como por exemplo um projeto pode favorecer a cooperação e as transformações sociais, mas pode também apoiar um ideário conservador, “com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais”.

Apesar da temática da agricultura urbana estar sendo cada vez mais explorada, existem leituras sobre essas práticas atribuindo-as um caráter essencialmente rural ou um rural dentro do urbano (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017a). Entretanto, essa noção acaba negando a dialética socioespacial, considerando apenas o espaço material em que as relações sociais se dão, ao invés de um produto/realidade social determinado pelas relações socioespaciais relações se auto-determinam, resultando um produto social ou uma realidade social (LEFEBVRE, 1991; SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021).

As diferenciações, ou os limites, entre campo e cidade, rural e urbano, partem de muitas perspectivas. Podem partir de uma divisão social e econômica (uma divisão territorial do trabalho e tipos de ocupação da população), das diferenciações em termos culturais e dos modos de vida, da presença-ausência da natureza e do ambiente construído, fatores demográficos (como densidade populacional), definições legais (como a definição de zonas urbanas e rurais a partir do perímetro urbano), dentre outros.

Entretanto, essas separações estão cada vez mais complexas, o que implica em um enorme desafio para o direcionamento de políticas públicas e subsídios voltados para uma população e contextos específicos. No caso da agricultura urbana, por exemplo, produtores/as realizam práticas consideradas rurais, mas precisam lidar com o contexto de políticas, definições legais, institucionais e relações socioespaciais marcadas pela lógica urbana. Ao mesmo tempo, com base nessas breves reflexões de Laschefski (2021, p.24-25), torna-se evidente que o "campo" está sujeito a mudanças significativas em sua estrutura física e em suas características sociais, a emergência de termos como “neo-rural”, “novas ruralidades”, “rurbano” para abarcar essas mudanças é um exemplo de como conceituação simplória do espaço rural não é suficiente perante as complexidades sociais e econômicas que diferem rural e urbano.

As definições rural/urbano também são categorias sociais de classificação social que impactam na atuação do estado, utilizadas, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, a forma como são adotadas essas definições não necessariamente

estão de acordo com a realidade espacial e social, justamente devido às transformações e complexidades da produção do espaço contemporâneo.

Para Costa et al. (2013, p.110), dentro do IBGE as classificações rural e urbana nas estatísticas oficiais consideram apenas o local de residência, o que não traduz a realidade espacial, as práticas e vivências da população. Logo, “os componentes de uma população em situação domiciliar rural podem ser, na verdade, tão urbanos quanto aqueles que vivem dentro do perímetro urbano”.

Dentro da ideia de espaço de vivência, urbano e rural não têm perfeita aderência à noção de atividade ocupacional. O fato de uma população encontrar-se dentro do perímetro urbano não quer dizer que suas atividades estejam associadas aos setores econômicos localizados dentro dos mesmos limites. Assim, uma população rural pode se dedicar a atividades tipicamente urbanas, dentro e fora do perímetro urbano, tal como a população urbana também poderia exercer atividades econômicas/ocupacionais tipicamente rurais dentro de seus limites (COSTA et al., 2013, p.110-111).

Dessa forma, os autores apontam para uma necessidade do exercício realizado com os dados censitários aderirem a abordagens etnográficas, pesquisas de campo, histórias de vida, entre outras.

Sobre as transformações causadas pelo processo de urbanização, Singer (1983) e Monte-Mór (2003) apresentam análises do contexto brasileiro de formação sócio-espacial e das relações campo e cidade que tem como base um processo amplo de mudança estrutural a partir das modernizações impulsionadas pelo processo de industrialização do país. Com a modernização da agricultura iniciada na década de 60, a indústria em processo crescente e a reconfiguração territorial do país nas décadas de 70 e 80, se estabelecem novas relações entre campo e cidade, rural e urbano.

No período pós-industrialização e modernização brasileira, Singer (1983) aponta que a divisão social e econômica entre campo e cidade sofre uma transformação tão ampla que pode duvidar de sua distinção. A população rural passa a se dedicar a funções urbanas e a prática agrícola (industrializada) nada se distingue das demais atividades urbanas.

Como já vimos anteriormente, Monte-Mór (2003), a partir do seu conceito de *urbanização extensiva*, faz referência a ideia de superação da dicotomia campo-cidade, argumentando que na etapa contemporânea do capitalismo, a extensão virtual do espaço urbanizado por todo o espaço social caracteriza a atualidade. A urbanização extensiva ultrapassa os limites das cidades, integrando espaços rurais ao contexto hegemônico urbano-industrial-capitalista a partir das bases materiais e da economia contemporânea.

Assim, constitui-se na atualidade uma sociedade urbano-industrial cada vez mais forte e, conseqüentemente, diversas transformações territoriais são postas em curso. Nesse sentido, a relação urbanidade e ruralidade (como práticas e modos de vida) não desaparece, e sim intensifica-se de forma complexa e fragmentada no território.

Concluindo, o rural não deixa de existir, mas se transforma a partir da expansão do fenômeno urbano e campo-cidade passam a ter elementos sócio-espaciais semelhantes e híbridos – no sentido das “simultaneidades, interações, desigualdades de desenvolvimento, pelas quais esses momentos [agrário, industrial e urbano] coexistem” (LEFEBVRE, 1999, p. 40).

A relação campo-cidade ou rural-urbano pode ser compreendida na atualidade a partir de uma dialética que encontra no território diferenças, interações e simultaneidades. De certo, cada região e lugar vai apresentar elementos e características específicos, mas sem perder as relações (mais ou menos intensas) com o urbano-industrial (enquanto uma estrutura hegemônica). Dessa forma, mesmo em territórios, povos e grupos que vivem e estabelecem relações sociais, ambientais e econômicas a partir de uma outra ótica, essa relação já existe, deixando-os sujeitos a enfrentar e resistir ao avanço dessa lógica homogeneizadora.

Assim, entender as relações cidade-campo, é compreender que o “urbano” e o “rural” são categorias analíticas e operacionais parciais e setorizadas, que a todo momento tem que se colocar em diálogo para superar as separações rígidas e dicotômicas, aproximando-se da totalidade. Logo, são construções postas para que possamos entender a realidade de maneira facilitada, mas não a realidade em si, em toda sua complexidade, como colocam Souza, Martins e Alencar (2021, p.14):

Sobre as relações campo-cidade ou rural-urbano, compreende-se que alguns territórios são marcados por uma realidade híbrida. Portanto, busca-se entender o “rural” e o “urbano” como categorias analíticas parciais, que auxiliam a pensar e conceber as características dos territórios, mas não contemplam as complexidades existentes. Ou seja, essas categorias devem ser colocadas sempre em diálogo para tentar superar suas limitações dicotômicas e, assim, possibilitar uma análise mais próxima da realidade.

Buscando abordagens territoriais que auxiliem na compreensão das práticas de agricultura urbana, Souza, Martins e Alencar (2021, p. 14), fazem o seguinte questionamento: *“Como compreender a condição das/os agricultoras/es frente ao urbano (ou a sociedade urbana em formação), e quais caminhos apontam para a transformação das realidades atuais, assim como contribuir na superação do urbano-industrial-capitalista?”*.

Além disso, os autores colocam em perspectiva as iniciativas de agricultura urbana e agroecologia protagonizadas por mulheres, jovens e outros grupos sociais, que colocam outras questões a serem exploradas, como pautas sobre gênero e juventudes. A discussão acerca dessas temáticas se faz necessária para compreendermos mais profundamente as realidades das agriculturas urbanas (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021).

Assim, os debates contemporâneos promovidos pelos movimentos feministas, negro, LGBTQIA+, decolonial e urbanos, com forte presença das juventudes, tem contribuído para a ampliação das bases de uma série de campo disciplinares e de estudos (conceituais, teóricas e metodológicas), incluindo a agricultura urbana e a agroecologia, o que tem avançado para construir aportes que convergem para o enfrentamento estrutural de diferentes e combinados processos de desigualdades presentes na sociedade brasileira e que atravessam grande parte das agricultoras e agricultores – como o racismo, machismo, homofobia, transfobia, xenofobia, etc (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021, p.14).

De acordo com Victor Alencar (2022), as experiências de agricultura urbana caracterizam-se de forma bastante plural, possuindo arranjos próprios e variadas práticas, motivações e atuações. Elas podem se distinguir a partir dos sujeitos, organizadas de forma individual/coletiva; das produções, que podem ser convencionais ou ecológicas; dos tipos de produtos, como alimentos *in natura*, beneficiados/processados, medicinais, etc; e à escala de produção e de produtividade. Em relação a dimensão espacial, podem se diferenciar pela localização, áreas centrais ou periféricas e nível de infraestrutura; e pelos tipos de espaços, como quintais, lajes, espaços públicos, vazios urbanos, espaços institucionais, terreiros, quilombos, ocupações, e outros (ALENCAR, 2022, p.56).

Como vimos anteriormente, as práticas agrícolas urbanas englobam um conjunto enorme e diverso de configurações, de forma que nem todas experiências vão apontar para uma transformação das lógicas hegemônicas, podendo reproduzir modelos de produção e econômicos convencionais e mercantilizados, assim como podem não estar necessariamente dialogando com a aproximação da natureza ou associadas aos valores de justiça e equidade ambiental e social, como afirma Alencar:

É importante demarcar também que não são todas as práticas de agricultura urbana que apresentam caminhos de superação das lógicas hegemônicas atuantes nas cidades e na realidade urbana, podendo reproduzir lógicas capitalistas de acumulação, de mercantilização do alimento e certo distanciamento da natureza – como é o caso de recentes empreendimentos de produção agrícola em galpões, estufas e outras estruturas (muitas vezes denominados como fazendas verticais urbanas), que utilizam de tecnologias para reproduzir alguns ciclos da natureza (com usos de iluminação artificial, por exemplo), para automatizar o trabalho e intensificar a produção voltada exclusivamente para o mercado. Ainda se utilizam do

discurso sustentável, orgânica propagando a produção sem utilização de insumos químicos de base (ALENCAR, 2022, p.26).

Nesse sentido, entendemos que existem agriculturas urbanas, principalmente quando alinhadas aos princípios da agroecologia, que caminham para relações de solidariedade, cooperação e coletividade que “tensionam o processo homogeneizador do modo de produção capitalista contemporâneo”, por meio de construção de saberes e interação com o entorno, mas também pela negociação e gestão de conflitos, tensões e desafios de cada espaço (ALENCAR, 2022, p. 58-59).

Assim, este trabalho compreende que algumas práticas e sujeitos envolvidos em atividades de agricultura urbana têm consolidado espaços de experimentação do saber e do fazer coletivo, que fornecem elementos para pensar e agir nos *espaços diferenciais*. Essas experiências geram reflexões e apontam caminhos possíveis para superação de problemáticas urbanas (ALENCAR, 2022).

Por fim, vale ressaltar que as práticas de agricultura urbana ainda são bastante invisibilizadas e as experiências carecem de uma maior articulação entre si, como afirma Rodica Weitzman (2008, p. 177):

No Brasil, apesar das diferenças regionais significativas no grau de urbanização, existem registros de experiências de agricultura urbana em diferentes cidades, promovidas por ONGs, pelo poder público local, além de inúmeros grupos comunitários e famílias que se dedicam à agricultura urbana como uma atividade informal. Entretanto, estas experiências não estão articuladas entre si e, muitas vezes, não estão caracterizadas como atividades de agricultura urbana, encontrando-se em projetos temáticos específicos, como hortas comunitárias, geração de trabalho e renda, saúde comunitária, reaproveitamento do lixo, dentre outros.

Recentemente, há um esforço de iniciativas como o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e o Agroecologia em Rede em mapear agriculturas urbanas a nível nacional. Na base de dados do Agroecologia em Rede estão cadastrados 42 dispositivos, 77 organizações, 333 experiências e 11 redes de agricultura urbana no Brasil⁵.

Já a nível regional, o mapeamento e caracterização de agriculturas metropolitanas do grupo AUÊ - IGC/UFMG já registrou mais de 1.000 experiências na RMBH, como veremos mais profundamente no capítulo II.

Processos como esses ajudam a identificar e fortalecer tais experiências, assim como apoiar na articulação e formação de redes de agricultores/as e produtores/as.

⁵ As informações se encontram no modo de busca do banco de dados no site: **Agricultura Urbana e Periurbana**, <https://agroecologiaemrede.org.br/>, acesso em 30/11/2023.

1.3 Agroecologia: prática, ciência e movimento social

A noção de Agroecologia vem sendo incorporada por diversas instituições em diferentes lugares do mundo, isso fez com que seu conceito se ampliasse e se diversificasse, causando dificuldades de entendimento e conceituação. A agroecologia busca transformar o sistema de produção alimentar e enfrentar o uso de agrotóxicos e transgênicos, sendo esses grandes consensos na sua interpretação, entretanto sua compreensão se estende para além disso.

Os textos *A agroecologia como ciência, movimento e prática* de Wezel et al. (2009) e *Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias* de Norder et al. (2016) apresentam um aprofundamento sobre as diferentes noções de agroecologia. Segundo os autores, durante as últimas décadas do século XX foram construídos diferentes conceitos de agroecologia, entre eles: a *Agroecologia Ecosistema*, que propõe uma análise comparativa entre o mundo natural e o agroecossistema, visando ampliar a resiliência e a estabilidade da agricultura, assim como outras variações que focam nos processos ecológicos da agricultura; a *Economia Política Ecológica*, destacando os componentes políticos e socioambientais; e, mais recentemente, a agroecologia também tem sido compreendida como *Ciência, Prática e Movimento social*.

Em muitos países há um uso combinado do termo “agroecologia” como movimento, como ciência e como prática, e na maioria das situações eles estão fortemente entrelaçados. [...] Nesse sentido, a agroecologia estimula os agricultores e extensionistas a participarem do desenho de novos sistemas, além de contribuir com os movimentos sociais. Este é particularmente o caso do Brasil e, em certa medida, dos EUA e da França. Nessas situações, muitas vezes há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para atingir os objetivos e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência). Um ponto-chave aqui para os cientistas é avaliar como essas conexões estreitas podem influenciar a ciência da agroecologia, onde haverá aplicação para atender a uma visão política usando um conjunto de práticas tecnológicas (WEZEL et al., 2009, p.9-10).

Neste trabalho, também utilizamos da associação da agroecologia com a Ecologia Política Urbana, pois as vertentes citadas anteriormente possuem um enfoque maior no meio rural, o que nos permite, dessa forma, refletir sobre a agroecologia e seu potencial transformação no espaço urbano.

Adotar a lente da ecologia política urbana evita que a pesquisa dos sistemas alimentares caia na tentação de traduzir questões complexas em questões técnicas aparentemente suficientes, mas despidas de significado sociopolítico. Em vez disso, ela torna visível como as geometrias sociais de poder influenciam decisivamente o acesso ao alimento, a sua produção e consumo. Ao mesmo tempo, a ecologia política urbana tem um potencial para explorar alternativas ao desenvolvimento urbano e ao abastecimento e consumo alimentar nas cidades, conforme ela nos convida a questionar quais formas de organização precisam ser desenvolvidas e a identificar os

espaços prioritários de atuação (DYCK et al., 2017, p.7).

Segundo Wezel et al. (2009), as práticas agroecológicas são entendidas como técnicas agrícolas adequadas a cada contexto para uma agricultura ecológica, orgânica e que não agride o meio ambiente, usadas para melhorar a agricultura tradicional ou indígena nos países em desenvolvimento. Já enquanto movimento social, a agroecologia pode se dar de variadas formas, desde um grupo de agricultores que buscam alimentos seguros, soberania alimentar e autonomia, como também um movimento político da população pelo desenvolvimento rural, como se desenvolveu no Brasil.

Dessa forma, no Brasil e em outros países, essa noção vem sendo associada com a diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal, e também com *modo de vida, ética, ideologia ou utopia* (NORDER et al., 2016). Isso mostra a necessidade de uma ampliação do debate interpretativo sobre os sentidos da agroecologia na contemporaneidade.

Após a Revolução Industrial, foram determinadas as condições para a mecanização agrícola, monocultura, fertilização química e agrotóxicos. A conhecida “modernização conservadora” avançou se sobrepondo às práticas tradicionais e camponesas de agricultura. A Revolução Verde foi portanto a incorporação dessas técnicas e da lógica industrial-capitalista ao campo. Para Machado e Machado Filho (2017), isso é a *negação da natureza*, que acaba por promover o mau uso da biotecnologia e transgenia, a degradação do solo, a perda de biodiversidade, técnicas de capital-intensivas, concentração de propriedade de terra, expulsão da população camponesa e conseqüente marginalidade urbana. Dessa forma, a agricultura moderna se consolida em um ciclo vicioso e insustentável, negando as condições e necessidades naturais e sociais.

Segundo os autores, é a partir do século XX que surgem movimentos contestatórios, orgânicos, biológicos, naturais, ecológicos e alternativos que fazem uma oposição ao modelo reducionista da “revolução verde”, a “negação da negação” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017), que caminha para a solução das contradições geradas pelo modelo do agronegócio. O surgimento de agriculturas *alternativas* no Brasil e em outros países da América Latina, a partir da década de 70, pode ser considerado como um modelo alternativo à agricultura industrial e capitalista, criticando entre outros aspectos o uso de agrotóxicos, o desmatamento e degradação do solo, a mecanização e variedades genéticas para alta produtividade.

Segundo Costa et al. (2015), muitos críticos da revolução verde deixavam de

questionar as questões sociais, econômicas e fundiárias. Por sua vez, muitos movimentos de contestação se espalharam pelo mundo, mas com viés estritamente ecológico, não se atentando aos problemas sociais e econômicos. Vale ressaltar, por exemplo, que apesar das práticas agroecológicas produzirem alimentos orgânicos, livres de veneno, nem todo produto orgânico pode ser considerado agroecológico, pois a produção orgânica em comunhão com a agroecologia não se restringe às transformações unicamente técnicas/agronômicas dos modelos produtivos. A agroecologia propõe um aspecto social e político, apresentando a possibilidade de interação entre atores sociais e construção de redes que reestruturem processos socioambientais e econômicos desde a produção até o consumo (MARTINS, 2021).

Nesse sentido, também a partir de 1970, surgem práticas e movimentos agrícolas que convergem para ações da agroecologia, levantando críticas sobre os impactos ambientais gerados por esse modelo agrícola e os impactos na saúde de agricultores e consumidores, mas trazendo também uma perspectiva social e política (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa, que vinham desde o início da década de 1960, encontram eco na palavra agroecologia, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais [...] (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 35).

A agroecologia é fortemente contrária ao “agronegócio”, em que a produção segue um roteiro único e fechado, sem considerar as diversidades de cada local, e se torna cada vez mais dependente da compra de sementes, de transgênicos, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Essa forma de produção é estabelecida para atender a interesses econômicos particulares, visando o lucro e a acumulação capitalista, independente do bem comum. Nesse sentido, a agroecologia apresenta uma natureza dialética, pois traz a necessidade de uma leitura real das relações que se estabelecem na ciência e nas práticas (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

No Brasil, a noção de agroecologia tem sido objeto de debates e interpretações por diversos autores e instituições. Apesar da diversidade de entendimentos, seu significado apresenta convergências no sentido de uma alternativa ecológica em contraposição à modernização agrícola. Também destaca-se o alinhamento da noção de agroecologia como um processo de construção de conhecimento (NORDER et al., 2016).

A agroecologia é também um retorno às práticas e saberes ancestrais, ao mesmo tempo incorporando-os aos conhecimentos e progressos científicos e tecnológicos atuais, sempre levando em consideração as questões sociais, políticas, culturais, ambientais, de

escala, energéticas e éticas (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

De acordo com Norder et al. (2016), em relação aos diferentes campos sociais que lidam com agroecologia no Brasil, as interpretações se dão da seguinte forma:

No *campo científico*, a agroecologia é caracterizada como disciplina, interdisciplina, paradigma, ciência, conhecimento transdisciplinar, saber multiperspectiva, entre outros. Além disso, ela passa por um processo de institucionalização científica, o que mostra a potencialidade para pesquisas e políticas públicas. No Brasil, as pesquisas em agroecologia reconhecem a pluralidade e a necessidade de rigor técnico em procedimentos investigativos, mas questionam a ausência de debate sobre suas motivações e suas interações com determinadas práticas sociais e impactos em sistemas locais de conhecimento.

No *campo dos movimentos sociais*, para as organizações da sociedade civil, a agroecologia corresponde a práticas e princípios para construção de uma agricultura sustentável. Entretanto, para essas organizações, é necessário levar em conta também os aspectos morais e sociais, assim sendo, a agroecologia passa a caracterizar não apenas a forma de produzir, mas todo um sistema agroalimentar. Por isso, a agroecologia faz parte de uma estratégia importante de mobilização social e política, representando pautas centrais em importantes iniciativas brasileiras que compreendem outras muitas iniciativas. Ainda, a articulação de organizações não governamentais com o Estado para pautar e discutir a agroecologia, tem construído e implementado de forma participativa importantes políticas públicas, principalmente para a agricultura familiar.

Já no *campo governamental*, existem importantes experiências que representam a inserção da agroecologia em políticas de desenvolvimento rural pelo governo federal do Brasil, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), além disso há menção sobre a agroecologia em um relatório da Food and Agriculture Organization (FAO) sobre o direito à alimentação o que contribuiu para a adoção do termo como diretriz recomendada pela ONU.

No *campo da educação*, a formação em agroecologia é oferecida em cursos em diferentes tipos de educação informal, tanto para capacitação técnica quanto política e social. Geralmente as iniciativas partem de movimentos sociais, associações, etc, mas também é oferecida em algumas escolas como disciplina transversal. E também tem acontecido sua incorporação em cursos de agronomia. Cursos com a denominação agroecologia passaram a compor redes de ensino médio e superior, além de cursos técnicos e afins. Entretanto, em relação à profissionalização do formado em “agroecologia”, no Brasil há desafios e limites

com relação à criação de novas profissões, o que por conseguinte obriga o/a “agroecólogo/a” a se enquadrar em outras profissões.

Cabe ressaltar que historicamente a agricultura urbana, ou, o urbano e a cidade, não teve muita centralidade no debate teórico e político da agroecologia, por isso essa temática não aparece acima. Contudo, avanços consideráveis na incorporação desse debate tanto no meio acadêmico, quanto no movimento agroecológico, adotando-se, por exemplo, o termo “agroecologia urbana” para definir práticas e experiências de agricultura que se manifestam no urbano e englobam os princípios da agroecologia.

A força crescente do movimento de agricultura urbana promoveu o reconhecimento de diversas histórias e práticas agrícolas nas cidades, e ampliou as possibilidades para relacionar a população urbana com a agricultura. A agricultura e a agroecologia urbanas podem ajudar a criar os princípios e as dimensões de uma abordagem agroecológica aos sistemas produtivos, às questões sociais e aos territórios urbanos. É isso que podemos chamar de “agroecologia urbana” (ALMEIDA; BIAZOTI, 2017b, p.23).

1.3.1 O movimento agroecológico

A compreensão da agroecologia como *ciência, prática e movimento social* tem sido estimulada pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que a considera um conjunto de princípios e práticas alinhadas à sustentabilidade e à justiça social na reestruturação de sistemas agroalimentares, orientada não exclusivamente às transformações no manejo de agrossistemas, mas também aos processos sociais, ecológicos e pedagógicos (ABA-Agroecologia, 2017a).

Nos movimentos sociais, a agroecologia vai além do seu aspecto prático, passando a caracterizar não apenas a forma de produzir, mas todo um sistema agroalimentar, um modo de vida e um projeto de sociedade (MARTINS, 2021). A agroecologia é reconhecida por sua incidência política em busca de direitos sociais, pelos princípios e tecnologias ecológicas, pelo alinhamento à segurança alimentar e nutricional e às economias populares e solidárias, e pela defesa da soberania alimentar.

No século XX, apesar da grande maioria dos produtores orientarem sua produção para mercados locais e regionais, havia também produtores de commodities orgânicas, o que distinguiu os trabalhos de Organizações Não Governamentais (ONGs) de “agricultura alternativa” das “agroecológicas”. Enquanto as primeiras geralmente se voltavam para o mercado, as segundas priorizavam os trabalhos com agricultores familiares e suas organizações, buscando a autonomia dos agricultores/as dos sistemas e o comércio justo, como afirmam Costa et al. (2015):

O período se caracterizou também pela ampliação das ações e das diferenças entre as ONGs que orientam seus trabalhos segundo os pressupostos da agricultura alternativa e aquelas que se autodenominam agroecológicas. As primeiras se centraram na produção para o mercado, praticando um preço mais elevado que dos produtos convencionais, trabalhando com os empresários rurais e adotando um padrão tecnológico baseado na substituição de insumos, vindos de fora da propriedade. As ONGs que se denominam agroecológicas priorizaram os trabalhos de base junto aos agricultores familiares e suas organizações, buscando a estruturação de sistemas produtivos mais independentes em energia externa, a organização dos agricultores para assumirem a gestão do processo da comercialização, dando prioridade ao mercado local e regional, e praticando preços que remunerem o agricultor de forma justa, e buscando tornar a produção acessível a toda a população (COSTA et al., 2015, p. 72).

Segundo Nilsa Luzzi (2007), a partir da década de 80, o debate agroecológico foi se desenvolvendo no Brasil, principalmente, com os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) e o Projeto Tecnologias Alternativas / Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Já no final da década, a aproximação com movimentos sociais e ampliação da base social no EBAA, o movimento passa a ampliar as críticas, que até então se concentravam em questões ambientais, incluindo as consequências sociais excludentes, como concentração de terra, precarização das relações de trabalho e êxodo rural. Mas, essa linha de pensamento não era consenso dentro do movimento de agricultura alternativa, sendo associada por alguns à partidarização e associação ao socialismo.

A partir do III EBAA (1987) ocorre a ampliação da base social do movimento – com a participação de alguns movimentos sociais, especialmente CUT, CONTAG e MST – e do debate para questões sociais da produção e questões mais gerais que também faziam parte do debate de outros atores sociais e movimentos, tais como: reforma agrária; dominação do setor agrícola pelas multinacionais; o comprometimento das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com as políticas de modernização da agricultura; o debate sobre o processo da constituinte (LUZZI, 2007, p.156).

O primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) aconteceu no Rio de Janeiro, em 2002, e foi um momento importante de articulação nacional do movimento agroecológico. De acordo com Luzzi (2007), o encontro reuniu diferentes movimentos sociais rurais e organizações de trabalhadores, dando centralidade aos agricultores e suas experiências concretas de promoção da agroecologia, dando visibilidade e promovendo uma maior articulação entre os sujeitos.

Atualmente, o movimento agroecológico se consolidou em âmbito nacional através da articulação de diversos grupos, redes, ONGs, organizações, movimentos, sujeitos, coletivos e afins, que dialogam, realizam ações e projetos, e se alinham politicamente com o intuito de

promover a agroecologia no país. Nesse sentido, os principais canais que possibilitam essa articulação são a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que surgiu em 2002, e a ABA, criada em 2004.

A ANA se propõe a articular iniciativas realizadas pelas organizações que a formam, em seus programas de desenvolvimento local/territorial, o diálogo e intercâmbio das experiências alimentam o trabalho de incidência sobre as políticas públicas e, a partir disso, são elaboradas propostas para a criação e aprimoramento de políticas públicas ligadas à agroecologia nos territórios. Além disso, há um esforço de comunicação com a sociedade, a fim de dar visibilidade e legitimação às propostas defendidas pelo campo agroecológico.

Já a ABA, apoia e organiza espaços de construção e compartilhamento do conhecimento agroecológico, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), estimula a participação de profissionais da área, promove a divulgação científica e técnica, realiza discussões de caráter socioambiental, propõe e analisa políticas públicas e age em defesa da biodiversidade.

Em 2004, no II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), um espaço de discussão e articulação do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico. A ABA-Agroecologia vem se tornando um espaço de articulação importante no meio acadêmico-científico e sua atuação é complementar àquela exercida pela ANA. A aproximação entre ambas, na medida em que muitos membros da ANA são filiados à ABA-Agroecologia e esta também faz parte da ANA, se constitui num fato inédito no país, que contribui sobremaneira para o fortalecimento do movimento agroecológico e para a mudança de paradigma na agricultura brasileira. A ABA-Agroecologia e a ANA constituem hoje dois espaços nacionais importantes de articulação política envolvendo a temática da agroecologia. A continuidade deste diálogo e o estreitamento das relações entre ambas constituem num importante desafio para o avanço da agroecologia, tanto no campo político quanto tecnológico (LUZZI, 2007, p.164).

Segundo Costa et al (2015), a articulação de organizações não governamentais com o Estado para pautar e discutir a agroecologia, tem construído e implementado de forma participativa importantes políticas públicas para a agricultura familiar. No Brasil, existem importantes experiências que representam a inserção da noção de Agroecologia em políticas de desenvolvimento rural pelo governo federal, como o PRONAF e a PNAPO, já mencionados acima.

A PNAPO foi implementada em 2012 pelo Governo Federal e construída em parceria com movimentos sociais, principalmente ANA e ABA, criada para ampliar e orientar o desenvolvimento sustentável. A partir daí, foi elaborado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com programas e ações que buscam a transição

agroecológica, a qualificação e integração de agricultores, assentados, povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de fortalecer e modificar práticas produtivas, entre outros. O PLANAPO também possibilitou a construção de Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs), grupos que atuam na construção do conhecimento agroecológico a partir de ações de pesquisa-ensino-extensão em diálogo com a sociedade, o que ajudou a fortalecer esse campo de estudos (COSTA et al., 2015).

A agroecologia é um conceito em disputa, de forma que existem iniciativas voltadas para uma lógica mercadológica que se apropriam e utilizam do termo, principalmente frente às pressões internacionais por um desenvolvimento mais sustentável e empreendimentos mais “verdes”. O movimento agroecológico, principalmente, através da ANA e da ABA, se organiza de forma a defender e pautar os princípios sociais, ambientais e culturais da agroecologia.

Contudo, isso não significa que seus valores sejam estáticos, inclusive, vale mencionar que o movimento agroecológico, apesar de fortalecer, reconhecer e incorporar os saberes tradicionais, só recentemente tem buscado se aproximar e internalizar cada vez mais propostas que dialoguem com o conhecimento popular, com perspectivas indígenas, dos povos de matriz africana e das periferias, e com perspectivas contra colonizadoras.

Outra questão que persiste no debate agroecológico é a relativa falta de diálogo entre o conhecimento científico e o popular. Embora os defensores da agroecologia trabalhem para a promoção de um diálogo de saberes entre ambos, isso ainda é muito difícil de ser conseguido. O conhecimento científico e o popular se desenvolveram paralelamente, sem diálogo um com o outro, e sem a aceitação do conhecimento popular pela ciência oficial (LUZZI, 2007, p.165).

A exemplo, o XII CBA acontecerá esse ano na cidade do Rio de Janeiro, na Fundação Progresso, entre 20 e 23 de novembro de 2023, trazendo a temática “Agroecologia na Boca do Povo”. Está sendo construído a partir de uma forte interação com os saberes dos povos tradicionais, pretos, quilombolas e de periferia, buscando fortalecer e articular atividades da Semana da Consciência Negra de forma descentralizada, ocupando espaços públicos e experiências, como os Arcos da Lapa, Circo Voador, Praça do Passeio, região pequena África da Gamboa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Cinelândia, o Armazém do Campo sob coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o espaço da ONG Ação Cidadania⁶.

Atualmente, o movimento agroecológico no Brasil levanta uma série de bandeiras de

⁶ Para mais informações acessar o site do XII CBA: ABA-Agroecologia, **Apresentação do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia**: <<https://cba.aba-agroecologia.org.br/apresentacao/#>>. Acesso em: 30/11/2023.

defesa das águas, do solo, da biodiversidade, dos povos indígenas e quilombolas, das juventudes, da comunicação popular, do movimento LGBTQIAP+⁷, da agricultura urbana, entre muitas outras.

Apesar da perspectiva da agroecologia urbana aparecer pouco no histórico do movimento agroecológico, atualmente tem sido cada vez mais explorada, principalmente após o IV Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em 2018, Belo Horizonte, cuja temática “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” atravessou os debates do encontro. Ainda, há um fortalecimento das discussões e atuação de coletivos como o CNAU, que em 2015 organizou junto com a ANA e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, na UERJ, abordando como tema central “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”.

Essa confluência de pautas apresenta um enorme potencial e resultados concretos da articulação entre sociedade civil, organizações, coletivos e poder público, na adoção da agroecologia como um projeto e um modo de vida que vai contra ao modelo socioeconômico hegemônico.

1.4 Juventudes enquanto atores sociais

É de se notar que acontecimentos históricos marcantes, bem como múltiplos movimentos no interior do tecido social por muito tempo passaram ao largo do que indivíduos que vivem a condição juvenil pensavam e sentiam. Isso começou a mudar apenas a partir do século XX, com transformações notáveis na visão sobre o jovem. Movimentos como a contracultura hippie, que teve seu auge nos anos 1960, e a subcultura punk, a partir da década de 1970, demonstraram o potencial político das juventudes com a disseminação de ideias e da transformação social (LOPES, 2019).

A concepção do sujeito imaturo, inconsequente e de pouca responsabilidade ainda persiste na visão da sociedade sobre o jovem, reduzindo a juventude a apenas uma fase de transição para a vida adulta. Apesar dos processos para incorporar sua voz dentro do processo participativo e decisório da sociedade estarem evoluindo, precisamos questionar: *Essa participação é efetiva, de modo a se assegurar uma presença permanente e reconhecida da juventude no sistema social?*

⁷ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binário e outras orientações sexuais.

[...] jovem, como categoria social, carrega o “peso” da transitoriedade, e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar, e que não é percebida por suas formas de se configurar como ator social. Menos óbvia é sua deslegitimação como ator político. Nesse sentido observamos como em diferentes espaços de decisão os jovens buscam caminhos para se expressarem e enfrentam a desqualificação da sua possibilidade de intervenção reforçada pela condição de jovem e mais ainda quando filho, ou filha solteiro(a) (CASTRO, 2013, p.401).

Neste sentido, é necessário incrementar a reflexão acerca do tema para que seja possível se pensar em uma nova e atual sociologia da juventude. Com efeito, Pierre Bourdieu entende que a compreensão da juventude enquanto objeto pressupõe pensá-la num contexto de relações no qual está inserida e de forma relacional - jovem/velho - ou seja, categoria que se constrói em relação ao outro, adotando, como método, a superação da percepção do mundo social como substancialista (BOURDIEU, 1998).

A noção de juventude pode apresentar variadas interpretações e significados. Para abordar a temática das juventudes na agroecologia, torna-se necessário aderir a uma definição como ponto de partida. Em uma revisão minuciosa sobre o tema, Luís Antonio Groppo (2017b) descreve três momentos teóricos com diferentes olhares sobre o tema: a) as teorias tradicionais da juventude; b) teorias críticas da juventude e c) teorias pós-críticas e educação.

O primeiro conjunto de teorias, que teve seu auge em meados do século passado, toma as estruturas sociais como um simples dado, não as criticando, e tampouco imaginando transformações significativas no âmago da sociedade moderna. Nesta primeira fase, a juventude é tomada simplesmente como transição entre a infância e a vida adulta. Não por acaso, a delinquência juvenil é tema recorrente nas teorias tradicionais, que empreendem um esforço de localizar e tratar comportamentos desviantes do jovem.

A segunda vertente subdivide-se em estudos de caráter reformista (como a teoria das gerações de Karl Mannheim e a crítica de Erik Erikson) ou de caráter revolucionário, que reconhece a relação entre a categoria “juventude” e outras categorias sociais em uma sociedade, como classe social, gênero, etnia, urbanidade, religião e diversidade regional.

Karl Mannheim (1893-1947) argumenta que as condições sociais e culturais de uma época influenciam as gerações, resultando em perspectivas únicas e abordagens para resolver problemas específicos. Sua teoria destaca a importância das influências históricas na formação das identidades coletivas e nas dinâmicas sociais e políticas.

Segundo Erik Erikson (1902-1994), a juventude é associada à uma espécie de “moratória social”, período em que certas normas e obrigações sociais são suspensas ou adiadas para um grupo específico, permitindo que eles explorem diferentes identidades e possibilidades sem pressões sociais ou julgamentos.

A vertente de caráter revolucionário destaca que não existe uma única juventude, mas várias, com diferentes possibilidades e limitações influenciadas pelas demais estruturas e condições sociais (GROPPO, 2017b). No entanto, crises econômicas e grandes transformações culturais na segunda metade do século XX conduziram a uma nova perspectiva, para a qual a juventude deixa de ser vista como estágio a ser concluído com um “final feliz”:

As próximas teorias, desenvolvidas desde o final do século XX e início do XXI, encaminham a sociologia da juventude para uma posição dita “pós-moderna”, cada vez mais relativizando e até negando a proposição original da sociologia funcionalista – a juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Tomando novamente de empréstimo os termos de Silva (2010), tratam-se de teorias “pós-críticas” sobre a juventude (GROPPO, 2017a, p. 17).

Neste sentido, um terceiro grupo de perspectivas surge a partir dos anos 1970, com estudos pós-críticos sobre o tema. Tais trabalhos passam a questionar a proposição original da sociologia da juventude, que caracterizava esta categoria como uma transição à vida adulta, tendo a tarefa de socialização como secundária. Desta forma, é rompida certa “expectativa criada na primeira modernidade, na qual a juventude findava com a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a união conjugal, a saída da casa dos pais ou responsáveis e a experiência de paternidade ou maternidade” (GROPPO, 2017a, p. 12). Ao colocar em xeque as estruturas etárias, os autores alinhados a esta nova corrente sugeriram que as juventudes contemporâneas efetuavam múltiplas e ativas socializações. Emerge, então, a figura do jovem como sujeito social, com capacidade de empreender socializações ativas.

Assim, as teorias pós-críticas se propõem a olhar para as juventudes em sua plenitude e realidade, contemplando suas diversidades e misturas, nas relações de poder, cultura, socialização e relação com o espaço, perpassando por múltiplas temáticas que as atravessam.

Segundo Groppo (2017a), percebe-se que a juventude como uma fase da vida tem se estendido com o tempo, e, se antes era compreendida como uma transição para a vida adulta que terminaria com o início da maioridade, hoje incorpora a casa dos 20 anos. Na legislação brasileira, o Estatuto da Juventude define o período de juventude entre 15 até os 29 anos.

Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) chamam a atenção para o fato de que infância, juventude ou velhice são categorias imprecisas, com limites borrados, reverberando antiquados rituais de passagem e a heterogeneidade nos planos econômico, social e cultural. Neste sentido, se por um lado o conceito “juventude” é significativo, por outro ele nos coloca diante de um “quadro classificatório” capaz de nos confundir imediatamente, conduzindo à

ambiguidade e à imprecisão. Por esta razão, observam os autores, é necessário “acompanhar a referência à juventude com a multiplicidade de situações sociais em que essa etapa da vida se desenrola; apresentar os quadros sociais historicamente desenvolvidos que condicionam os diferentes modos de ser jovem” (MARGULIS; URRESTI, 1996, p.1).

De acordo com estes autores, na atualidade é possível se observar uma espécie de prolongamento da juventude em razão da ambiguidade das fronteiras etárias, dos deslocamentos, das experiências, das transformações, da demora e da incompletude de certas vivências, da inserção em (e transição por) processos como os já citados. Esse fenômeno é chamado por eles de moratória social, ou seja, um borramento de delimitações decorrente de uma série de fatores: mudanças no mundo no trabalho e nos perfis de escolarização, maior tempo de permanência na casa da família e casamentos e/ou filhos mais tardiamente.

De tal forma, o fator biológico ou a idade não são o suficiente para explicar a condição de juventude. Até mesmo porque a juventude designa não somente uma etapa da vida, mas também um produto. Do ponto de vista sociológico, trata-se de uma categoria/condição social, por estar inserida em uma estrutura social e se tratar de um coletivo de sujeitos (GROPPO, 2017a). Assim, as juventudes estão relacionadas e subordinadas a uma estrutura de privilégios e deveres, de forma que enquadrar a juventude apenas como “período de transição para a vida adulta”, pode gerar leituras que reforçam relações de poder e hierarquia social (CASTRO et al., 2009).

Tratar da juventude exclusivamente pela sua transitoriedade, ou seja, como indivíduos incompletos, pode acarretar em dificuldades na vida cotidiana, como conseguir um emprego, e também deslegitimar a participação política em espaços de decisão (CASTRO et al., 2009).

Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere, para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados (CASTRO et al, 2009, p. 43).

Segundo Bourdieu (1983), a “juventude é apenas uma palavra”, ou seja, um demarcador no espaço social, utilizado como forma de sustentar relações de poder e privilégios. Margulis e Urresti (1996) debatem essa ideia afirmando que “a juventude é mais que uma palavra”, trata-se de uma realidade social concreta, que vai além do seu uso na disputa de poder (BOURDIEU, 1998 apud GROPPPO, 2017a, p.81).

Portanto, apesar da juventude estar ligada à idade e a uma fase transitória da vida, devemos compreender que na contemporaneidade ela se enquadra como categoria social, e,

portanto, “é atravessada assim como a estrutura de classes, por tensões, disputas e conflitos” (GROPPO, 2017a, p.85). Tal fato torna essa população um objeto de análise sociológica e instiga reflexões sobre as relações que as juventudes desenvolvem como atores sociais em diferentes contextos e territórios.

Nos meados do século XX, constituíram-se teorias críticas sobre as juventudes que fogem de uma noção mais naturalista do termo, tendendo a reconhecer a potencialidade de transformação social das juventudes e caracterizam-se, principalmente, pela relação entre a estrutura socioeconômica e a experiência da juventude (GROPPO, 2017a). Nesse contexto, “valores e ideias de uma geração poderiam se espalhar entre sujeitos e levar à transformação social” (GROPPO, 2017a, p.56). Segundo o autor, as teorias críticas também iniciaram o “reconhecimento da diversidade de vivências da juventude, de acordo com a classe social, o gênero, a etnia, a nacionalidade, etc”.

Dessa forma, a juventude pode ser compreendida, entre suas muitas definições, como uma condição social e diversifica-se de acordo com seu contexto histórico, social, de gênero e geográfico, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003). Para Dayrell, é necessário entender o jovem como sujeito social, o que implica considerar sua individualidade. O sujeito transforma e também é transformado pelas relações sociais e pelo meio em que se insere, pois “age no e sobre o mundo” trazendo consigo sua história, seus desejos e propostas para a sociedade.

Existem diferentes modos de viver e sentir a condição juvenil, que passam por desigualdades de classe, diferenças étnico-raciais, territoriais, de gênero, orientação sexual, religiosa, entre muitas outras (GROPPO, 2017a). Portanto, pesquisadores da área têm utilizado o termo no plural - *juventudes* -, compreendendo assim que a condição de juventude é marcada por uma multiplicidade de identidades, posições e vivências (NOVAES, 2009).

Nesse sentido, adota-se neste trabalho a articulação entre a compreensão de juventude e de sujeito social, assim como a adoção do termo *juventudes*, no plural, explicitando a diversidade das realidades sociais, da territorialidade e identitária dos indivíduos jovens.

Analisar as juventudes leva à necessidade de compreender também os contextos em que estão inseridas, dessa forma a noção de território se faz necessária, não de maneira determinista, mas como objeto de análise, por marcar as relações socioespaciais que colaboram para tornar ainda mais plurais as realidades vividas pelas juventudes.

Segundo Raffestin (1993), o território deve ser entendido como social, pois surge da construção de redes de atores sociais com a intenção de realizar algo em algum lugar, apropriando-se do espaço de forma concreta ou simbolicamente, dessa maneira o ator social “territorializa” o espaço.

Ademais, por meio dos pensamentos de Milton Santos (2000) é necessário compreender o território como um híbrido, não apenas como o acúmulo dos sistemas naturais e as construções da sociedade, mas também podendo estabelecer solidariedades, contradições, fluxos e aderindo todos os atores e aspectos. Ao adotar-se um conceito híbrido, entende-se o território usado, ou, espaço habitado, como um conjunto de objetos e ações, marcado pela sua historicidade, mas também pelas relações e ações realizadas sobre ele (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Como aponta Santos (1994, p.255) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”, o território até pode se dar pelas formas ali apresentadas no espaço, mas o território usado, ou o que vamos chamar aqui de territorialidade, “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”

Portanto, o território é uma construção social que se estabelece pelas relações de conflitos, de solidariedade e relações de poder entre os sujeitos que o habitam (ALVES; OLIVEIRA, 2014). As juventudes como atores sociais também se apropriam e transformam espaços, ressignificando-os a partir de suas características e modos de vida, e, ao mesmo tempo, sendo influenciadas por essa interação. Muitas vezes, são os jovens que criam espaços da *diferença*, como, por exemplo, ocupando e transformando áreas, criando redes de apoio e solidariedade, realizando manifestações e intervenções artísticas e culturais, entre outros.

Pensar o tema territórios e juventudes exige pensar a maneira como os jovens constroem e dão significados aos espaços, através dos locais que frequentam, dos estilos de vida, da produção de culturas juvenis, dos padrões de consumo, das relações e da sociabilidade. Exige também pensar de que forma os espaços vividos, construídos e (re)significados pelos jovens influenciam suas escolhas e seus modos de vida (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p.18).

As juventudes são uma condição social específica e apresentam demandas e processos de vida diferentes daqueles das demais categorias etárias, portanto carecem de políticas públicas particulares. Entretanto, a conquista dessas políticas percorreu um longo caminho no Brasil, e cabe discorrer brevemente sobre os marcos legais concernentes a elas no país.

De acordo com Geber et al. (2016), a participação social e política formal das juventudes no Brasil se ampliou a partir dos anos 2000, pois foi o período em que se constituíram as primeiras políticas públicas direcionadas às juventudes, além de surgirem ações de governo voltadas para grupos invisibilizados da sociedade, como afrodescendentes, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiências.

Além disso, o Brasil foi marcado por uma explosão demográfica nos anos 70, de

forma que nos anos 90, os jovens de 15 a 29 anos representavam 29% da população, ao mesmo tempo em que esse recorte social contava com pouquíssimas políticas públicas específicas (PIMENTEL, 2016).

O Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu em 1990, enquanto a palavra juventude só foi incorporada à Constituição Brasileira em 2010 e o Estatuto da Juventude só foi promulgado em 2013. Essa diferença aponta como essa categoria social esteve por muito tempo invisibilizada e carente de políticas públicas próprias. É importante reforçar também que a concretização do estatuto só foi possível via mobilização da sociedade civil e da reivindicação dos coletivos e fóruns das juventudes, em destaque que se multiplicaram, principalmente, a partir dos anos 2000, com destaque para as demandas das Conferências Nacionais de Juventudes, cuja primeira realização aconteceu em 2008 (CASTRO et al., 2017).

A luta pela aprovação do Estatuto da Juventude foi um longo percurso de discussões e mobilizações, assim como essa mesma PEC só foi aprovada em 2008 em dois turnos na Câmara dos Deputados e até maio de 2010 aguardava a aprovação do Senado Federal, que também foi feita em dois turnos. O processo da aprovação do Estatuto da Juventude só foi possível após dez anos de muitas lutas. No dia 5 de agosto de 2013, a Presidenta da República Dilma Rousseff sancionou o decreto que o Congresso Nacional aprovou criando a Lei nº 12.852 (PIMENTEL, 2016, p. 6).

O Estatuto da Juventude aponta questões que devem ser promovidas e garantidas pelo Estado, principalmente, voltadas aos seguintes direitos: à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança pública e ao acesso à justiça. Apesar de esse marco ter sido extremamente necessário para assegurar um novo status e dar visibilidade para as questões e desafios enfrentados pelas juventudes, a aprovação do estatuto ainda não elimina as fronteiras e vulnerabilidades que cercam os/as jovens brasileiros/as.

O principal marco legal, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), sancionado em 5 de agosto de 2013, garantiu um novo status para a juventude, antes fortemente associada à delinquência e à situação de risco. São inegáveis os avanços e a visibilidade alcançada pelas agendas e questões sobre a juventude no Brasil na última década, contudo, também observam-se fragilidades e limites que mostram que a juventude, principalmente a juventude rural, segue enfrentando fronteiras invisíveis (CASTRO et al., 2017, p.310).

Ainda, as pautas levantadas por movimentos sociais e a articulação das juventudes, sobretudo a partir de 2011, foram essenciais para a construção de ações políticas e o

fortalecimento de políticas públicas, como o Grupo de Trabalho Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), e o Comitê Permanente de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Cabe mencionar que os governos de Lula e Dilma foram importantes para criar espaços de discussão e participação das juventudes no debate sobre políticas públicas, como a SNJ e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005 (CASTRO et al., 2017).

Nesse sentido, segundo Castro et al., (2017), outras conquistas como o PRONAF Jovem, linha específica de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para jovens, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a inclusão de questões relacionadas à juventude no PLANAPO, entre outras, representam um grande avanço para as juventudes brasileiras.

Na primeira versão do Planapo, observamos ainda pouco foco na juventude. Mas vimos como a presença da juventude, no segundo plano, é maior. Podemos dizer que há um fortalecimento mútuo das pautas juventude e agroecologia nos espaços de representação social e política da juventude e nos espaços da construção do plano. Nesse sentido, podemos ver um processo de ampliação da agenda da agroecologia e uma articulação com a juventude (CASTRO et al, 2017, p.317).

Contudo, a efetivação dos direitos previstos tem caminhado lentamente e as juventudes ainda enfrentam diversas dificuldades, como, por exemplo, a precarização e a dificuldade em encontrar trabalho, principalmente para os jovens de menor escolaridade e de baixa renda, a discriminação e as desigualdades, além da degradação da natureza e problemas socioambientais relacionada a questões territoriais que marcam diretamente a vida de jovens de diferentes contextos. Outro ponto a se destacar é a violência setorizada voltada à categoria de homens jovens, sobretudo pretos, pobres e urbanos, que apresentam as maiores taxas de homicídio, como aponta Huggins (2010).

Nesse sentido, entende-se que as juventudes têm um longo caminho a percorrer em direção à garantia de direitos e políticas públicas específicas. No campo da agroecologia, como veremos a seguir, a articulação de movimentos, espaços e grupos de juventudes do campo, da cidade, das águas e das florestas está fortalecendo o debate e a luta por maior visibilidade dessa categoria social e mais incentivos que garantam condições adequadas para que os jovens possam permanecer em seus territórios, promover agricultura e agroecologia, se formar e multiplicar seus conhecimentos e práticas.

1.4.1 Juventudes no Movimento Agroecológico

Hoje, o movimento agroecológico abarca uma grande diversidade de pautas e lutas

que vão além da compreensão meramente técnica da prática agroecológica, com a intenção de propor relações sociais, ambientais e econômicas mais justas. Bandeiras como as do feminismo, das lutas quilombola, indígena e camponesa, das lutas pelas águas e pela agricultura urbana, são levantadas na agroecologia e foram se fortalecendo e se consolidando dentro do movimento, principalmente na última década. A questão das juventudes também tem ganhado visibilidade nos últimos anos, o que foi possibilitado principalmente pela mobilização e articulação das juventudes rurais, mas ainda apresenta fragilidades.

Nesse contexto, as juventudes estão conquistando espaço e inserindo-se politicamente em articulações, organizações, redes e movimentos sociais, através de encontros, intervenções, debates e atuação de jovens do campo, da cidade, das águas e das florestas, indicando as especificidades dos grupos e trazendo pautas contemporâneas, como direito à terra, direito à cidade, educação contextualizada no campo, políticas públicas para as juventudes, cultura, comunicação, igualdades racial e de gênero, a luta LGBTQIAP+, entre outras.

A reivindicação pelo protagonismo das juventudes no movimento agroecológico teve como marco importante a criação dos grupos de trabalho (GTs) de juventudes da ANA e da ABA, acontecimento que permitiu aos sujeitos jovens ganharem voz nos processos de construção e decisão do movimento em âmbito nacional. Além disso, muitas redes e instituições vinculadas ao movimento possuem GTs próprios de juventudes a nível regional e municipal, principalmente quando estabelecidas em regiões rurais.

O GT de Juventudes ANA foi criado em outubro de 2016, a partir do encontro “Diálogos: Juventudes e Agroecologia” realizado na cidade de Recife, em Pernambuco. É composto por jovens das cinco macrorregiões do país e por organizações de assessoria. O grupo promove a agroecologia enquanto ciência, movimento e prática por meio de oficinas, seminários e encontros locais, regionais e nacionais. Além disso, o GT promove ações, atividades e discussão de questões transversais à diversidade desses sujeitos, suas especificidades e os movimentos que representam, como o acesso à terra e à educação do campo e realiza projetos vinculados à ANA, sobretudo, direcionados à profissionalização e formação de jovens.

Já o GT Juventudes da ABA, também criado em 2016, constrói ações para fortalecer os debates sobre as juventudes e suas participações na construção do conhecimento agroecológico, nos projetos de pesquisas e extensão e no aprimoramento das políticas públicas.

Ambos promovem discussões e ações acerca de temas que atravessam as juventudes,

como: valorização dos saberes agroecológicos tradicionais, ancestrais, populares e interdisciplinares; políticas públicas voltadas para juventudes; visibilidade de coletivos de agroecologia protagonizados por jovens; permanência dos jovens em seus territórios; agricultura urbana; participação de jovens em processos decisórios; educação contextualizada no campo e na cidade; igualdade de gênero e feminismo; educação, arte e cultura popular; fomento à agroecologia, entre outros⁸.

Alguns momentos e espaços específicos de organização e mobilização estão sendo muito importantes para potencializar os GTs, mapear coletivos e fortalecer as trocas com as demais juventudes do movimento, como plenárias e debates que reuniram uma enorme diversidade de jovens e coletivos de todo país, como a Plenária das Juventudes do IV ENA, no ano de 2018 em Belo Horizonte, e do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), no ano de 2019, em Aracaju.

⁸ Mais informações podem ser encontradas nos sites da ABA e da ANA: ABA-Agroecologia, **Juventudes - GT Juventudes**: <<https://aba-agroecologia.org.br/grupos-de-trabalho/juventudes/>> e Articulação Nacional de Agroecologia: <<https://agroecologia.org.br/>>. Acesso em: 30/11/2023.

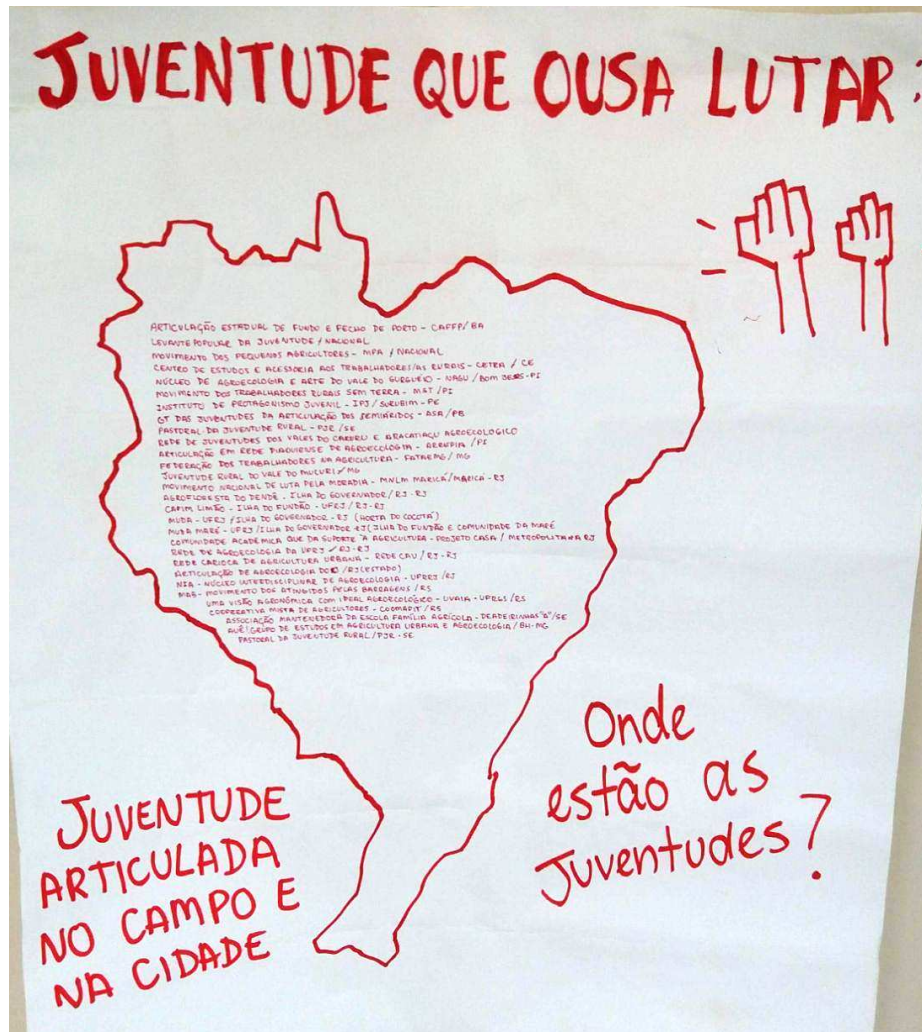


Figura 5: Lista de participantes e coletivos presentes na Plenária das Juventudes do XI CBA.
 Fonte: acervo GT de Juventudes da ANA, 2019.

Em 2020, o GT da ANA organizou a oficina “*Comidas e Tempero das Juventudes: Memórias Afetivas das Nossas Comidas de Verdade*” e vídeo conferências durante a pandemia da COVID-19, para refletir sobre os direitos das juventudes no Brasil, tomando como base o Estatuto da Juventude. Já em 2021, os jovens lançaram o livro “*Agricultura do Encantamento - receitas e histórias da comida como identidade: olhares das juventudes sobre seus territórios*”⁹, fruto da oficina do ano anterior. Também ofereceram um curso de formação em comunicação e meios digitais para juventudes de todo Brasil, chamado “*Quem não se comunica, se trumbica: práticas e estratégias de comunicação para as juventudes*”.

Além disso, em 2021, aconteceu o primeiro ciclo de debates virtual “*Esperanças Juventudes - Experiências agroecológicas de jovens do campo, das florestas, das águas e das cidades*”, organizado pelo GT de juventudes da ABA, que contou com a primeira chamada

⁹ <https://agroecologia.org.br/2021/09/16/livro-de-receitas-agricultura-do-encantamento/>.

para trabalhos especificamente sobre juventudes da história da revista Cadernos de Agroecologia da ABA. O evento abordou a participação das juventudes nas experiências de ensino-pesquisa-extensão dos NEAs, os desafios, avanços e possibilidades de políticas públicas para juventudes, a geração de renda e economia popular e solidária, e a interseccionalidade.

Como podemos perceber, mesmo que a temática e a articulação entre juventudes estejam presentes no movimento há bastante tempo, por meio da criação dos GTs o debate tem se fortalecido e os jovens têm ganhado espaço para propor e pautar discussões, atividades e momentos dentro do movimento agroecológico. Todavia, os grupos enfrentam várias dificuldades, como garantir a participação de integrantes de todas as regiões do Brasil, pois há menos interação com pessoas do norte e centro-oeste do que com as de outras regiões. Os GTs também têm procurado aumentar a diversidade de participantes, notada a baixa representatividade de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais, principalmente indígenas e povos de matriz africana.

Ainda, em relação à construção do conhecimento, a temática das juventudes teve o menor número de trabalhos recebidos entre os 16 eixos temáticos¹⁰ do XII CBA, que acontecerá em novembro de 2023, foram apenas 36 em um conjunto de 3.046 submissões. O que retrata a necessidade de fortalecimento do campo teórico no movimento.

Embora os GTs apresentem desafios em relação à mobilização de participantes, os grupos de trabalho de juventudes da ANA e da ABA são exemplos de como a participação e organização das juventudes em âmbito nacional está se ampliando e potencializando, integrando diferentes territórios e espaços políticos, por meio de práticas pedagógicas e agroecológicas na construção coletiva de conhecimentos e ações pela qualidade de vida, pelos direitos das juventudes, pelo respeito às diversidades e em defesa do meio ambiente.

¹⁰ Eixos temáticos do XII CBA: Agriculturas Urbanas; Ancestralidade, terra e território; Arte, Cultura, Comunicação Popular e Agroecologia; Biodiversidade e Conhecimentos das/os Agricultoras/es, Povos e Comunidades Tradicionais; Campesinato e Soberania Alimentar; Construção do Conhecimento Agroecológico; Contra os Agrotóxicos e Transgênicos; Educação em Agroecologia; Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica; Infâncias e Agroecologia; Crise ecológica e mudança climática: resistências e impactos na agricultura, nas águas e nos bens comuns; Juventudes e Agroecologia; Manejo de Agroecossistemas; Saúde e Agroecologia; Políticas Públicas e Agroecologia; Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária.

2. EXPERIÊNCIAS DAS JUVENTUDES: MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO

Nesta etapa do trabalho, mapeamos um total de 27 experiências agroecológicas das juventudes na RMBH e, posteriormente, empreendemos um trabalho de caracterização detalhada de quatro dessas iniciativas, por meio de entrevistas e/ou questionário com participantes das experiências. Esse levantamento permitirá visualizar novos processos de apropriação, ressignificação, produção e vivência das juventudes nos territórios. Ainda, possibilita reconhecer as atividades de diferentes tipos de agricultura, e ao mesmo tempo comparar as diferenças e semelhanças entre experiências da RMBH, sem deixar de envolver as diversidades sociais, territoriais e as relações entre campo e cidade.

Como explicado anteriormente, foi procedido um recorte territorial circunscrito à RMBH. Isso porque, dada a impossibilidade de se abarcar uma infinidade de iniciativas existentes no âmbito da agroecologia, a seleção de um grupo representativo permite obter um panorama mais detalhado das principais tendências, desafios e potencialidades da interseção entre agroecologia e juventudes no contexto metropolitano. Também, pela proximidade com as ações desenvolvidas nesse território, a partir da pesquisa de caracterização e mapeamento de agriculturas da RMBH, realizada pelo grupo AUÊ, do qual faço parte. A análise de um conjunto específico de experiências ainda possibilita identificar semelhanças e diferenças, construindo categorias analíticas para compreender as motivações, impactos e estratégias adotadas pelos jovens nesse campo.

Na RMBH, grupos de agroecologia estão produzindo novas experiências que trazem os saberes agroecológicos como metodologia, modo de viver, prática e campo de estudo/atuação, com o intuito de trocar e construir conhecimentos, modificar o espaço, criar relações com o meio e agir politicamente, visando um espaço urbano que promova a justiça socioambiental, a sociobiodiversidade e o alimento saudável.

A interação entre os sujeitos e o espaço torna-se fundamental para compreender como as iniciativas conduzidas ou protagonizadas por jovens agricultores e defensores da agroecologia contribuem para a construção de um ambiente mais justo e sustentável. Com o crescimento de redes, eventos e formações em agroecologia na RMBH, estão sendo construídas novas práticas de produção do espaço que se destacam pelas intervenções agrícolas, político-sociais e de educação ambiental e ecológica.

A RMBH, terceira maior aglomeração urbana do Brasil, é composta de 34 municípios,

e o Colar Metropolitano¹¹ é composto por 16 municípios. Apesar dessas demarcações e das transformações em sua composição desde 1973, quando a RMBH foi instituída, a delimitação oficial não corresponde, necessariamente, ao que se caracteriza espacialmente como fenômeno da urbanização “e ao nível de integração dos municípios ao processo de metropolização, segundo critérios demográficos, urbanísticos e socioeconômicos” (ALMEIDA, 2016). Dessa maneira, a região metropolitana apresenta dimensões da vida cotidiana, da regulação territorial e práticas sociais distintas entre seus municípios, e também anunciam momentos diferentes da urbanização, que tendem a se sobrepor.

Neste sentido, diferentes tipos de agricultura surgem nesse território - convencional, familiar, urbana, alternativa, agroecológica, entre outros, e em diversos formatos - hortas comunitárias, quintais produtivos, fazendas urbanas, start-ups, áreas agrícolas convencionais, entre outros. Essas agriculturas estão compreendidas em realidades municipais particulares e marcadas por momentos diferentes da urbanização. Dessa forma, tem-se adotado o termo “agriculturas metropolitanas”, a fim de contemplar as diversidades de práticas e experiências encontradas nesses territórios.

Construir uma abordagem teórico-metodológica para lidar com as questões é um desafio. Neste sentido, o termo *agriculturas metropolitanas* tem sido utilizado para evidenciar a heterogeneidade e a riqueza das práticas em contextos metropolitanos, se apoiando nos debates contemporâneos sobre a agroecologia em diálogo com a agricultura urbana e a agricultura familiar, compreendendo as aproximações, intersecções e complementações entre esses campos, já que no cotidiano da metrópole e das/os agricultoras/es se percebem fortes conexões (SOUZA; MARTINS; ALENCAR, 2021, p.8).

O grupo AUÊ - IGC/UFMG, tem realizado um processo de caracterização, mapeamento e reflexões no território da RMBH, para a construção de conhecimento sobre as diversas realidades da agricultura urbana, da agroecologia e da agricultura familiar. Na publicação “*Anuário das Agriculturas Metropolitanas: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte*”, o AUÊ mapeou e coletou informações de 1.008 agriculturas da RMBH, identificadas em 30 municípios (Figura 6).

Buscando reconhecer, compreender e visibilizar essas práticas e iniciativas, ao longo de quase nove anos de atuação, o Grupo AUÊ! identificou em torno de 1.000 iniciativas de agriculturas nos territórios na RMBH e Colar Metropolitano, sejam elas individuais, coletivas, familiares e empresariais, dentre as quais: quintais

¹¹ O Colar Metropolitano, figura criada na Constituição Estadual de 1989, atualmente é composto por 16 municípios do entorno da RMBH: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha, Sete Lagoas, Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo, estes dois últimos acrescidos ao Colar em 2012.

produtivos e produção em pequenos espaços (como em vasos, nas lajes, em jardins verticais e nas janelas das casas), localizados em áreas centrais dos municípios ou nas periferias urbanas, assim como próximas às moradias em propriedades rurais; hortas coletivas e comunitárias, localizadas em praças, parques urbanos, escolas, centros de saúde, centros culturais, dentre outros espaços; quintais e hortas comunitárias localizadas nas ocupações urbanas; produção em assentamentos e acampamentos da reforma agrária; em quilombos; em propriedades de agricultoras/es familiares; em sítios, chácaras e fazendas; e, também, em loteamentos e parcelamentos em zonas urbanas. Complementando as experiências produtivas, também foram identificadas e mapeadas feiras e empreendimentos da economia popular e solidária (como pequenos mercados agroecológicos), sedes de associações, cooperativas de agricultoras/es e centrais de abastecimento. Mesmo que ainda não caracterizadas e mapeadas, vale mencionar a quantidade expressiva de terreiros de religiões de matriz africana com práticas agrícolas agroecológicas e povos e comunidades indígenas presentes nos municípios metropolitanos (UFMG/AUÊ, 2020/2021, p.18).

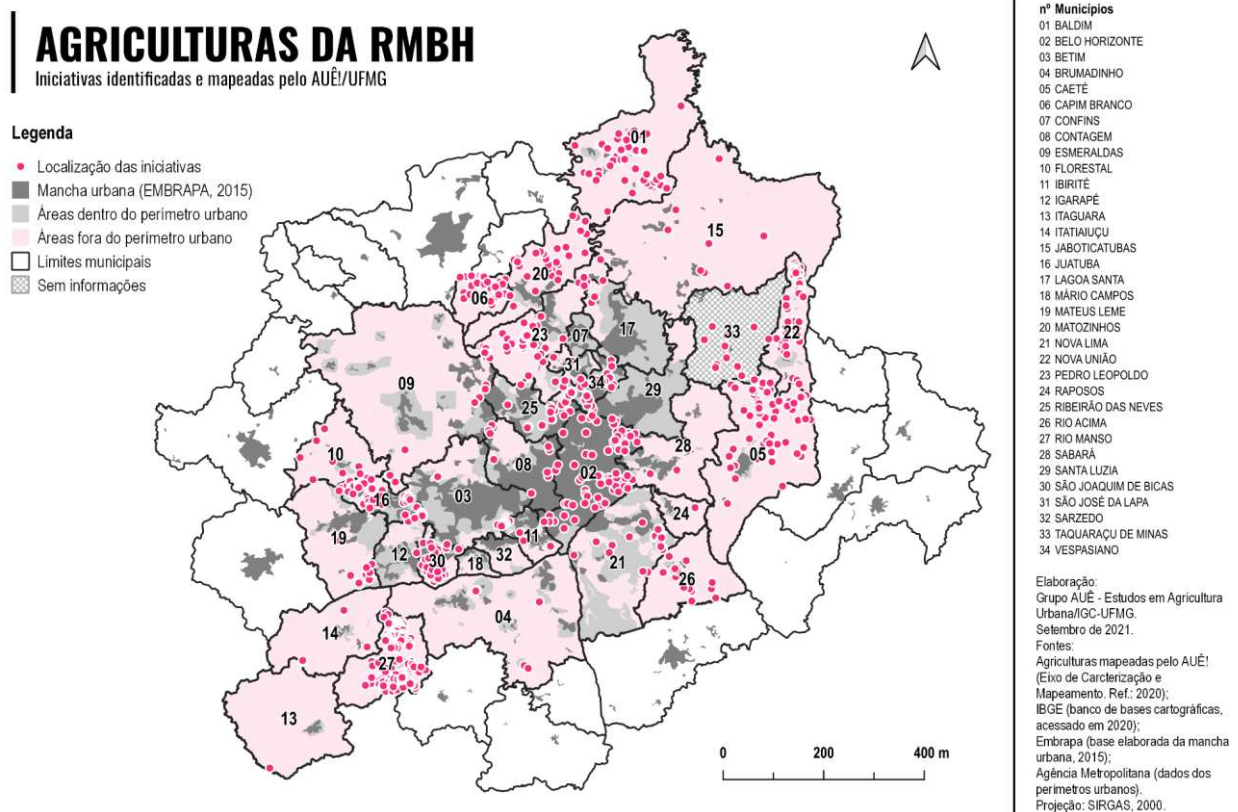


Figura 6: Mapeamento das agriculturas da RMBH.
Fonte: Anuário das Agriculturas Metropolitanas / AUÊ/UFMG, 2020.

Esse mapeamento não engloba todas as experiências de agricultura da região, mas nos fornece algumas pistas para se repensar as categorias rural-urbano e seu uso analítico, já que muitas vezes esse enquadramento não condiz integralmente com a realidade, como podemos

observar essa relação, por exemplo, por meio da dissociação entre extensão da mancha urbana e delimitação das zonas urbanas e rurais.

Dentro desse contexto, na última década, conexões entre parte das iniciativas de agricultura familiar e de agricultura urbana da RMBH começaram a criar e sustentar redes colaborativas e de comercialização, muitas vezes mediadas pelos princípios da agroecologia, como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana), a Rede Sisal - Circuito de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana, a Associação Horizontes Agroecológicos, a Rede de Agricultura Familiar e Agroecologia (RAFA), a Associação Florestalense de Agroecologia (AFLORA), a Associação AMANU, entre outras (MARTINS, 2021).

Assim, a consolidação do movimento agroecológico e das práticas de economia popular e solidária na região metropolitana vem retratando formas de resistência às tendências urbano-industriais-capitalistas, criando espaços de experimentação da agroecologia como possibilidade transformadora do espaço e das relações socioeconômicas.

Nos últimos anos, iniciativas agroecológicas em que há uma participação considerável de jovens, mesmo que essa representatividade oscile em diferentes momentos, têm surgido na RMBH (Quadro 1), portanto, esse território foi o recorte prioritário para a pesquisa e reflexões. Isto também possibilita trazer o foco para as juventudes urbanas e metropolitanas, que estão interagindo cada vez mais com o movimento agroecológico, e trazer uma nova perspectiva para o campo dos estudos das juventudes e das práticas agrícolas, buscando uma abordagem de pesquisa mais híbrida das relações campo-cidade, urbano-rural.

Com o objetivo de dar visibilidade e compreender as dinâmicas das iniciativas com participação de jovens, um mapeamento de coletivos foi realizado por meio do contato com sujeitos, grupos e organizações que atuam em ações de promoção da agroecologia na RMBH. Assim, agentes do movimento agroecológico, principalmente parceiros do AUÊ, têm colaborado com a identificação de experiências.

O mapeamento iniciou-se em junho de 2022, durante o “Encontro Caminhos: povos de matriz africana, agroecologia e agricultura urbana”, que aconteceu entre os dias 18 e 26, trazendo discussões acerca de agroecologia, agricultura urbana, alternativas de comercialização, confluência de saberes, entre outras temáticas. Foram mapeados 27 grupos da região, valendo também evidenciar que grupos fora desse recorte também foram identificados, três na região de Ouro Preto e Mariana e alguns outros em regiões mais distantes de Minas Gerais.

O quadro a seguir apresenta o nome da experiência, cidade/bairro e uma pequena

descrição, feita a partir de um questionário virtual encaminhado para os grupos, ou, quando não obtivemos retorno, por meio de sites e redes sociais.

Quadro 1: Lista de Coletivos

Experiência	Cidade/ Bairro	Breve descrição
Agroecologia na Periferia	BH	Projeto de promoção do desenvolvimento socioambiental em comunidades periféricas e o fortalecimento da rede de agricultura urbana da RMBH, a partir da agroecologia.
Agroecologia no Brejinho	BH São Francisco	Iniciativa de luta pelas águas e verdes do Parque Ecológico do Brejinho e de implementação de um Sistema Agroflorestal no local.
AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana	BH UFMG	É um grupo de pesquisa, extensão e ensino, da UFMG, que busca fortalecer e visibilizar as agriculturas, agricultura urbana e agroecologia na RMBH e Colar Metropolitano.
Clareia a Terra	BH Lagoa/Venda Nova	Horta comunitária mobilizada pelo Núcleo Capão, na região de Venda Nova.
Coletivo de Cultura, Juventude e Comunicação / MST	RMBH	Coletivo de juventudes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da RMBH.
CSA Ora-pro-nóbis	Ribeirão das Neves	É uma ‘Comunidade que Sustenta a Agricultura’ formada por famílias agricultoras da Ocupação Tomás Balduino e famílias beneficiárias co-produtoras de BH, Ribeirão das Neves e Contagem.
Escadão Agroecológico	BH Esplanada	É um coletivo de moradores do bairro Esplanada para transformação de um canteiro em uma via de passagem.
Guayi	Sete Lagoas	O Guayi é um grupo de agroecologia com intuito de levar e buscar informações, realizar pesquisas, e chegar a melhor forma na produção orgânica.
Horta Cheiro Verde	Brumadinho	Horta de produção e comercialização de produção agroecológica no Córrego do Feijão.
Horta Comunitária da Ocupação Vitória	BH Izidora	Horta comunitária de moradoras/es da Ocupação Vitória/Izidora, divisa de BH e Santa Luzia.
Hortas nas Repúblicas	Florestal	Iniciativa de produção de hortas e trocas de alimentos de estudantes da Universidade Federal de Viçosa / Campus de Florestal.
Hortelões da Lagoinha	BH Lagoinha	Coletivo que transforma vazios urbanos em espaços produtivos, e trabalha com a perspectiva da educação ambiental, cultura, ciência e tecnologia.

Horto do IGC	BH UFMG	Projeto de horto agroecológico de plantas medicinais e alimentícias no Instituto de Geociências da UFMG.
Jaca Verde PANC	BH Virtual	Oferece cursos, passeios guiados, paisagismo e consultoria de plantas alimentícias não convencionais e agroecologia.
Jardim Mandala	BH UFMG	É um espaço de arte, educação e saberes tradicionais, idealizado por um mestrando da Faculdade de Educação da UFMG.
Matiim da Lagoinha	BH Lagoinha	Iniciativa que busca aumentar a biodiversidade de espaços públicos na região da Lagoinha.
Meninas do Dedo Verde	BH	Iniciativa que desenvolve projetos de educação agroecológica e implementação de espaços produtivos.
Minhas plantas, Meu quintal	BH	Projeto de troca e partilha de saberes sobre ervas e plantas medicinais alinhado às práticas tradicionais.
Moradia Agroecológica	BH Ouro Preto	Iniciativa de estudantes que habitam a moradia da UFMG, para produção de alimentos saudáveis e agroecológicos.
NEA Mutiró	BH Nova Suíça	Grupo de ensino, pesquisa e extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) de fomento ao debate, à prática e à divulgação de princípios da Agroecologia.
Núcleo Lixo Zero	BH Santa Tereza	Coletivo de reciclagem popular, gestão de resíduos e agroecologia.
Pé de Quê	Florestal	Iniciativa de comercialização da agricultura familiar e da agroecologia.
Produzindo Frutos Cultivando Vidas	Santa Luzia	Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional que estimula a produção de alimentos em espaços urbanos vazios, quintais, escolas, entre outros.
Roça Trem Bom	Mateus Leme	Empreendimento da agricultura familiar que comercializa alimentos agroecológicos.
Roots Ativa	BH Aglomerado da Serra	Coletivo rastafari que realiza produção de alimentos e espaços agroecológicos, gestão de resíduos, ações culturais e formativas, entre outros.
Sítio Bonobas	Florestal	Foi um coletivo composto por mulheres jovens que produziam e comercializavam produtos agroecológicos
Terra Fina	Florestal	Serviços de jardins ornamentais, medicinais e comestíveis, sistemas agroflorestais, podas, implantação e manutenção produtiva, viveiro de mudas e agroecologia.

Fonte: elaboração própria, 2023.

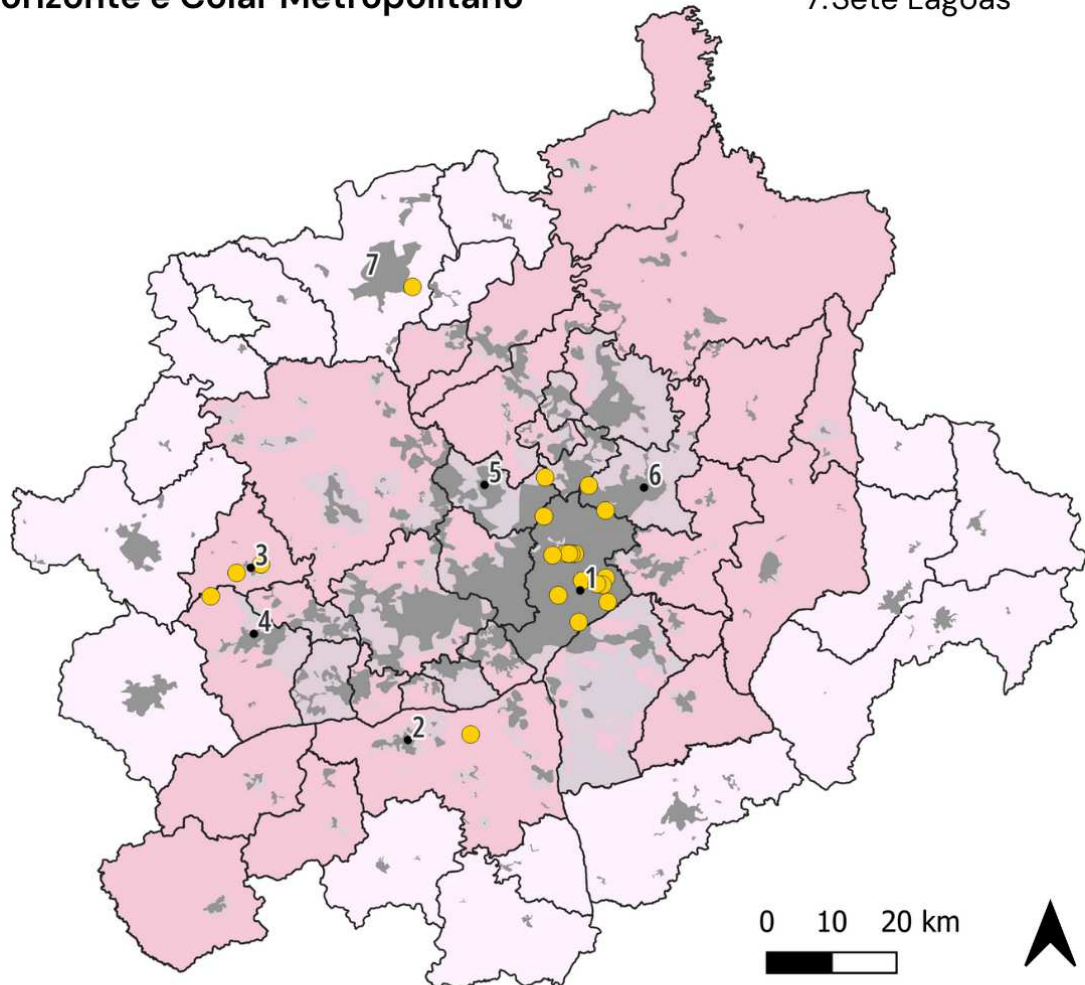
A maioria das experiências mapeadas até então se encontra em Belo Horizonte e Florestal, como pode-se observar na lista de coletivos (Quadro 1) e na Figura 7. Acredito a maior incidência de grupos mapeados nestes municípios se dá tanto pela minha aproximação com os territórios que possuem instituições e grupos parceiros, o que facilita a investigação, quanto pelo aumento de cursos, formações, eventos e redes de agroecologia nos últimos anos, como por exemplo: IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia, em 2018 - BH; Balaio de Saberes, na programação da Semana do Produtor Rural - Florestal; ERÊ - Encontro Regional de Agroecologia do Sudeste, em 2017 - BH; Curso Trilha da Agroecologia e Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia, da Prefeitura de Belo Horizonte - BH, entre outros, o que tem fomentado a formação de coletivos de agroecologia. Iremos nos aprofundar mais nessa questão no terceiro capítulo, a partir de relatos dos participantes das experiências.

JUVENTUDES E AGROECOLOGIA

Mapeamento das experiências da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano

Municípios

1. Belo Horizonte
2. Brumadinho
3. Florestal
4. Mateus Leme
5. Ribeirão das Neves
6. Santa Luzia
7. Sete Lagoas



- Agroecologia e Juventudes
- Sedes dos Municípios
- Limite dos municípios
- Mancha urbana (EMBRAPA, 2015)
- Áreas dentro do perímetro urbano na RMBH
- Áreas fora do perímetro urbano na RMBH
- Colar Metropolitano

Projeção: SIRGAS 2000
 Fontes:
 EMBRAPA (base elaborada da
 mancha urbana, 2015).
 Agência Metropolitana (dados
 dos perímetros urbanos.
 Elaboração própria, 2023.

Figura 7: Mapeamento dos grupos de juventudes e agroecologia.
 Fonte: produção própria, 2023.

2.1 Caracterização de quatro experiências e levantamento de informações

A partir do mapeamento de alguns desses grupos, foi possível perceber que englobam um conjunto diverso de motivações, intenções e configurações. Isso levou a questionamentos como: *Quais fatores impulsionaram a criação de coletivos de jovens que promovem agroecologia na RMBH? Quem são as juventudes que os promovem? Como e por que as atividades acontecem? Como se organizam? Quais desafios e conflitos?*

A fim de adentrar nessas reflexões e compreender a relação dessas juventudes com seus territórios e com a agroecologia, apresentarei um estudo mais aprofundado de quatro das experiências mapeadas, considerando recortes que visam diversificar o conjunto selecionado, através das seguintes características: (1) Agroecologia no Brejinho - experiência de transformação do espaço público; (2) Roots Ativa - experiência de comercialização e geração de renda; (3) Sítio Bonobas - experiência em área rural e (4) Grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana - experiência de construção de conhecimentos no campo agroecológico.

Daqui em diante, irei apresentar informações, dados e depoimentos sobre parte das experiências mapeadas. Esse material foi obtido por meio de um questionário virtual e entrevistas realizadas com juventudes de cada uma das 4 experiências.

Foram feitas perguntas com a intenção de compreender sobre a trajetória, o perfil e relação dos participantes, como se organizam, suas práticas, motivações, desafios e sonhos (Quadro 2). É importante informar que o questionário ajudou a orientar as entrevistas, mas as conversas aconteceram de forma fluida e espontânea, de modo que pudessem trazer informações que considerassem relevantes ou que quisessem deixar registradas, buscando priorizar suas vivências e olhares¹².

Para isso, a fim de preservar o anonimato das/os entrevistadas/os, os trechos transcritos serão seguidos pelo nome abreviado da experiência da qual o/a entrevistado/a é integrante: AUÊ (Grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana), BREJINHO (Agroecologia no Brejinho), ROOTS (Roots Ativa) e BONOBAS (Sítio Bonobas)¹³.

¹² Nesta pesquisa, com base em um Termo de Consentimento – Apêndice A, optou-se por utilizar não o nome das/os agricultoras/es e outras pessoas entrevistadas que concederam autorização. As imagens e outros dados levantados também foram autorizados por meio deste termo.

¹³ As transcrições de áudio foram incorporadas com pequenas adaptações para facilitar a leitura, cortando repetições, por exemplo, e retirando os nomes de pessoas mencionadas, a fim de garantir o anonimato.

Quadro 2: Perguntas do questionário de pesquisa

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

<p>Trajectoria da experiência</p>	O que é a experiência?	Como surgiu?	O que impulsionou?
	<p>Como a experiência se caracteriza? Produção, beneficiamento, comercialização/autoconsumo/trocas, informativa, pesquisa, cultural, individual/coletiva/comunitária, transformação do espaço, outros.</p>		
<p>Quem participa e como se organiza</p>	Quantas pessoas e quantos jovens participam?	Como se dá a participação de jovens na experiência?	Como se organizam?
	<p>Há alguma instituição, organização, grupo, coletivo, associação, cooperativa, vinculada e/ou parceira da experiência?</p>	<p>Acessa alguma política pública? Se sim, qual/quais?</p>	
<p>Sobre a produção (quando houver)</p>	O que produz?	<p>Usos não comerciais da produção? Autoconsumo, trocas, doação, etc.</p>	<p>Sistema de produção principal (Convencional, agroecológico, orgânico ou em transição agroecológica, etc)</p>
	Se comercializa, de quais formas?		
<p>Outras práticas</p>	<p>Quais atividades realizam na experiência? Plantio, criação animal, pomar, beneficiamento, compostagem... e outras não relacionadas à agricultura, como atividades culturais.</p>		
	<p>Algum desafio atual em relação às atividades realizadas?</p>	<p>A atividade contribui para a renda mensal? É a principal fonte de renda?</p>	
<p>Cotidiano e motivações</p>	O que a experiência representa para você?	O que o motiva a trabalhar e/ou se envolver com a agricultura/agroecologia?	
	<p>Existem interações entre jovens, adultos, idosos e crianças? Como se dão? Há trocas e/ou conflitos?</p>	<p>Como começou a participar da experiência?</p>	<p>Nasceu em qual cidade? Tem parentes (pais/avós) agricultores/as?</p>
<p>Desafios, demandas e desejos</p>	<p>Quais as principais demandas e desafios atuais?</p>	<p>Quais seus sonhos para experiência e para a agroecologia na sua cidade?</p>	

Fonte: elaboração própria, 2023.

2.1.1 Agroecologia no Brejinho: uma luta das mulheres e juventudes

O Parque Ecológico do Brejinho, situado no bairro São Francisco em Belo Horizonte, encontra-se em um território conflituoso, região marcada pela especulação imobiliária, vulnerabilidade social e ambiental e falta de poder na opinião da comunidade local. A área, que só foi reconhecida como parque em 2019, está próximo à UFMG, à Avenida Antônio Carlos e à região da Pampulha, região norte de BH (Figura 8). Em 2019, estudantes, coletivos e moradores dos bairros do entorno, formaram o coletivo *Agroecologia no Brejinho*, grupo fortemente protagonizado por jovens e mulheres, a fim de proteger, cuidar e ressignificar o espaço (PEREIRA; MARTINS, 2022). Como afirma a participante entrevista desta iniciativa:

A iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer a luta em defesa do Parque do Brejinho, que era um parque em situação de não implantação e extrema degradação e descaso. Junto a isso, a vontade de jovens estudantes da UFMG, moradores do entorno e outros entusiastas da agroecologia, de ter uma área verde de convivência, cuidar de um lugar, trabalhar na terra, experienciar a agroecologia na prática (BREJINHO, 2023).

De acordo com Pereira e Martins (2022), a luta pela criação do Parque do Brejinho tem seu marco de início em 1997, quando a Escola Municipal Aurélio Pires se juntou à Associação Comunitária e à comunidade de seu entorno na mobilização em defesa do parque e suas águas, estabelecendo atividades contínuas e requisitando demarcação da área e investimentos por meio de recursos do orçamento participativo. Apesar dessa articulação, a pressão do crescimento urbano na região apresentou enormes desafios para a sua proteção.

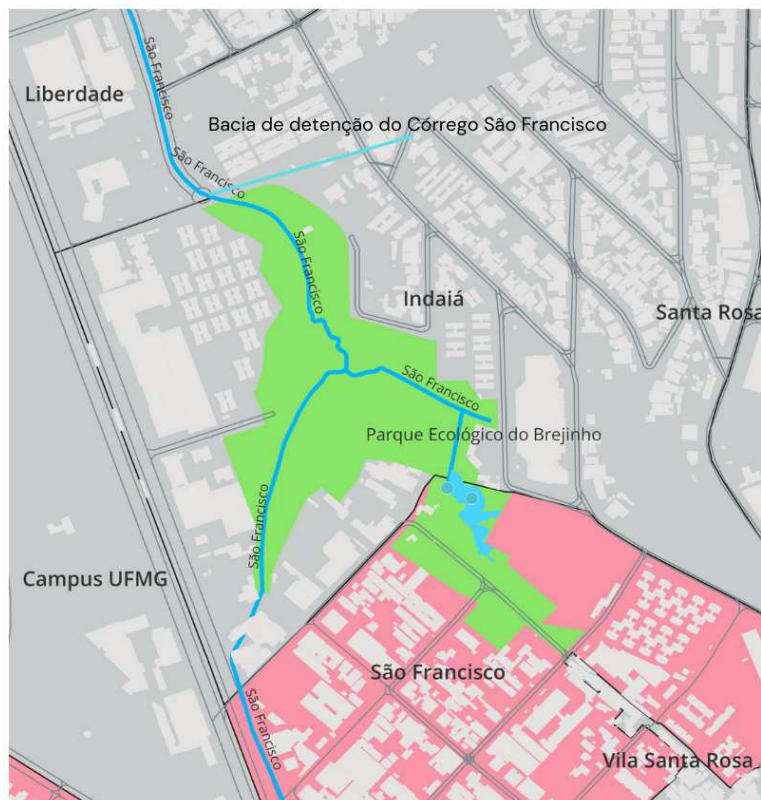
O Brejinho antes, trazendo bem rapidamente assim a luta, era uma área de muitas águas. Em 97 começou a se fortalecer uma luta comunitária, muito fortalecida pelo movimento da escola também, principalmente a Aurélio Pires, para defender essa área, porque à medida que a Pampulha foi crescendo cada vez mais, a área foi sendo ocupada por construções, foi tendo essa pressão do crescimento urbano mesmo. Então ali, onde é o correio, bem ao lado do brejinho, era uma área com muitas nascentes e hoje eles têm que bombear para fora as nascentes (BREJINHO, 2023).

A luta passou por diversos processos institucionais, envolvendo audiências, reuniões, visitas técnicas e o envolvimento de diversos movimentos, atores e grupos. Entre as inúmeras promessas de implantação do parque, mesmo com recursos do orçamento participativo conquistados, o projeto foi atravessado pela construção de uma bacia de retenção em 2014, com a justificativa de reduzir alagamentos no Aeroporto da Pampulha, o que provocou uma intensa degradação às margens do córrego São Francisco e um enfraquecimento da luta, que não deixou de existir e resistir.

LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO BREJINHO



Imagens de satélite Google Earth, junho de 2020.

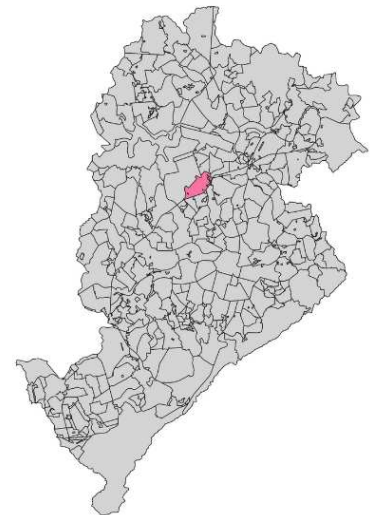


Projeção: SIRGAS 2000.
Fontes:
Prefeitura de Belo Horizonte
<https://bhmap.pbh.gov.br/>
Elaborado pelo autor, 2023.

0 75 150 m



LOCALIZAÇÃO DENTRO DE BELO HORIZONTE



Legenda

- Parque Ecológico do Brejinho
- Nascentes
- Cursos d'água
- Brejo
- Circulação viária
- Projeção de edificações
- Bairro São Francisco
- Bairros de Belo Horizonte (Popular)

Figura 8: Localização do Parque Ecológico do Brejinho.
Fonte: elaboração própria, 2023.

E, enfim, luta atrás de luta, teve a bacia de detenção que veio atravessar os desejos e lutas da comunidade, e deu uma super deprimida. [...] Teve o desbaste de muitas árvores. Agravou bastante a situação ambiental do brejinho. E aí, foi dando uma desanimada na comunidade e tudo, mas nunca deixou de ter gente envolvida, engajada (BREJINHO, 2023).

A partir de 2019, houve uma reanimação do movimento, novos atores se aproximaram trazendo a bandeira da agroecologia como instrumento de luta pelo direito à cidade e o direito à natureza, principalmente alunos da UFMG. O Agroecologia no Brejinho surge com a intenção de promover a ocupação, transformação e revitalização do espaço a partir da ação coletiva. O projeto se inicia e se desenvolve a partir da implantação e manutenção de um Sistema Agroflorestal (SAF), uma forma de produção agroecológica baseada na biodiversidade, construído e manejado a partir de mutirões. É um novo e antigo movimento ao mesmo tempo, pois as práticas da agroecologia e o trabalho por meio de mutirões são práticas antigas, ainda vivas na memória de muitos que frequentam o parque. O território do Parque Ecológico do Brejinho já foi espaço de cultivo de alimentos, pesca e criação de animais, não há muito tempo atrás (PEREIRA; MARTINS, 2022).

Esse movimento de agroecologia no Brejinho começou a partir de uma confluência de uma lutadora lá do parque, das antigas, desde lá do começo, 97, super mobilizadora da região, quando ela se encontrou com [uma aluna] do curso de Ciências Socioambientais, que trabalhava no Manuelzão. E elas se encontraram num mutirão em uma agrofloresta no Ribeiro de Abreu, que também é um território de luta pelas águas, em defesa das áreas verdes também. E aí, nesse encontro, ela [mobilizadora] falou que o sonho dela era que no Brejinho isso também acontecesse. Também acontecesse mutirão de pessoas, trabalho de cuidado coletivo com espaço, de plantio e tudo mais. E a [aluna] estava prestes a mudar para a região. Ela mudou ali para o Santa Rosa, eu acredito, que é bem pertinho do Parque do Brejinho. E como [ela] já é do movimento da agroecologia e tudo mais, falou com o pessoal do curso de ciências socioambientais, que estava super empolgado para pôr a mão na massa, que tinha essa possibilidade de trabalhar no Brejinho (BREJINHO, 2023).



Figura 9: Mosaico de imagens do Agroecologia no Brejinho.
Fonte: Google Earth / acervo Agroecologia no Brejinho, 2022.

Desde o início, o Agroecologia no Brejinho contou com a parceria da prefeitura de BH para o desenvolvimento das atividades. Por meio de um movimento inicial de uma jovem estudante da UFMG, o coletivo estabeleceu contato com a Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU), da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), que faz o cadastramento e apoia unidades produtivas e também possui uma ação mais direcionada às agroflorestas urbanas. O diálogo com a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) foi extremamente importante para garantir as condições de desenvolvimento das atividades, assim como legitimar a defesa pelo parque. Ainda, a participação de parte dos integrantes no curso Trilhas da Agroecologia, também ofertado pela SUSAN, estimulou e colaborou com a criação do projeto, assim como ocorreu com outras iniciativas semelhantes em BH.

E isso foi em março de 2019. Mais ou menos. E aí, [a aluna de ciências socioambientais] também ficou sabendo que na prefeitura de BH existia um fomento à agricultura urbana. Não sei a partir de onde ela ficou sabendo, mas ela soube que era possível a gente receber apoio técnico e insumos da prefeitura. Então ela já fez essa articulação com o pessoal da prefeitura de BH, da Subsecretaria de Segurança Alimentar, que faz esse fomento. Já fez a ponte com o pessoal da Fundação de Parques, que gere o Parque do Brejinho, e as portas já foram se abrindo. [...] A gente estava muito nessa pira de colocar a mão na massa, colocar em prática, ocupar um espaço, tudo. Mas não estava achando o caminho para isso acontecer dentro da UFMG. Então, quando [ela] trouxe essa proposta, vários de nós abraçamos e ficamos muito empolgados. E eu, particularmente, tinha acabado de me mudar para três, quatro quarteirões do Parque do Brejinho, tinha mudado para muito perto, ali no bairro Liberdade [...]. Então, foi uma super oportunidade, assim. A gente foi fazendo reuniões, teve alguns de nós também que estavam fazendo o curso de Trilhas da Agroecologia, que é ofertado pela SUSAN, e a gente estava super empolgada, já tinham várias iniciativas que tinham saído de pessoas do Trilhas da Agroecologia, quando a gente viu isso parece que tudo confluiu, tudo casou para que a gente começasse esse trabalho. Então, o educador do trilhas da agroecologia super apoiou a gente também, chegou a fazer visitas para poder pensar o espaço (BREJINHO, 2023).

Foram feitas visitas e reuniões para definição e planejamento da área para implementação do SAF. Com o apoio da SUSAN/GEFAU, esse movimento culminou no primeiro mutirão, em abril de 2019. Os jovens e outras pessoas envolvidas na experiência esboçaram um projeto de construção do SAF (Figura 10), a partir da troca de conhecimentos, doação e plantio de mudas de árvores frutíferas e de adubação verde.

E desde o começo, a gente já estava com essa ideia de agrofloresta, tanto por ser um parque, essa questão da importância de plantar árvores, árvores frutíferas também, trabalhar as questões da sucessão e toda a ciência da floresta, na agrofloresta. Mas também pela questão do cuidado, do cuidado de área que a gente já identificou que seria um desafio, se fosse um modelo de horta era para estar lá diariamente. Aí foi isso, fomos fazendo reuniões, visitas para entender o melhor espaço, definimos uma área, combinamos com o pessoal da SUSAN, mais especificamente da SUSAN/GEFAU, que é Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Urbana e Familiar, que é onde eu trabalho atualmente, para combinarmos esse primeiro mutirão, que eu tenho que confirmar, mas eu acredito que foi no dia 26 de abril de 2019. Nesse dia eles levaram várias mudas de frutíferas, bananeiras, cítricos, abacate, atemoia, várias mudas, sementes de feijão de porco, de crotalária, de adubação verde. E um parênteses que dentro da SUSAN tem um projeto, um programa junto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que é de agroflorestas urbanas. Então tem um atendimento especial para essas agroflorestas. E aí, a gente foi no dia, abriu um papel craft, já fez uma esquema da área, já passou uma medida, já foi fazendo os esquemas das linhas de árvores seguindo o leste e o oeste, aproveitando as entrelinhas para plantar roça, plantar outras coisas e fomos juntando saberes que tinha no dia, o que a gente tinha de ferramentas, o que a gente tinha de insumo para plantar, o que a gente tinha de saber, algumas pessoas levaram alguns livros e a gente foi fazendo assim, na hora mesmo, esse desenho, foi super legal, geral ficou envolvido (BREJINHO, 2023).

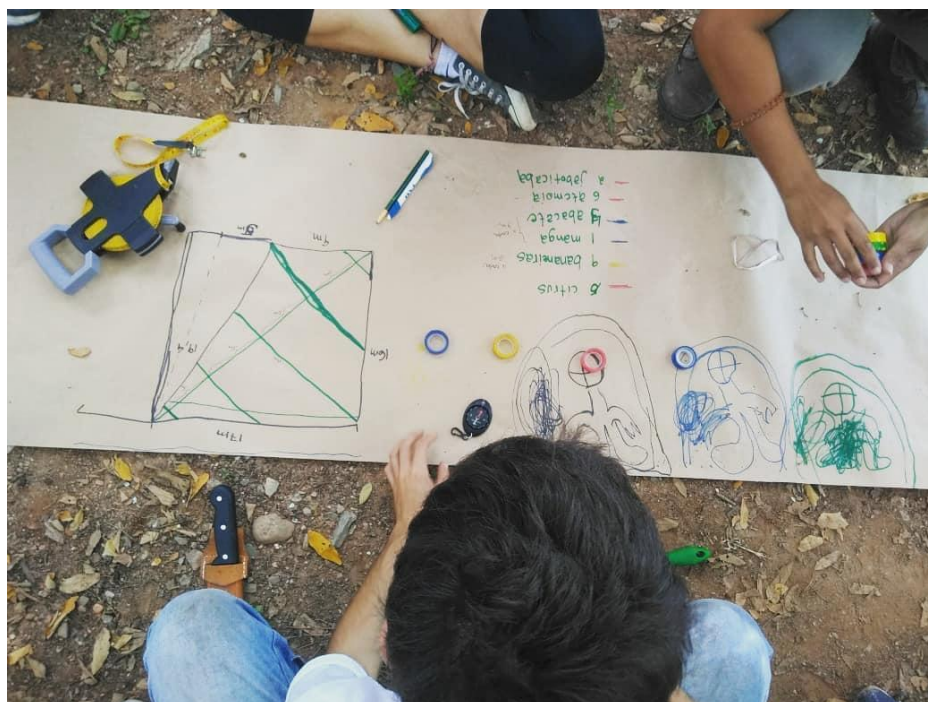


Figura 10: Esquema da área de Sistema Agroflorestal no Parque Ecológico do Brejinho, 2019.

Fonte: Instagram: Agroecologia no Brejinho. Disponível em: <https://www.instagram.com/agroecologianobrejinho/>. Acesso em: 03/12/2023.

Nesse primeiro momento, desafios já começaram a surgir em relação ao cuidado com o SAF. No mutirão, através do esforço coletivo, abriram, limpavam a área e realizaram o plantio. Entretanto, já estavam na época de seca e seria necessário uma atenção maior com a rega. A questão da água foi um problema a ser contornado, no início não havia ponto d'água e a irrigação era feita por meio de baldes. Futuramente foi instalado um ponto de água pela FPMZB, mas ainda é um desafio pelo estado e baixa pressão das mangueiras.

E aí, já fomos abrindo o que antes era só colonhão, a gente já foi passando os cordões, barbante, abrindo na enxada, tirando touceira e tudo mais, deixando as touceiras das entrelinhas que a gente entendeu que serviria também de fonte de matéria orgânica para cobertura dos canteiros e fomos fazendo. Nesse começo foi muito desafiador, porque a gente começou em abril, então já era início da seca. A gente plantou esse tanto de árvore, esse tanto de semente, então já se foi lançado um desafio de rega, porque lá também não tinha ponto de água, então tinha uma biquinha debaixo de uma ponte e a gente ia lá, alguns poucos de nós íamos lá com um baldinho pegar de balde em balde, para encher de balde em balde, para regar essas árvores. Então, no começo a gente teve algumas perdas, mas é isso. Foi rolando (BREJINHO, 2023).

Já em relação à organização, os primeiros jovens envolvidos constituíram um coletivo chamado Transformação Agroecológica do Brejinho e Outras Áreas (TABOA), composto principalmente por estudantes da UFMG, que tinha a intenção de levar a agroecologia para o Brejinho, assim como outros ambientes da cidade. Contudo, o grupo acabou se dispersando,

ao mesmo tempo em que outras pessoas foram se integrando ao Agroecologia no Brejinho e esse organismo maior foi crescendo.

Esse coletivo TABOA, foi um pouco isso da gente se entender, se identificar enquanto um coletivo mesmo de pessoas que estavam ali a favor do brejinho e da agroecologia. Então, como lá é um lugar de brejo, que tem muitas águas e tudo mais, a gente viu a taboa e pensou isso, esse nome, Transformação Agroecológica do Brejinho em Outros Ambientes, ou Outras Áreas, TABOA. Porque a gente estava muito nesse sentido de trazer a agroecologia para transformar os espaços. [...] E aí, esse coletivo TABOA, inicialmente, a gente passou a se reunir bastante pra pensar o que a gente queria enquanto parque, o que a gente queria enquanto projeto de agroecologia, se reunindo também com o pessoal da GEFAU e tudo mais. [...] Mas foi um coletivo que foi mudando muito ao longo do tempo. E hoje eu nem sei mais se existe em si o coletivo TABOA, muitas das pessoas que faziam parte antigamente, várias pessoas, principalmente do curso de ciências socioambientais, que estavam bem envolvidos, que estavam nessa proposta do TABOA, já não fazem mais parte (BREJINHO, 2023).

A partir do primeiro mutirão, foi criado um grupo de *Whatsapp* para gerir o projeto, marcar mutirões, oficinas e trocas, fazer uma vigilância coletiva do que tem acontecido no parque, por exemplo, quando há depredações, vazamento de esgoto, queimadas, as pessoas do grupo dialogam e encaminham para entidades de apoio ou responsáveis pela questão. Outros grupos também existem, para decisões mais operativas que precisam ser tomadas rapidamente ou para organizar projetos e eventos específicos.

Nesse começo, antes desse primeiro mutirão mesmo, já foi criado um grupo de WhatsApp para a gente se organizar, para a gente se reunir. E hoje esse grupo de WhatsApp segue, ele tem quase 200 pessoas e é o principal meio de comunicação, que muitas vezes fica disperso, mas é um canal super importante que a gente tem de diálogo também. Apesar de que hoje existem outros grupos, com menos pessoas, para a gente conseguir ter um diálogo mais aprofundado, tomar algumas decisões (BREJINHO, 2023).

A rotatividade de pessoas que participam da experiência também é uma questão. O grupo acontece a partir de uma auto-organização, também é apoiado por um projeto de extensão, como veremos posteriormente. Assim, muitas vezes os jovens se formam, se mudam, começam a trabalhar, e acabam não conseguindo se dedicar tanto à experiência ou param de ir completamente. Assim como em outras iniciativas parecidas, a permanência das juventudes é um desafio, pois não são oferecidos estímulos ou condições o suficiente para que se mantenham se dedicando àquilo.

É um coletivo que a gente vê que é muito mutável, né? [...] E eu vejo que são vários fatores, um, talvez, por causa da universidade mesmo, as pessoas vão se formando, vão se mudando, essa questão de serem estudantes envolvidos gera essa questão

também de uma temporalidade, de envolvimento, talvez em alguns momentos da faculdade estar mais tranquilo, podendo se envolver, em outros já está mais apertado, já tem um trabalho mais fixo que demanda mais. Então, acredito que é um dos fatores. Outro fator que eu acredito que seja uma questão também é pela produtividade mesmo. O brejinho não tem uma produtividade tão grande assim em termos de alimentação, então talvez isso seja algo que desmotiva as pessoas, a produtividade lá é muito grande nas medicinais, adubação verde, sementes, mas não é tão alimentícia, até porque a disposição das pessoas não é suficiente para que a gente consiga produzir muitos alimentos, ter uma produtividade tão grande. [...] Eu, por exemplo, que hoje em dia trabalho oito horas por dia, já não consigo mais ter a mesma frequência e dedicação que eu tinha, não consigo, nos mutirões e no grupo em si. Então isso foi uma questão (BREJINHO, 2023).

O Agroecologia no Brejinho é um coletivo que depende da mobilização e do comprometimento das pessoas, por ser movido pelo trabalho coletivo e voluntário. Por isso, quando não há pessoas disponíveis para ajudar no manejo, irrigação e outras práticas cotidianas, para além dos mutirões, isso se torna um grande desafio. Uma das estratégias de algumas jovens articuladoras da experiência foi mandar projetos de extensão para a universidade. Essa ação proporcionou uma parceria com o grupo AUÊ - IGC/UFMG, que, por meio do projeto construído pelas participantes, conseguiu bolsas de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), o que garantiu que jovens pesquisadores/as pudessem estar mais à frente da mobilização e cuidado da experiência.

A gente escreveu esse projeto de extensão do Brejinho, visando ter pessoas remuneradas que poderiam estar mais dedicadas a fortalecer o movimento, a pensar, organizar, articular e tudo mais. Então, a gente construiu nesse sentido de ter uma estruturação da agrofloresta e trabalhar a educação ambiental crítica no território, que é algo que a gente bota muita fé, que é uma educação ambiental pé no chão e tudo mais. Esse projeto de extensão, ele contribuiu também para trazer uma visibilidade do Brejinho dentro da universidade, que é algo que a gente já vinha buscando. Desde que a gente começou a se envolver no Brejinho, a gente começou a escrever trabalhos da faculdade sobre o Brejinho. [...] O projeto de extensão foi bem legal, começou a articular com algumas professoras, principalmente as envolvidas com o AUÊ, e a gente foi tendo cada vez mais visibilidade, sendo mais chamada para falar em disciplinas, apresentar o projeto do Brejinho e apresentar um pouco sobre agroecologia urbana em BH (BREJINHO, 2023).

Além do projeto de extensão auxiliar na mobilização, operação, sistematização e registros da experiência, também foi muito importante para estreitar os laços com a universidade, inspirar trabalhos acadêmicos, trabalhos de campo, trocas de saberes e construção do conhecimento. O Brejinho se tornou um local de prática e de estudo, estabeleceu conexões com disciplinas, professoras/es e alunas/os, grupos de ensino, pesquisa e extensão, e foi uma forma de concretizar na prática o conhecimento teórico que estava sendo ensinado em diversos cursos, tanto do ensino superior, quanto de outros espaços.

Inclusive, no primeiro semestre que a gente começou o movimento de agroecologia no Brejinho, a gente já escreveu um trabalho sobre a conservação da biodiversidade no Brejinho, trazendo essa questão da agroecologia como possibilidade de conservação da biodiversidade. Escrevemos um projeto também da APIC, que é Aulas Práticas Integradas de Campo, sobre o Brejinho e sobre a possibilidade da agroecologia e da extensão como forma de complementação da nossa formação acadêmica. [...] E muitas pessoas foram escrevendo trabalhos de disciplinas da faculdade, até mesmo de TCC. [...] Além de chamar a gente pra falar do Brejinho, também trouxe os estudantes para fazer os trabalhos de campo, tiveram vários trabalhos de campo e que seguem acontecendo, inclusive o pessoal do Le Campo, da licenciatura do campo, que faz esse regime de alternância nas férias, foi também, várias disciplinas, isso agrega muito, tanto para os estudantes conhecerem, como também para dar uma força para nós no Brejinho, nos dias de mutirões e tudo. Então, assim, os grupos de estudos também, por exemplo o Agroê, que é o grupo de agroecologia da biologia, quando começa o semestre, acho que já foi umas duas vezes que eles levaram o pessoal no Brejinho. O pessoal das socioambientais também leva os calouros lá (BREJINHO, 2023).

O Agroecologia no Brejinho também realiza trabalhos e intercâmbios com crianças, principalmente da escola Aurélio Pires, já que algumas mães que moram no entorno possuem filhos estudando lá. Dessa forma, iniciou-se um diálogo com a diretora e alguns educadores da escola integrada, para retomar as atividades no Brejinho.

A luta pela criação do Parque Ecológico do Brejinho tem quase 26 anos de história, que incorpora diferentes vivências, acontecimentos e agentes importantes que levaram às conquistas já alcançadas. Apesar da multiplicidade de sujeitos envolvidos nessa trajetória, o protagonismo das mulheres, desde 1997, é evidente. *O que levou o movimento a ter essa característica específica?*

Porque as mulheres que seguram o rojão no Brejinho. Historicamente, foram elas que articularam muito a luta no Brejinho, pessoas, professoras, lutadoras, mulheres que seguram o rojão, e também as jovens mesmo, nós que chegamos com uma força muito grande de ser linha de frente. A gente vê que as mulheres são linha de frente no Brejinho. Mulheres jovens, mulheres mães, mulheres idosas, aposentadas, mulheres que a gente vê que estão nesse lugar do cuidado, do cuidado coletivo, do cuidado com as crianças, do cuidado com as sementes, do cuidado com o parque, com as águas. Então, isso é algo que marca muito a nossa luta do Brejinho, que é as mulheres na linha de frente e essa relação intergeracional mesmo, de jovens, mulheres, crianças, aposentadas, mulheres adultas (BREJINHO, 2023).

A atividade de sistematização “Histórias do Brejinho” (Figura 11), realizada pelo projeto de extensão “Tramas comunitárias para educação ambiental e produção de sistema agroflorestal no território do Parque Ecológico do Brejinho”, do AUÊ, fornece algumas pistas para uma possível resposta a essa questão. *“A área era usada pela comunidade para lavar roupa, nadar e pescar, além da produção de hortaliças e um curral”, “Onde hoje é o correio era uma área mais funda, onde as crianças nadavam...”, “Mas a comunidade sempre teve ligação, junto com as escolas, chamavam de “Biquinha”*. Essas são algumas falas de

escola, que antes eram realizadas lá e que foram gradativamente sendo impossibilitadas pelos efeitos do crescimento urbano. A luta a partir da agroecologia foi uma forma de reoxigenar esse movimento, resgatando as memórias, os saberes e a força de quem iniciou esse processo.

Então, foi sendo engolido pelo crescimento urbano e várias pessoas que moram lá contam que era a área que eles iam pescar, dava pra nadar, tinha umas quedinhas d'água, tinha uma horta mais para baixo, tinha um curral. Era uma outra paisagem, era um outro ambiente, muito mais agradável. Que envolve muitas memórias de relação com as águas, que a partir desse crescimento urbano foi sendo engolido, né? Então a luta da agroecologia veio reacender, colocar, depois de tantos anos, de tanta luta, tanto corre, tanto batalha no Ministério Público, foi conquistado a titulação do Brejinho como uma área de parque, mas o que garantiu poucas coisas, teve um cercamento, construção de uma guarita a partir do orçamento participativo, que foi conquistado talvez a partir de 2006, algo assim (BREJINHO, 2023).

Nessa iniciativa, a troca intergeracional entre as pessoas que iniciaram a luta pelo parque e os jovens que a ela se somaram em 2019 é muito forte. Ao mesmo tempo em que os mais velhos chegam com uma bagagem histórica e muitos conhecimentos sobre aquele lugar, as juventudes se tornam aliadas na animação do processo, no sentido de continuidade, também chegam com a bandeira política e os saberes da agroecologia.

E sobre a questão intergeracional, acho que isso é uma sina desde o começo da luta do Brejinho, que pessoas mais antigas, que eram meio que guardiões das nascentes do Brejinho, se aliaram junto com as professoras da Escola Municipal Aurélio Pires e as crianças. Nessa luta é algo que existe desde o começo, os mais velhos junto com as crianças, os jovens, reforçando essa luta e trazendo esse sentido da continuidade. [...] Então, foi muito importante a gente trazer esse gás das juventudes da universidade, entusiastas da agroecologia, para reacender essa luta que ainda estava sendo zelada pelas lutadoras das antigas, que sustentavam essa luta, mas que já se via um pouco desanimada, porque as pessoas vão desanimando, elas não desistem, não largam o osso, mas também vão perdendo o gás (BREJINHO, 2023).

Em 2021, a luta do Brejinho conquistou a implementação do parque, houve uma reforma da guarita e a garantia de um vigia, construção de uma pista de caminhada e ciclofaixas, um parquinho para as crianças, academia ao ar livre, plantio de árvores e iluminação, obras realizadas pela Secretaria de Obras e Infraestrutura e a FPMZB, responsável pela gestão do parque. O movimento também continua com o SAF, por meio do revezamento de cuidados, mutirões e de rega, além disso, também ocorrem trocas de educação ambiental crítica.

O movimento da agroecologia tem sido um instrumento poderoso de (re)encantamento pela terra, pelas águas, pela comida e pela natureza como um todo. Além disso, pelo fato das práticas agroecológicas irem além da agricultura, envolvendo elementos da cultura, as metodologias participativas, a música, esta é também uma forma de atrair e envolver ainda

mais as juventudes.

Essa questão cultural é algo que fluiu naturalmente desde o primeiro mutirão. A gente levou pandeiro, levou instrumentos musicais e é algo que animou a lida. Alguns estão ali revezando na enxada, outros estão cantando, estão trazendo divertimento. E para mim, pra nós enquanto movimento também, essa questão da cantoria, né? É algo que faz muito sentido, no sentido de que a agricultura, a agroecologia é sobre cultura também, sobre reacender esse envolvimento coletivo, as cantigas de roda, as cantigas que cantam a terra, que cantam a lida, que animam a lida. [...] A questão das plaquinhas de identificação de plantas e de chamados, de chamados para o cuidado, plaquinhas para trazer esse olhar de boniteza mesmo, como diz o Paulo Freire, a boniteza é muito importante para além da objetividade em si, das coisas que têm que ser feitas, fazer o bonito, trazer o belo para a nossa prática é muito importante. [...] A questão do lanche coletivo, de ter esse cuidado, de ser a pessoa que leva um suco geladinho, que leva um café, que leva uma fruta, que leva um biscoito. O mutirão em si é uma grande metodologia, essa questão de abrir, convidar as pessoas nessa proposta de um aumento de reconexão com a natureza, de trabalho coletivo, a gente sempre reforçou muito isso nos mutirões (BREJINHO, 2023).

A participação das juventudes no Agroecologia no Brejinho ilustra a importância da inserção de jovens para renovação e fortalecimento de movimentos sociais e ambientais nas cidades. Mesmo com o apoio do projeto de extensão e do engajamento dos participantes, a discussão sobre as perspectivas de continuidade ainda é frágil e pouco estabelecida. É preciso pensar em como podemos sensibilizar essas pessoas a se somarem cada vez mais, entendendo que, experiências como a do Brejinho, que possui um histórico de defesa das moradoras e moradores pelo território, podem acabar se enfraquecendo e tornando o espaço vulnerável a outros interesses e disputas, caso não haja esse movimento de continuidade.

2.1.2 Roots Ativa: a agroecologia como um modo de produzir e viver

O Roots Ativa é um coletivo situado na Vila Nossa Senhora de Fátima no Aglomerado da Serra¹⁴, na região centro-sul de Belo Horizonte (Figura 12), é marcado pela vegetação do cerrado e se encontra em fronteira com o Parque das Mangabeiras Maurício Campos e com a Serra do Curral. É formado por agentes e produtores culturais, educadores ambientais, cozinheiros, oficinairos e artistas que desenvolvem, desde 2008, atividades diversas com crianças, jovens e adultos na comunidade, baseando-se na filosofia e nas práticas presentes na cultura *rastafari*.

Hoje, existem várias frentes no projeto do Roots Ativa, entre elas: manutenção de

¹⁴ O Aglomerado da Serra compreende um conjunto de diferentes vilas e favelas localizadas no limite centro-sul de BH, abrangendo uma área de 1.470.483 m², a estimativa demográfica indica é habitado por uma população de 46.086 pessoas distribuídas em 13.462 moradias, constituindo-se uma Zona de Interesse Social – ZEI, conforme instituído pelo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 7.165/96) (COSTA, 2011).

agrofloresta, hortas e viveiro de mudas, produção de minhocários e insumos para produção de plantas, compostagem de resíduos orgânicos, produção de alimentos vegetarianos e veganos, fabricação de produtos medicinais e de higiene pessoal, atividades de formação e culturais, sobre as quais iremos discorrer mais profundamente a seguir.

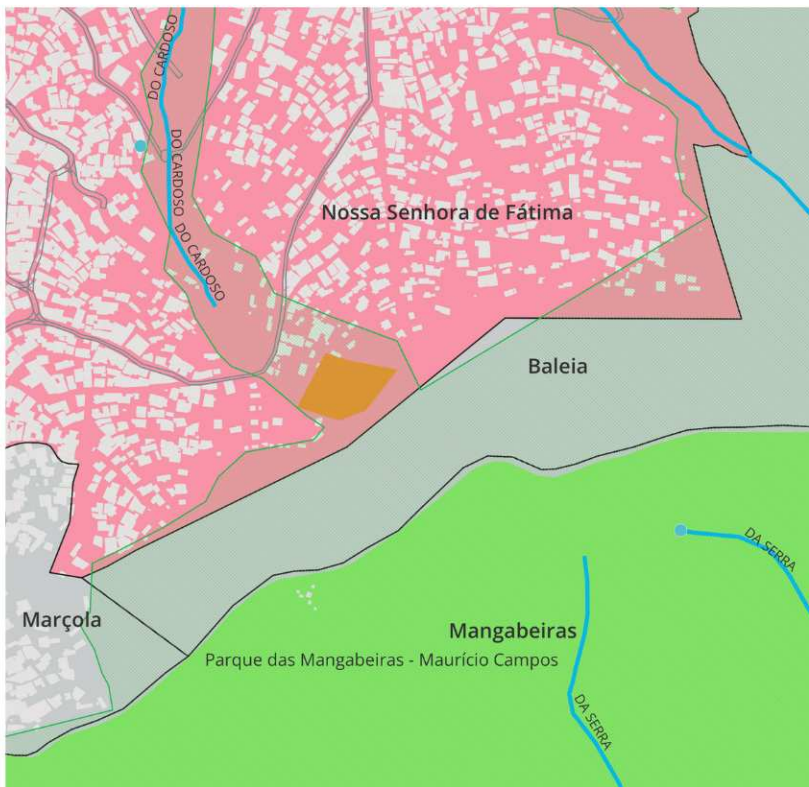
O grupo se formou pela necessidade de encontrar um lugar em que pudessem vivenciar o modo de vida e a cultura rastafari, e começaram a produzir e comercializar alimentos para gerar renda, vendiam em eventos da cidade e, depois, a produção passou a acontecer na Feira Terra Viva, uma das primeiras feiras agroecológicas de Belo Horizonte, que o coletivo ajudou a construir: *“E aí, o Roots participou do início da Terra Viva, ajudou a formar a Terra Viva, que na época era de consumidores organizados para consumir os produtos agroecológicos”* (Roots, 2023). Mas, com o passar do tempo, acharam importante montar uma cozinha e produzir no Aglomerado da Serra, para gerar renda para outras pessoas da comunidade.

O Coletivo Roots Ativa é um coletivo rastafari que se formou em 2006. Foi a junção de três amigos que tinham o objetivo de viver a cultura rastafari [...]. Em 2008 eles sentiram a necessidade de um espaço para vivenciar a cultura e encontraram um lote vendendo na Serra, e é onde a gente vive hoje. É pela necessidade de estar junto mesmo, mas foi a partir disso que fomos tendo contato com a comunidade, que no início eram mais as crianças que foram chegando junto e falando “Aqui é o projeto, aqui é o projeto” e a gente respondendo “Não, aqui não é o projeto não, aqui é nossa casa”. Mas assim foi indo, e se tornando um projeto mesmo! As crianças mesmo puxavam atividades, organizavam biblioteca, pediam para ter oficinas, organizavam festas juninas... E aí, foi formando esse coletivo, a comunidade da Serra reconhecendo mais os rastas. E antes, também tinha o trabalho para se manter, para ter a geração de renda deles. Eles faziam bombons de grãos, que na época eram com mel, e iam vender nos duelos de MCs. Nesse início, eles foram para a Serra para ter um refúgio, era aquela questão de desapego com dinheiro, para estar mais afastados do sistema. Mas lá dentro da Serra encontraram aquela questão do lugar onde as pessoas precisavam gerar renda. Essas próprias crianças que chegaram do início foram crescendo, querendo outras coisas, ter acesso a um tênis, querendo sair, comer uma comida legal. Eles sentiram a necessidade de subir com os trabalhos de geração de renda lá para a Serra, porque antes a produção dos alimentos era lá no Santa Tereza. Nessa época os meninos já participavam da Feira Terra Viva, que era na rua Capitão Procópio, e a produção era feita lá durante a semana. Com essa questão na Serra, eles viram a necessidade de subir com esse trabalho lá para o Aglomerado, para gerar renda para outras pessoas. Na época nossos vizinhos eram maioria mulheres, que passavam questões de violência doméstica, falta de recursos (ROOTS, 2023).

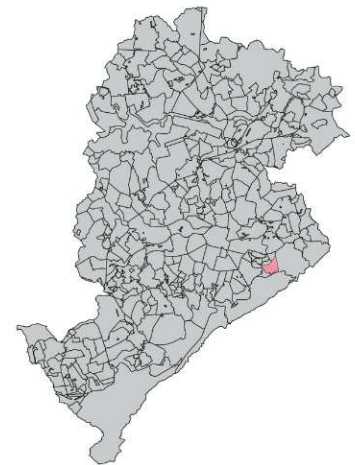
LOCALIZAÇÃO DO COLETIVO ROOTS ATIVA



Imagens de satélite Google Earth, junho de 2020.



LOCALIZAÇÃO DENTRO DE BELO HORIZONTE



Legenda

- Localização Roots Ativa
- Parque das Mangabeiras
- Corredor Ecológico Serra do Curral
- Nascentes
- Cursos d'água
- Circulação viária
- Projeção de edificações
- Vila Nossa Senhora de Fátima
- Bairros de Belo Horizonte (Popular)

Projeção: SIRGAS 2000.
Fontes:
Prefeitura de Belo Horizonte
<https://bhmap.pbh.gov.br/>
Elaborado pelo autor, 2023.

0 50 100 m



Figura 12: Localização do Coletivo Roots Ativa.
Fonte: elaboração própria, 2023.

O terreno da Vila Nossa Senhora de Fátima, onde foi construída a sede do grupo, foi em parte comprado, mais especificamente onde foi construída a cozinha, e as outras áreas, que são espaços comuns, foram ocupadas com a intenção de preservar, ação que foi legitimada pela comunidade. Hoje, o espaço possui a cozinha, onde são fabricados os alimentos para venda, uma casa construída com materiais reciclados (chapas ecológicas de *Tetra Pak*), onde irão estabelecer a produção para a farmacinha caseira, também há um outro ambiente feito do mesmo tipo de material, onde são realizadas oficinas e que também será a residência de uma das famílias que compõem o coletivo. Além disso, ainda existe o espaço da agrofloresta, do viveiro de mudas, da compostagem, além de um banheiro seco e outras áreas de convivência.



Figura 13: Mosaico de imagens do Roots Ativa.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

O coletivo vem desenvolvendo diversos projetos, como a “Cozinha I-tal Roots Ativa”, que produz e comercializa produtos saudáveis, como granolas, bombons de grãos, hambúrgueres veganos, farinhas de tapioca, dentre outros. Assim como o projeto “Spiralixo”,

que propõe soluções para tratamento dos resíduos orgânicos, produção e comercialização de minhocários e realização de oficinas de compostagem e construção de minhocários domésticos.

O trabalho da compostagem começou em meados de 2008 também. [Dois participantes] têm a formação de técnico em gestão de resíduos, pelo Centro Mineiro de Resíduos, e eles começaram o trabalho com o *spiralixo*, fazendo os minhocários, vendendo na cidade, dando oficinas. Em 2015, a gente viu de subir com esse trabalho também para a Serra, porque onde a gente morava teve ocupação recente, a coleta não subia lá em cima e as pessoas também não desciam para levar o lixo delas. Com isso, teve muita proliferação de rato, doenças... A gente subiu com esse trabalho lá para a Serra. Em 2015, [um dos integrantes] escreveu o projeto para o Fundo Socioambiental Casa, que foi para a estruturação do viveiro, compra dos materiais, que na época foi triturador e ferramentas, e para a formação de seis jovens para estar fazendo esse trabalho na Serra. E aí, a gente começou a coleta de resíduos orgânicos. A gente fez a mobilização com a comunidade, falou desse problema, distribuiu os baldes, fez um almoço, a gente fez a primeira compostagem todo mundo junto. Esse trabalho começou em 2015, foi muito bacana e teve a formação. O resíduo, depois de pronto, a gente mostrou para as pessoas o que virava. O pessoal super aprovou, a mesma galera que jogava fora também puxava nossa orelha para a gente não deixar de pegar o baldinho. Desse trabalho, desses jovens, ficou eu e [mais um]. A gente hoje está trabalhando no Núcleo Lixo Zero e essa tecnologia já está se espalhando pela cidade (ROOTS, 2023).

O grupo compõe o Núcleo Lixo Zero, junto com outras organizações que promovem coleta dos resíduos orgânicos e recicláveis da região do bairro Santa Tereza, além da produção e comercialização de alimentos agroecológicos. A Coopesol Leste, cooperativa solidária de catadores de materiais recicláveis da região leste, e o Roots Ativa começaram a trabalhar em conjunto em várias ações pontuais, como o trabalho no IV ENA, em 2018, e os bons resultados levaram a uma parceria permanente, junto com o Núcleo Alter-Nativas de Produção (NAP), grupo de pesquisa e extensão da Engenharia de Produção da UFMG.

Assim, em 2019, o Núcleo Lixo Zero foi consolidado em um terreno cedido por uma moradora do bairro, na Rua Bom Despacho e agora também acontece na Rua Anhanguera, em um terreno alugado (Figura 14). Nesses espaços, conseguem reciclar mais de 90% dos resíduos coletados e atendem cerca de 100 famílias da região. Há uma taxa para que cada família possa participar do projeto, que hoje é uma das principais fontes de renda do grupo. Os espaços também são locais de plantio de hortas e de vendas dos produtos produzidos e de parceiros do movimento agroecológico.

A gente está com o Núcleo Lixo Zero, dois núcleos na cidade, o Núcleo Anhanguera funciona de terça a sábado, das 9:00 às 15:00. Tem o Núcleo da Rua Bom Despacho, que funciona terça, quinta e sábado das 9:00 às 15:00 também. E é um projeto que a

gente faz em parceria com o ATEMIS¹⁵, que é um núcleo da UFMG, da engenharia de produção. Cooperativa Coopesol Leste e o Roots ativa, a gente foi convidado a participar desse projeto [...]. [Uma das parceiras] estava pensando “Por que não também o orgânico, já que ele que é um dos que mais poluem e se não for tratado, os outros também não são?”. E aí, a gente se juntou. Na época a gente tava fazendo a gestão dos resíduos lá na Terra Viva, essa coleta era levada para a Serra, correria danada. E aí, a gente teve a oportunidade de ter esses espaços aqui. [...] A gente soma com a gestão dos resíduos orgânicos e a horta, o plantio das hortas. Foi muito bacana, tipo, a realização de um sonho também a realização da horta, porque a gente sempre plantou lá em terreno acidentado, que era morro, sempre subindo o composto. Aqui não, aqui já foi no plano, no reto, já foi bem bacana para a gente também. E aprendendo muito com a cooperativa. E hoje a gente tá fazendo a gestão de resíduos para mais de 100 famílias (ROOTS, 2023).

LOCALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS LIXO ZERO - BAIRRO SANTA TEREZA



Imagens de satélite Google Earth, junho de 2020.

Figura 14: Localização dos Núcleos Lixo Zero.
Fonte: elaboração própria, 2023.

¹⁵ O Núcleo Alter-Nativas de Produção faz parte do Instituto ATEMIS - Análise do Trabalho e das Mutações Industriais e dos Serviços (UFMG).



Figura 15: Mosaico de imagens do Núcleo Lixo Zero Anhanguera.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Enquanto o Roots Ativa fica responsável pela gestão dos resíduos orgânicos, a Coopesol Leste faz o recolhimento dos recicláveis. Existe, na cidade, uma visão estigmatizada da função do catador e o projeto tenta reverter essa lógica, trazendo o catador como um educador do processo.

É uma cooperativa de catadores lá no Taquaril. Eles que cuidam dos recicláveis, passam aqui uma vez por semana fazendo a coleta deles, fazem a triagem, o tratamento...A gente criou o LEVAS - Local de Entrega Voluntária Assistida, que é o local onde a pessoa deixa o reciclado. Muda um pouco esse contexto do catador, porque o que a gente vê na cidade é sempre o catador que leva o resíduo de todo mundo, aquela pessoa que as outras pessoas não querem ter contato. Às vezes, a pessoa vê e até muda de passeio. Aqui não, já muda. Aqui o catador é um educador que mostra o que é reciclado, o que não é. É bem bacana isso (ROOTS, 2023).

O coletivo também tem uma abordagem cultural, principalmente, com o objetivo de trazer ações de arte, educação e cultura para dentro do Aglomerado da Serra. Dessa forma, já

foram realizadas oficinas, formações, aulas e festas, buscando fortalecer a comunidade.

A cultural é mais essa convivência com a comunidade mesmo, lá do Aglomerado da Serra, e hoje tem sido bem fluido. Hoje, na correria, a gente não tem conseguido fazer tanto, mas é mais a convivência mesmo. E são mais as oficinas que a gente puxa lá, capoeira, já teve aulas com Educafro, parcerias com o Instituto Franciscano. Na verdade o EducAfro era para colocar pessoas de baixa renda e da periferia na faculdade, só que no nosso contexto era mais para o pessoal terminar a escolaridade, aí foi bem bacana. Festas juninas, festas que a gente faz com a comunidade também. E a gente tem muito trabalho ainda para fazer nesse sentido, a gente tem muita coisa que a gente quer realizar ainda aqui na comunidade, fortalecer mesmo a comunidade (ROOTS, 2023).

Outro projeto que o grupo está desenvolvendo é a Farmacinha Caseira. A relação do Roots Ativa com as plantas medicinais tem se aprofundado através do compartilhamento de saberes com outros grupos e pessoas. Veio também como uma demanda da comunidade, que buscava plantas e remédios para cuidar da saúde de si e da família. Essa ação também tem atraído mais mulheres para o coletivo.

A gente começou a construir o espaço da farmacinha em 2015, foi também das necessidades que foram aparecendo. O pessoal da comunidade já conhecia a gente por causa das plantas, dos trabalhos da gente. Aí sempre iam lá no Roots pedir um remedinho para cólica, um remedinho para o menino que acabou de nascer, um poejo, um aquilo... Aí a gente já via a necessidade de ter as plantas já preparadas lá também. Ter uma planta seca, poder fazer um xarope. E aí, a gente foi acessando esse conhecimento, pela troca com o pessoal na feira, [...] que a gente teve a oportunidade de receber as oficinas [de raizeiras e educadoras] em uma parceria com a REDE [Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas]. Então foi muito bom, agregou muito, chamou mais mulheres para o coletivo (ROOTS, 2023).

O Roots Ativa está envolvido em diversas redes de agricultura urbana e agroecologia, como a Feira Terra Viva, Feira Agroecológica da UFMG, a Associação Horizontes Agroecológicos, organismo criado para o funcionamento da certificação orgânica por Sistema Participativo de Garantia (SPG), entre outros. O coletivo também é apoiado por algumas instituições, como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), além de ser uma Unidade Produtiva (UP) cadastrada e acompanhada pela SUSAN, por meio da GEFAU, que fornece capacitação, insumos e outras formas de incentivo tanto para o grupo, quanto para outras UPs.

A experiência do Roots Ativa aponta para caminhos possíveis para as juventudes que buscam outros modelos de geração de renda e modos de vida. E tem se fortalecido através das relações de comercialização populares e solidárias em redes e coletivos. Entretanto, muitos desafios ocorreram e ainda precisam ser contornados.

O coletivo se encontra em um local bastante íngreme, o que dificulta o transporte de

materiais de construção e outros insumos, também é mais complicado e difícil cultivar. Isso também é um desafio na permanência de jovens e outros participantes, pois as condições nem sempre são fáceis, depende de muito esforço. Mesmo assim, as construções e produções tem se encaminhado e garantido espaços para realização das práticas.

Eu acho que pelo desafio mesmo, porque é tudo muito bonito, mas é uma luta danada. Lá na montanha não é fácil, são 150 degraus para chegar, para construir no lugar também já é bastante desafiador. Então é resistência mesmo. [...] E antes, era roots mesmo! Não tinha banho quente, a casa era reciclada, era um “balança, mas não cai”... Agora que as coisas estão se estruturando, ficando mais fixas (ROOTS, 2023).

Por fazer fronteira com a Serra do Curral, o Roots Ativa também sente a ameaça da mineração¹⁶ e das queimadas¹⁷ que vêm atingindo a RMBH. A falta de informação transparente sobre o andamento dos projetos minerários é um grande problema, pois dificulta seu enfrentamento. Já as queimadas, o coletivo tem se articulado e conseguido evitar a entrada de fogo, que era muito comum na época de seca e com a vegetação de cerrado. O esforço em cuidar da terra tem apresentado efeitos muito concretos na regeneração do solo e na vegetação do ambiente, que já apresenta plantas mais altas, enquanto o entorno possui apenas plantas rasteiras, como capim.

Estamos ali bem no olho do furacão. Está ali atrás da gente, mas a gente fica até meio perdido, porque a gente não consegue ter muitas informações do que tá acontecendo, de como combater. Mas estamos na linha de frente contra a mineração, que está bem ali atrás da gente. Fala que parou, mas não parou, todo dia a gente ouve barulho de caminhão. E estamos aí nessa luta também. Procurando se informar mais para poder atuar também. [...] Tem o combate às queimadas, porque onde a gente mora é divisa com o Parque das Mangabeiras, é o cerrado, e essa época da seca pega muito fogo. Então a gente tem o trabalho de fazer o aceiro, quando vem o fogo a gente apaga, já tem uns quatro anos que não entra fogo lá no Roots. Aí, já dá até pra ver a diferença lá na montanha, tá bem verdinho, já tem um extrato ficando mais alto das árvores, ao redor ainda tá tudo de capim. Então é um trabalho que está dando para ver a diferença de preservação (ROOTS, 2023).

As dificuldades na geração de renda também têm sido um desafio, principalmente para garantir e aproximar jovens para o coletivo. Não é possível garantir uma renda fixa, pois a

¹⁶ Com solo rico em minerais, a Serra do Curral tem sido alvo de minerações irregulares há vários anos. Apesar de possuir tombamento da PBH, ela não é tombada pelo Governo do Estado, o que abre brecha para novos empreendimentos, como um projeto da mineradora TAMISA, que prevê a retirada de 31 milhões de toneladas de ferro em Nova Lima nos próximos 13 anos. Graças à mobilização da sociedade civil, com destaque para a iniciativa “Tira o pé da minha Serra”, o projeto da TAMISA foi suspenso pela justiça e as minerações das empresas Gute e Fleurs foram interrompidas. Contudo, tais decisões são provisórias e a integridade da Serra continua em risco (TIRA O PÉ DA MINHA SERRA, 2023).

¹⁷ Nos últimos anos, Belo Horizonte vem sofrendo com o aumento das queimadas. A capital mineira registrou 712 incêndios florestais no ano de 2020 e 1.073 em 2021, um aumento de 51% (RICCI; GALVANI, 2021).

remuneração depende da comercialização e dos trabalhos desenvolvidos em cada momento. Apesar de alguns projetos terem garantido a presença de jovens por algum tempo, nem todos os jovens continuam após o encerramento.

É, tem a questão da geração de renda, que é um desafio também. Acho que por essa questão as pessoas acabam saindo um pouco, porque não tem muito uma renda fixa. A renda vem a partir dos trabalhos mesmo, das vendas, e nem sempre o comércio tá bom. Aí tem essa questão também, é um desafio a geração de renda. É igual a gestão de resíduos, o projeto de 2015, ele manteve os jovens durante um ano, mas depois a gente teve que se organizar para manter. O trabalho mesmo da gestão de resíduos não era pago, tinha que fazer o trabalho da gestão, produzir alguns produtos para depois ter a renda. Esse também foi um desafio para manter os jovens (ROOTS, 2023).

Existe também uma rotatividade bastante fluida na participação do Roots Ativa, que por ser um coletivo aberto, está sempre se transformando em relação aos seus integrantes, que hoje possui entre 6 e 8 participantes, mas já chegou a ter 20 pessoas.

A gente vai tendo essa rotatividade bem natural mesmo, porque as pessoas vão entrando em outras fases da vida também, vão tendo filhos, arrumam outros projetos. Mas é um espaço que é aberto para o pessoal poder chegar mesmo. Hoje estamos com umas 6 a 8 pessoas no coletivo (ROOTS, 2023).

O Roots Ativa nos mostra como outras culturas e modos de vida podem reproduzir hábitos e práticas que dialogam com a agroecologia. Muitas das atividades realizadas pelo grupo vieram da ideologia rastafari, que traz a conexão com a terra e com a alimentação, sendo que o contato com a agroecologia só aconteceu depois, agregando outros conhecimentos e valores.

Eles já sabiam, porque na cultura rastafari tem muito dessa coisa da conexão com a terra, pela busca com o modo de vida original e nessa busca a gente acaba se encontrando com a terra, cuidado com a terra, com a alimentação. E aí, os meninos já tinham a bagagem da permacultura, trabalhando com madeira, horta... Eles já tinham essa bagagem e a agroecologia chegou muito para somar também com isso (ROOTS, 2023).

Ainda, é interessante perceber como a busca por outras maneiras de viver, trabalhar e conviver pode levar à construção de iniciativas que fazem agroecologia, e, ao mesmo tempo, atrair mais pessoas para o movimento, aquelas que estão procurando sair da lógica capitalista de produção e reprodução da vida. A agroecologia procura fortalecer e reconhecer essa diversidade de culturas e modos de vida.

Eu conheci o Roots em 2014 para 2015. Foi mais por essa busca pela cultura rastafari mesmo, nem imaginava o que era o Roots. Eu estava na época procurando sobre a cultura rastafari em todo canto. Rastafari na Bahia, rastafari no Rio, em vários lugares, e não sabia que tinha tão perto da minha casa. [...] Acredito que a agroecologia tem esse poder mesmo de resgatar a nossa ancestralidade. Eu vejo que é uma coisa que já existia e a agroecologia sistematizou e divulgou para o mundo (ROOTS, 2023).

O coletivo vem desenvolvendo vários projetos, como listamos aqui, mas ainda tem outros sonhos e desejos, e estão trabalhando e se planejando para concretizá-los. As ações visam não só uma melhor estruturação do grupo, como também iniciativas voltadas para a interação com comunidade. A ideia é tornar o espaço cultural mais movimentado, resgatar projetos antigos como o “Preta Linda Sou”, que foi um projeto para as mulheres se conectarem e falarem sobre sua ancestralidade, seus desafios, além de resgatar a estética negra, como um processo de valorização. Bebendo da água desse projeto, sonham em construir um salão de beleza afro e gerar renda para outras mulheres.

Ainda, objetivam investir no processo da farmacinha caseira, finalizar as construções dos espaços na sede do grupo e, assim, conseguirem se organizar mais. Há também o sonho de começar uma horta comunitária, trazer e formar mais pessoas para o movimento.

O sonho de ter um espaço cultural movimentado mesmo. A gente tem o objetivo que vem lá de 2015, que é o projeto Preta Linda Sou, de fazer um salão de beleza afro lá no coletivo, para valorização da estética negra mesmo, fazer formação para as mulheres, trazer geração de renda para a mulherada. Também, a farmacinha atuar mais e mais. A gente terminar de construir a casa para os espaços entrarem no lugar, porque hoje tá tudo meio provisório. A gente tá construindo a casa mãe, que é nossa casa e também a casa que a gente recebe as pessoas. Então, eu acho que quando ela terminar, a gente vai conseguir organizar todos os espaços e voltar a movimentar. Hoje a gente tá morando na farmacinha, então a ideia é a gente sair de lá e a farmacinha funcionar. O espaço cultural também, a ideia é tirar as coisas de lá e botar para funcionar. Então tem muito trabalho pela frente, muita coisa para fazer na comunidade, tem muitos objetivos. Pensamos em fazer também uma horta comunitária, porque onde a gente mora é montanha e tem mais espaços que as pessoas podem produzir. Tem muita ideia para rolar, muito trabalho, formações culturais, formar mais pessoas (ROOTS, 2023).

Concluindo, o coletivo tem a intenção de se formalizar, pois, atualmente, a divisão dos lucros e do trabalho é realizada informalmente. Para além da organização, a formalização da iniciativa vai permitir que se inscrevam em editais, o que vai contribuir para gerar renda e engatar projetos maiores. Essa questão ainda está sendo discutida pelo grupo, que tem avaliado e estudando os formatos, a viabilidade e burocracias do processo.

E a gente também tem o objetivo de se formalizar, para se inscrever em editais e fazer esse serviço também, porque o trabalho que a gente tem de geração de renda

ainda não consegue realizar isso, a gente consegue se manter ali na correria, mas não consegue realizar coisas maiores. [...] A gente tá se organizando para se formalizar, estudando, vendo as questões de estatuto, vendo uma forma melhor, virar ponto de cultura (ROOTS, 2023).

O Roots Ativa é uma experiência que tem muito a ensinar sobre outras formas de se relacionar com a cidade. O grupo se conecta com a proposta anti-hegemônica, que compreende diferentes modos de vida e lutas sociais, mostrando que as juventudes podem propor e participar de iniciativas que fujam do convencional, que crie condições de vida mais justas, ecológicas e saudáveis nas cidades.

A juventude que tem a maior força para fazer a parada acontecer, tá no auge ali da força, na flor da juventude mesmo, como se diz. Eu acho que a juventude tem muito a fazer na agroecologia, muito a somar. Vendo os espaços vazios da cidade e ocupar de outra forma, transformar em horta, agroecologia, fazer esses movimentos agroecológicos mesmo (ROOTS, 2023).

2.1.3 Sítio Bonobas: “caminho agroecológico feminista¹⁸”

O Sítio Bonobas foi um coletivo composto por mulheres jovens, militantes feministas e pela pauta LGBTQIAP+, gestoras ambientais, estudantes de gestão ambiental e de agronomia, que produziam e comercializavam produtos agroecológicos, como verduras, legumes, frutas, raízes, cogumelos, ervas medicinais e aromáticas, cultivados coletivamente.

Foi uma iniciativa articulada entre os anos de 2019 a 2022, na zona rural do município de Florestal integrante da RMBH (Figura 16), que chegou a envolver até 8 jovens, revelando-se uma fonte rica de aprendizados, vivências e trocas. As mulheres vieram da realidade de centros urbanos, de município como Belo Horizonte e Mateus Leme na RMBH, Campo Belo e Varginha em Minas Gerais, e do Rio de Janeiro, e encontraram na agroecologia uma alternativa de modo de vida e de geração de renda, construindo um coletivo liderado e mantido por mulheres que lutam pela agroecologia, resgatando conhecimentos tradicionais, plantando e comercializando alimentos sem agrotóxicos em circuitos da economia popular e solidária.

O coletivo Bonobas foi um coletivo fundado por mulheres jovens, todas vindas de zonas urbanas, que fosse cidade pequena, mas ninguém de fato veio da roça, e todas com uma vontade de ocupar esse espaço da zona rural e fomentar a agroecologia. A ideia do sítio era a construção de uma agrofloresta, a comercialização desses produtos também, a gente conseguir o sustento a partir dessa terra, a gente expandir esses horizontes, a gente incentivar outras pessoas jovens a ocupar também esse espaço, a gente voltar para as zonas rurais, a gente pensar em uma comida de qualidade. Isso tudo pensando em um coletivo de mulheres como a gente pensou,

¹⁸ O subtítulo está entre aspas, pois se trata do *slogan* da iniciativa.

tendo em vista a questão do feminismo, da militância, todas eram muito voltadas a isso (BONOBAS, 2023).

LOCALIZAÇÃO DO PRIMEIRO TERRENO DO SÍTIO BONOBAS



LOCALIZAÇÃO DENTRO DA RMBH



Imagens de satélite Google Earth, abril de 2023.

Figura 16: Localização do primeiro terreno do Sítio Bonobas.
Fonte: elaboração própria, 2023.



Figura 17: Mosaico de imagens do Sítio Bonobas.
Fonte: acervo Sítio Bonobas, 2019 a 2021

O projeto se iniciou a partir da convivência com agricultoras/es de Florestal, principalmente através da construção e constituição da Associação Florestalense de Agroecologia (AFLORA), as jovens se envolveram com trabalhos de produção, comercialização, transporte de alimentos e intercâmbios de saberes entre os membros da associação. O contato com a agroecologia na universidade, intercâmbios de saberes e eventos, como o Balaio de Saberes, encontro do movimento agroecológico de Florestal e da RMBH que acontece durante a Semana do Produtor Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Campus Florestal, também foram impulsionadores da iniciativa.

Essa relação com a AFLORA, que tinha acabado de se regularizar enquanto associação, porque até então era uma iniciativa particularmente voltada para a comercialização dos produtores. Foi no momento que a AFLORA estava no pico de energia, com os produtores todos envolvidos no processo. Pessoas muito legais que viraram amigos pessoais. Balaio de Saberes, que é um movimento agroecológico incrível (BONOBAS, 2023).

O Sítio Bonobas se consolidou em 2019, com o aluguel de um terreno em Florestal,

onde, além da implementação de um SAF, ocorreram encontros de trocas e festividades centradas no viver e no saber agroecológico. A integração das participantes aconteceu de forma fluida, mobilizadas pelo contato com a agroecologia e suas relações de amizade. O grupo trabalhou com o fortalecimento de feiras livres, fomentando o diálogo sobre soberania alimentar, agroecologia, comércio justo e a importância da agricultura familiar agroecológica, além de promover eventos culturais, debates e a circulação de saberes agroecológicos.

O Sítio Bonobas foi iniciado em 2019, no início do ano, por quatro estudantes que estavam em florestal, algumas formadas em gestão ambiental e tinham se conhecido no curso, eram minhas amigas. Nesse percurso, dentro de um ano, o sítio começou a acontecer, começou a ter plantios também, em paralelo ao que acontecia na cidade. [...] O sítio começou a se desenvolver, começou o plantio em si, o primeiro plantio foi no meio do ano de 2019, nesse primeiro ano ficou 6 meses sem o plantio em si. Aconteceu o mutirão, veio uma galera de BH também, aconteceu um plantio bem grande junto com a galera da AFLORA. Quem planejou isso foi o técnico responsável da associação e esse mutirão fez o primeiro plantio lá da roça no meio do ano (BONOBAS, 2023).

A experiência das “Bonobas” aponta para a desconstrução do significado tradicional da agricultura familiar, que passa pelo imaginário do núcleo familiar constituído por pais, mães, filhos/as e funcionários/as, mostrando que outros formatos são possíveis, como laços de amizade e relações não heteronormativas. A partir da consolidação do coletivo e com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), elas conseguiram adquirir a Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF, documento que certifica a produção familiar e dá acesso a políticas públicas voltadas para essa categoria.

Quem vai falar que não é família, né? Mora junto, faz conta junto. E isso era uma coisa importante também, o nosso contrato do sítio era no nome de todo mundo. Não existia uma pessoa só que tinha o nome no contrato, era no nome de todo mundo (BONOBAS, 2023).

As jovens produziam alimentos sem agrotóxicos e se inseriram em circuitos de comercialização e trocas, tanto em Florestal, quanto em Belo Horizonte e outros municípios da RMBH. No final de 2019, um ano após a iniciativa começar, houve mudanças significativas, algumas das integrantes do coletivo saíram por motivos diversos, mas também houve a entrada de mais uma integrante, que apoiou muito o processo de organização e logística do grupo.

Em 2020, janeiro de 2020, bem no início, houve uma debandagem, uma saída, de

basicamente todas as meninas do sítio. Com isso, tinham começado em 4, mas duas amigas foram morar na casa de baixo do sítio, acabaram acoplando ao projeto. Nesse meio tempo, as três que estavam na casa de cima saíram e ficou só uma, e uma embaixo também. E aí, como eu estava no corre do sítio sempre com elas, no início de janeiro de 2020, eu já entro no sítio também. Foi o momento que elas estavam pensando se iam continuar ou não e eu falei “Bora lá gente, vamos deixar isso morrer não”. E aí, a gente começa. O sítio até então tinha feito poucas comercializações de fato para BH, porque teve um erro muito grande do plantio em relação ao técnico da AFLORA, porque ele plantou muita coisa em excesso, principalmente folhosas e não teve saída. Então, teve muita perda nesse primeiro plantio. Um dos lugares para onde a gente mais fornecia era a Cervejaria Viela e o Juramento (bares de BH). Então, quando a gente vendia em grande quantidade, até 2020, era para esses lugares específicos. Não tinha um fluxo de venda, uma rotatividade. Em 2019 inteiro as meninas pagaram aluguel, o sítio não tinha um retorno financeiro para elas também. Quando chega 2020, que eu vou para o sítio, eu começo a organizar planilhas e falo “A gente vai começar a vender o que a gente precisa vender”. E aí começa uma sequência regular de vendas em Belo Horizonte, toda semana, e o plantio era feito toda semana também. Os itens que a gente não tinha da nossa produção a gente conseguia com parceiros para enriquecer também essa venda que estava começando. E de repente a gente começou, foi muito legal. No primeiro mês, a gente conseguiu pagar o aluguel e tirar um dinheiro para a gente. Foi a primeira vez que de fato o sítio se pagou (BONOBAS, 2023).

Em 2020, as participantes se viram diante de mais algumas mudanças. Com a pandemia da COVID-19, viram-se diante da impossibilidade de vendas presenciais em feiras, mas, ao mesmo tempo, um aumento da demanda por alimentos saudáveis e sem veneno.

E aí, veio o COVID. E aí? E agora? E ao mesmo tempo que [a gente] trabalhava no sítio, a gente também trabalhava na AFLORA. Então a gente fez os dois processos juntos. A gente fazia entrega nossa e fazia entrega da AFLORA em dias separados, fazia feira, a gente sempre estava nesse movimento. Então o COVID vem, a gente fica pensando que não ia dar para fazer feira, que realmente ia ter que ser cesta. E também houve uma crescente dessa demanda de consumo de produtos sem agrotóxicos, orgânicos e agroecológicos. E aí foi muito legal esse período, porque a gente conseguiu uma parceria com a Feira Fresca. [...] A Feira Fresca não ia poder mais acontecer, [...] também não queria deixar o pessoal que consumia da Feira Fresca sem esse contato. E aí a gente começou a fazer as entregas de produtos para a Feira Fresca. A cesta da Feira Fresca era toda a gente que fazia, com alguns produtos que vinham para complementar, pão, essas coisas (BONOBAS, 2023).

Ao longo de sua trajetória o Sítio Bonobas enfrentou vários desafios, entre eles a instabilidade da segurança do seu terreno em termos contratuais, que não garantia a estadia por mais de um ano na terra, dificultando a implementação de áreas de SAF e até mesmo a incerteza das colheitas de culturas mais longas. Em 2020, tiveram que realizar a primeira mudança de local por conflitos com a proprietária do terreno.

Só que nesse período todo de 2019 para 2020, houve uma briga muito grande com a proprietária do imóvel também. A gente tinha mais de 3 mil metros quadrados plantados e ela solta um cavalo na horta. Logo em 2020, a gente já tem uma perda. A gente muda para outro lugar, tudo nesse processo, das entregas, da mudança. A gente ficou um mês procurando casa, não conseguia achar lugar para plantar. E, também,

porque a gente tinha um pouco de medo e receio de arrumar qualquer lugar. E aí, no final, a gente tava meio que desistindo de morar na roça, estava afim só de alugar um terreno para poder plantar e de repente surgiu Ribeirão do Ouro, que é um distrito de Florestal, é um distrito mais afastado, 14km da cidade. De fato a gente vai para lá, e, tipo, é o momento que a gente fica mais isolado, momento que a gente vivenciou a roça de fato, porque o vizinho que a gente tinha mais próximo era a 2 km de distância, era bem legal até (BONOBAS, 2023).

Apesar de terem conseguido um novo espaço em Ribeirão do Ouro, distrito de Florestal, as agricultoras começam a ter problemas com o plantio no terreno, pois havia muitos alagamentos durante o período de chuvas e rachaduras no período de seca. Tiveram que planejar e começar um longo processo de manutenção e recuperação do solo.

A gente começa a ter muita dificuldade na questão do plantio, porque era um terreno muito argiloso, um terreno que tinha muita infiltração, então alagava muito na época de chuva e na época de seca ele trincava independente da irrigação que tinha. Era um solo que antes era pasto, então a gente tinha que pensar numa recuperação daquele solo, e toda essa demanda de fazer recuperação, mas sabendo que é uma coisa a longo prazo, a gente não pode parar de plantar, porque a gente tem que fazer a comercialização, tem que fazer as coisas rodarem. Um amigo que mora no distrito vizinho emprestou o terreno dele, porque eles tem uma fazenda grande, foi ali que a gente estava plantando para suprir essa demanda que a gente ainda tinha, mas ainda recuperando essa área em Ribeirão do Ouro (BONOBAS, 2023).

Este foi um momento bastante complexo, pois tinham que estar em um local plantando e em outro fazendo a recuperação do solo. Além disso, a comercialização acontecia virtualmente, mas no sítio a internet não funcionava bem. Precisavam se dedicar em desenvolver mais a produção, por isso, decidiram sair da AFLORA. Elas deixam a associação, inclusive enquanto associadas, o que eram desde o início do projeto. Porque, além da sobrecarga, também sofreram machismo, falta de suporte técnico e não conseguiam apoio com materiais emprestados.

Era uma coisa de ter que escutar coisas de homens o tempo inteiro, principalmente, porque a gente era mulher e jovem na roça, descredibilizando nosso trabalho. [...] A gente sofreu muito isso, nem só por ser mulher, mas por ser mulher jovem também, uma mulher diferente ali na roça. Porque geralmente quando a gente fala “roceira”, a primeira imagem que vem é de uma mulher mais velha. A juventude parece que não ocupa esses espaços (BONOBAS, 2023).

Outro desafio enfrentado foi problemas com o carro que transportava os alimentos para as feiras e consumidores, o que tornou, muitas vezes, a entrega inviável. Gradativamente, a falta de políticas de incentivo e as dificuldades na relação com proprietários de terras alugadas se tornaram obstáculos cada vez maiores.

Em 2021, após quase um ano no novo terreno, a família de uma das três agricultoras restantes conseguiu um terreno próprio em Campo Belo, mas as outras integrantes ainda estavam na faculdade e

seria inviável mudarem para lá. Assim, seguiram separadas, entendendo a produção no outro município como uma filial do Sítio Bonobas. Em maio, a família de outra integrante também adquiriu um terreno, em Mateus Leme, para onde ela foi trabalhar com a mãe. Inicialmente, a terceira agricultora foi junto e ficou alguns meses, até que decidiu buscar outro caminho. A participante que estava em Campo Belo também precisou mudar, foi para Belo Horizonte. Separadas em dois municípios diferentes, as mulheres decidiram se desvincular enquanto Sítio Bonobas.

Até que 4 meses depois a amiga que estava comigo foi embora e ficamos em duas, em dois sítios. O trabalho duplicou e ficamos muito desnorteadas com as demandas. No final do ano passado eu e minha parceira até então, decidimos que era melhor nos separar, ela já não estava mais na roça, voltou para capital e eu permaneci na minha fazenda as atividades agrícolas e comercialização. Hoje com o nome de Roça Trem Bão e com o auxílio e parceria da minha mãe (BONOBAS, 2023).

Apesar de ter chegado ao fim, a experiência foi muito frutífera e marcou a vida das participantes, que hoje vivenciam e enxergam o mundo de outra forma. Sendo que algumas das ex-integrantes continuam trabalhando com agroecologia. Desta forma, é possível dizer que a agroecologia desempenha um papel crucial ao oferecer oportunidades e benefícios significativos para os jovens.

A agroecologia e projetos como o Sítio Bonobas não apenas fornecem oportunidades econômicas, mas também incentivam o engajamento social, o desenvolvimento pessoal e o fortalecimento das comunidades, contribuindo para um futuro mais promissor e sustentável para os jovens e para toda a sociedade.

É um projeto legal, mas eu acho que teve um início, um meio e um fim, enquanto um coletivo de mulheres jovens, acho que ele foi idealizado como uma coisa. Eu acho que ele funcionou, não é porque acabou que não funcionou. Ele durou o tempo que tinha que durar e todo mundo saiu impulsionado desse projeto, todo mundo saiu de lá afetado pela agroecologia, por todas as pessoas que passaram por esse sítio a agroecologia foi alimentada e é alimentada até hoje. Quem ficou um ano, dois, três, não interessa. O tempo que permaneceu lá, o tempo que alimentou a alma com a agroecologia, todo mundo foi sabe. Eu posso ver as meninas, todo mundo tá alimentado por essa veia da agroecologia que foi o que o Sítio proporcionou para gente (BONOBAS, 2023).

Apesar de não serem de famílias de agricultores/as, as jovens tiveram contato com a agroecologia em Florestal, e, assim, puderam vivenciar e perceber que existem outras formas de estabelecer relações socioambientais e socioeconômicas, além da possibilidade de gerar renda a partir dos sistemas agroflorestais.

A experiência nos provoca a pensar diversas questões sobre a relação de juventudes com a agroecologia, entre elas a importância de se estabelecer condições e incentivos para permanência de juventudes nas suas iniciativas e na produção agrícola, seja no campo ou na

cidade.

Sendo assim, evidencia-se o seguinte questionamento: *A agroecologia pode incentivar jovens de diversos territórios a se reconectarem com as práticas agrícolas?*

O debate sobre a permanência das juventudes no campo, como traz Castro (2005), aponta para a possibilidade de reconhecer a “juventude” como “agente de uma transformação social que resgate o campo”. Nesse sentido, vale refletir sobre o potencial da agroecologia como instrumento mobilizador e de sensibilização para juventudes tanto do campo, quanto da cidade.

Assim, ao se analisar as percepções sobre juventude rural, se observa similitudes com as abordagens sobre jovem, ou juventude urbana na perspectiva de análise a partir de problemas sociais e como possível agente transformador da sociedade. Nesse caso, o jovem deveria ser impedido de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o consequente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Em vez disso, o jovem pode ser o agente de uma transformação social que resgate o mundo rural (CASTRO, 2013, p.53).

Se de um lado as juventudes enfrentam dificuldades em sua permanência no campo, especialmente devido ao acesso precário à educação e ao trabalho, de outro, as juventudes urbanas também encontram obstáculos para trabalhar como agricultores/as (CASTRO et al., 2009; CENSO AGROPECUÁRIO 2017, 2019). Dados preliminares do Censo 2022 vêm sugerindo a redução populacional em municípios de população rural, especialmente entre jovens a partir dos quinze anos (PEREIRA, 2022; MELO, 2023). Ainda, o Censo Agropecuário 2017 apurou que 71% dos produtores rurais brasileiros tinham mais de 45 anos, um percentual superior ao da União Europeia (70%), onde a média etária da população é maior que a brasileira.

Neste aspecto, portanto, o Sítio Bonobas constitui uma notável experiência contra as tendências predominantes, pois reúne jovens que vieram do meio urbano, mas encontraram na agroecologia uma forma de se reconectar com as práticas rurais e buscar uma alternativa de modo de vida e de geração de renda.

Apesar das dificuldades enfrentadas e do encerramento do projeto, a experiência do Sítio Bonobas foi uma poderosa demonstração do potencial transformador da agroecologia. Impulsionadas pelo desejo de promover a soberania alimentar, a sustentabilidade ambiental e a justiça social, guiadas por ideologias feministas, as participantes do coletivo se dedicaram a estabelecer uma alternativa agrícola mais sustentável e inclusiva.

2.1.4 AUÊ!: visibilizando e fortalecendo as agriculturas urbanas

O AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ), sediado no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), é um grupo de ensino, pesquisa e extensão, que, desde 2013, realiza atividades para aproximar as temáticas da agricultura urbana e agroecologia de diferentes áreas do conhecimento. O grupo é formado por pesquisadoras/es, estudantes de graduação e de pós-graduação de diversas formações, além de se articular com experiências populares, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e outros atores envolvidos com a agricultura urbana na RMBH, e também a nível estadual e nacional (Figuras 18 e 19).

O grupo é composto por pessoas de diferentes áreas, com diferentes formações, estudantes de graduação, mas também pesquisadoras e pesquisadores graduados e da pós-graduação, professoras, professores do IGC e de outros departamentos. Tem gente de muita área, porque a agroecologia enquanto campo do conhecimento é transdisciplinar, e a agricultura urbana também, então tem integrantes de um bocado de lugares e com trajetórias pessoais e profissionais distintas. Geografia, Ciências Socioambientais, Arquitetura, Nutrição, Ciências Sociais, Comunicação, até Engenharia Ambiental já teve. Existem pessoas que participam ou participaram como voluntárias, tem bolsistas que passaram pela trajetória do AUÊ e foram embora, tem gente que tem muito tempo que está com a gente (AUÊ, 2023).



Figura 18: Localização do grupo AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana.
Fonte: Google Earth, 07 de agosto de 2020

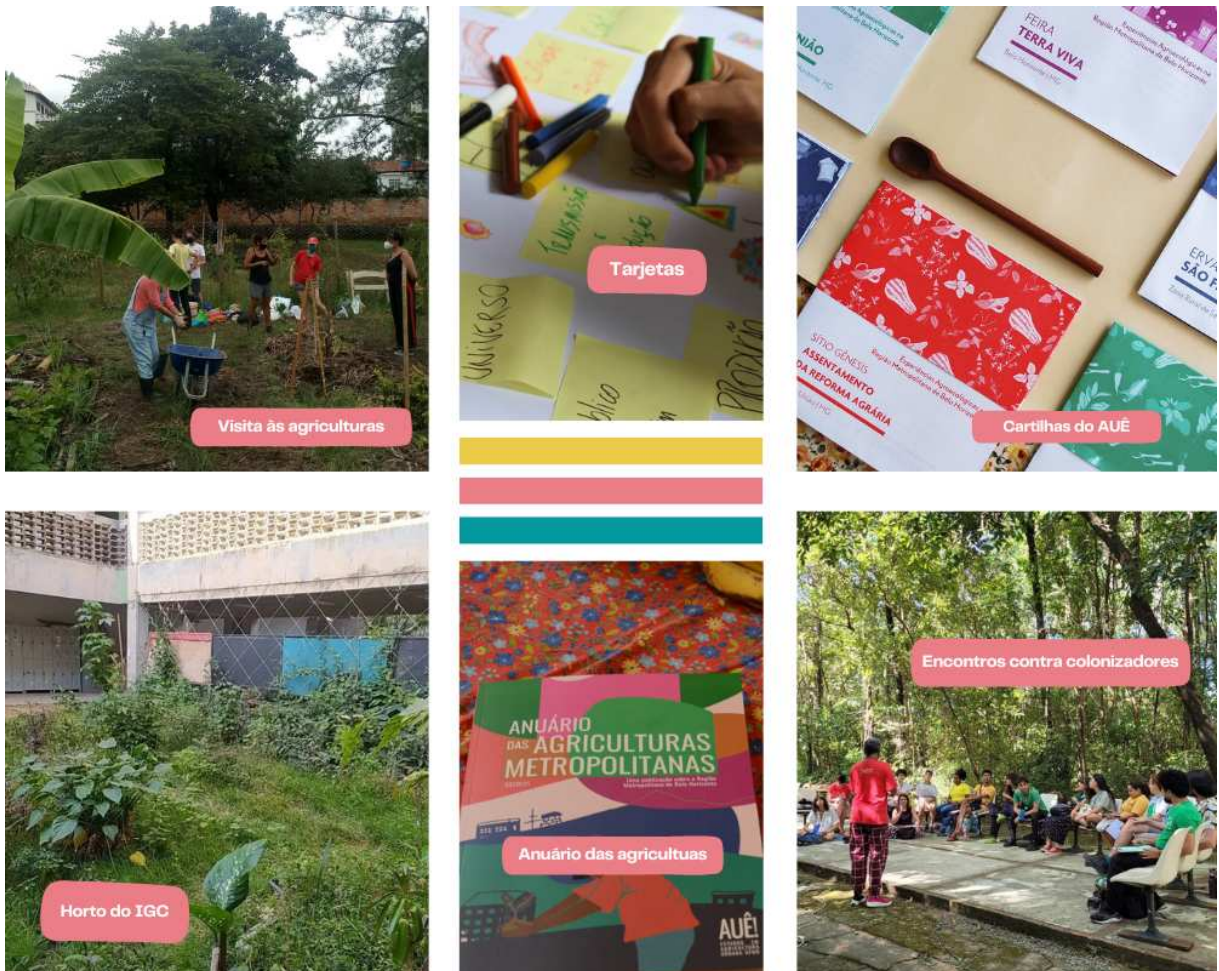


Figura 19: Mosaico de imagens do grupo AUÊ.
Fonte: acervo AUÊ, 2023.

O AUÊ surgiu a partir de encontros no IGC/UFMG, através de conversas e trocas de experiências e reflexões, que acabaram por inspirar a formação do coletivo. Formado em 2013, motivado pelo acúmulo de debates, ações, assim como pesquisas de iniciação científica, monografias, dissertações e teses sobre a temática de agricultura urbana realizadas no âmbito da UFMG (ALMEIDA et al., 2018).

Segundo Almeida et al. (2018), o contexto de construção do grupo AUÊ foi marcado por atividades de ensino e formação, como a oferta de disciplinas que abordam a agricultura urbana e a agroecologia, bem como o surgimento de grupos como o *Grupo de Agricultura Urbana*, no IGC, que antecedeu o AUÊ; o espaço da *Horta Agroflorestal* do Diretório Acadêmico de Biologia, constituído em 2004; o grupo *Quartas Permaculturais*, criado em 2011 no IGC por alunas/os do mestrado e graduação da Geografia e Ciências Socioambientais.

O *Grupo Aroeira*, fundado em 2006 por graduandas/os, mestrandas/os, mestres e doutorandas/os de diversos cursos da UFMG, também gerou publicações técnicas e

acadêmicas em agricultura urbana e agroecologia. A partir de 2013, aconteceram atividades em parceria entre os grupos Aroeira e AUÊ, como o curso de Agroecologia Urbana, que aconteceu em 2015 (ALMEIDA et al., 2018).

Desde sua criação, o grupo AUÊ também estreitou relações com movimentos sociais e grupos de agricultoras/es, como a AMAU, que já existia desde 2004, proporcionando uma primeira interação com experiências de diferentes municípios da RMBH, ampliando a escala de atuação do grupo, que passou a incorporar a RMBH como recorte territorial (ALMEIDA et al., 2018).

O AUÊ está no IGC e dialoga com a dimensão da produção do espaço, do planejamento urbano. O grupo surgiu a partir, como eu já disse, da motivação em compreender e mapear as agriculturas metropolitanas, porque a gente sempre observou que há uma multiplicidade de iniciativas, mas não sabíamos onde elas estavam, ou não tinha informações sistematizadas sobre as experiências. Desde seu surgimento, o AUÊ tem uma interação expressiva com as experiências de agricultura, com as agricultoras e agricultores, seus coletivos e também com as organizações, tanto do poder público, como a prefeitura de Belo Horizonte e a Agência Metropolitana no âmbito da revisão dos planos diretores, quanto organizações da sociedade civil, com destaque para a parceira com a REDE (AUÊ, 2023).

Em 2014, o AUÊ começou a acompanhar e apoiar, com atividades de extensão e metodologias participativas, redes de agricultura urbana e agroecologia da RMBH, possibilitando compreender e visibilizar a presença das agriculturas da região. Ainda, segundo Almeida et al (2018), a aprovação de projetos em editais da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (Cultivando outra cidade: experiências e cartografias sociais da AMAU e na Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N°81/2013 (Metrópole em transição: implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica/UFMG na RMBH), iniciados em 2014, possibilitou o fortalecimento de parcerias com grupos como a AMAU, a REDE, a EMATER-MG, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e o Grupo Aroeira.

Eu entrei como bolsista no ano de 2015 em um projeto do NEA, que foi subsidiado com recurso de um conjunto de ministérios, inclusive do recém retomado MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] em 2014. E foi muito importante para o AUÊ a criação do NEA, porque era um grupo recém formado, ele foi formado em 2013. Em 2014, a gente começou a execução do NEA. E foi um momento que o AUÊ se estruturou mais, com a entrada de um tanto de gente, eu acho que tinham 15 bolsistas, se não me engano. A gente conseguiu ter mais capilaridade nos territórios e amadurecer nosso fazer cotidiano, metodológico e organizativo, junto com as experiências e organizações. Eu, enquanto graduanda, entrando no NEA, em um projeto onde o AUÊ se consolidou como NEA, aprendi muito, foi uma experiência extremamente importante para minha formação (AUÊ, 2023).

Assim, o grupo passou a sediar em 2014 o NEA/UFMG, que faz parte de uma rede regional e nacional de núcleos vinculados à PNAPO e que desempenham um papel importante na articulação entre ensino, pesquisa e extensão no campo agroecológico. Os NEAs atuam em diálogo e em construção e troca de conhecimentos com a população, praticando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como afirmam Cardoso et al. (2018):

A proposta, entretanto, tem uma ancoragem histórica nos grupos de agricultura alternativa (posteriormente, de agroecologia) que se organizam nas universidades brasileiras desde a década de 1980; nos pressupostos teóricos de Paulo Freire, que afirma que o conhecimento deve ser construído em diálogo com a população e sem ignorar os saberes tradicionais em seus processos e; na busca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um princípio constitucional que rege a educação superior brasileira (CARDOSO et al., 2018, p. 1).

Porém, em 2016, com o golpe que derrubou por meio de impeachment a então presidenta Dilma Rousseff e as mudanças de governo advindas desse processo, o investimento nos NEAs foi interrompido, o que foi um retrocesso para os grupos já consolidados que dependiam dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para manutenção de bolsas de pesquisa e desenvolvimento das ações. Com isso, os NEAs assumiram um posicionamento político de continuarem existindo, mesmo sem o auxílio e articulação com o governo federal.

E depois, os NEAs não acabaram, mas acabaram pela política formal, né? E assumiram o compromisso político e a postura política de não acabar, mas o MDA tinha sido extinto e não tinha mais recursos para o NEA, eu vi essa transição e foi muito abrupta. O AUÊ perdeu muito recurso, muita gente, e essa precarização mesmo que surgiu depois do golpe foi muito ruim. Inclusive não só pelo AUÊ, porque as redes que a gente se relacionava aqui, como a Rede de Intercâmbio, que é uma ONG que é referência em BH e na região metropolitana, parou de exercer assistência técnica via MDA, como várias outras instituições, e isso teve muitos impactos no nosso potencial de articulação, na nossa capilaridade no território, na nossa política com as experiências de agroecologia, a gente continuou, com muito menos gente. Agora a gente está em uma fase melhor, com a retomada, e mesmo antes já estávamos em uma fase melhor, com mais bolsas e recursos, mas a retomada do Ministério da Agricultura já é sentida, mesmo nesse primeiro ano de governo, não só pelo anúncio de recursos e projetos, mas também pela nossa capacidade de diálogo com o governo federal, que começou a ser retomada e é muito expressivo, mesmo no primeiro ano a gente já sente (AUÊ, 2023).

Em paralelo, na mesma época, integrantes do AUÊ participaram do processo de discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano, coordenado pela UFMG, em contrato com o governo estadual, resultando na ampliação das relações do grupo com

outras instituições e iniciativas, trazendo para o planejamento urbano e metropolitano, pautas como as da segurança alimentar e a garantia de espaços para a transição agroecológica (ALMEIDA et al., 2018).

Desde então, a partir de 2015, o grupo vem promovendo ações de ensino, pesquisa e extensão alinhados a grupos e processos de agroecologia, agricultura urbana, economia popular e solidária, construção social de mercados, entre outros, como a pesquisa de caracterização e mapeamento de experiências, mencionada anteriormente, que atualmente já identificou mais de 1000 experiências de agriculturas na RMBH. Além disso, há uma estreita relação do AUÊ com os processos de agroecologia em curso atualmente, como a construção do Sistema Participativo de Garantia da RMBH, representado pela Associação Horizontes Agroecológicos. O grupo trabalha a partir de uma perspectiva da construção coletiva, envolvendo os/as diversos/as parceiros/as e agricultores/as.

Parceiras e parceiros - construção coletiva

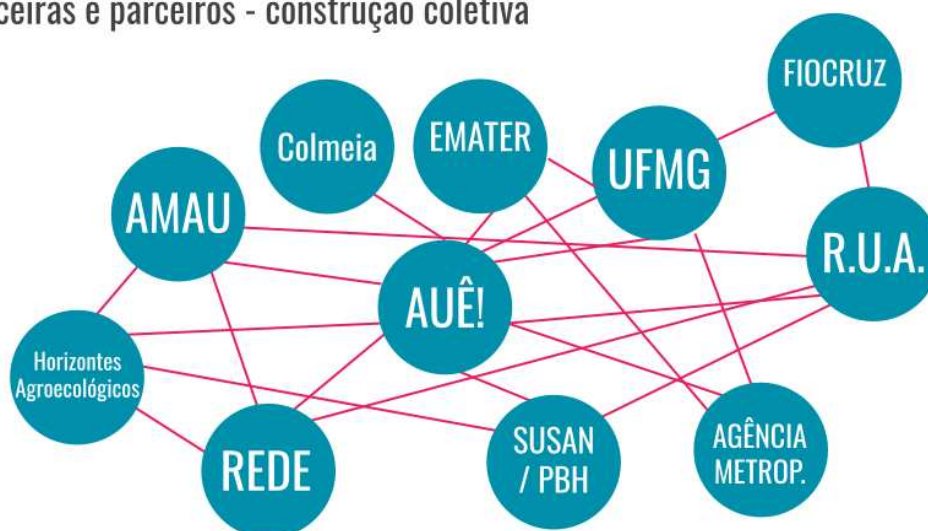


Figura 20: Parcerias do grupo AUÊ.
Fonte: acervo AUÊ, 2022.

Todos estes percursos têm permitido também o aprofundamento das reflexões teóricas do grupo, que identificou limitações em conceitos e abordagens teóricas em relação à agricultura urbana em frente à diversidade das práticas mapeadas e caracterizadas. O grupo se aproxima de diversas áreas do conhecimento, como o planejamento territorial urbano e metropolitano, questões ambientais urbanas, conflitos socioambientais, questão agrária, organização popular, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia popular e solidária, entre outros, além de estar incorporando cada vez mais perspectivas e pautas

feministas, antirracistas, LGBTQIAP+ e das juventudes, adotando um enfoque teórico que passa pela produção do espaço urbano, do comum, da ecologia política, dentre outros (Figura 21).

A diversidade de práticas, sujeitos e contextos identificados e caracterizados no processo de mapeamento realizado, evidenciou a limitação de alguns conceitos e abordagens teóricas, quando aplicados à realidade metropolitana, como por exemplo, o conceito da agricultura urbana que orienta a atuação do AUÊ! e o nosso entendimento sobre o universo das práticas agrícolas nas regiões metropolitanas. Entretanto, percebemos que o conceito ainda se encontra em construção e em disputa, refletindo diferentes tendências identificadas na literatura internacional, que podem focar a agricultura urbana como uma prática promotora de segurança alimentar e sustentabilidade urbana, como uma forma de reprodução da lógica capitalista de produção de alimentos e de cidades, ou como uma via de promoção da autonomia alimentar e apropriação dos espaços urbanos (ALMEIDA, 2016; ALMEIDA et al., 2018).

AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA ENFOQUES TEÓRICOS, CONCEITUAIS E POLÍTICOS

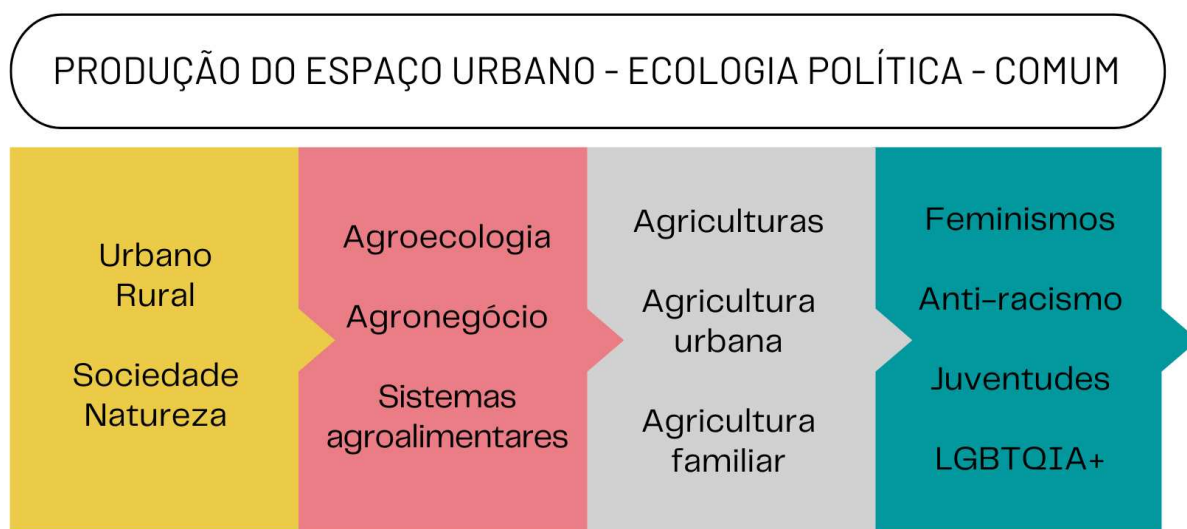


Figura 21: Enfoques teóricos, conceituais e políticos do AUÊ.
Fonte: acervo AUÊ, 2022 (reelaborado pela autora).

Com efeito, o grupo tem adotado os termos agriculturas metropolitanas e agriculturas urbanas, no plural, a fim de contemplar as múltiplas práticas, contextos, motivações, configurações e sujeitos:

O AUÊ surge da inquietação em compreender as agriculturas metropolitanas. No início, a gente falava muito em agricultura urbana, mas depois a gente começou a usar o plural, agriculturas urbanas, por entender que essas práticas são muito diversas e estão em lugares distintos da região metropolitana e acontecem por motivações diferentes, escalas e também disputas dentro do espaço, tem agricultura

em larga escala, tem agricultura em pequena escala, tem agricultura feita por mulheres, juventudes, comunidades tradicionais (AUÊ, 2023).

O funcionamento do AUÊ (Figura 22) é baseado na horizontalidade e pluralidade nas relações entre os sujeitos e pesquisadores, através de metodologias participativas, abordagens transdisciplinares e transversais, auto gestão, construção coletiva, coordenação compartilhada e em valores como confiança, tolerância e afeto.

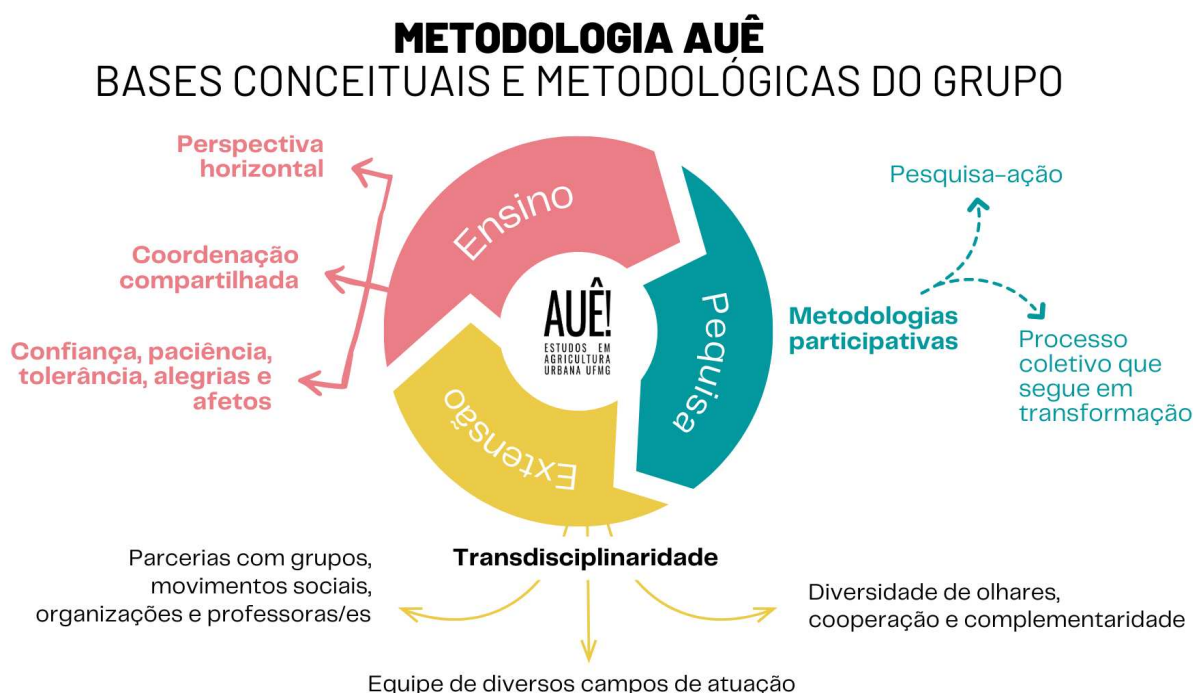


Figura 22: Metodologias do grupo AUÊ.
Fonte: acervo do AUÊ (reelaborado pela autora), 2017.

O AUÊ utiliza de muitas metodologias práticas do campo agroecológico, como círculos de cultura, relatorias gráficas (que abordaremos no próximo capítulo), cirandas e músicas. Todavia, o grupo tem adotado cada vez mais uma abordagem mais livre, a partir da escuta, do diálogo e da construção coletiva.

A gente nem chama mais de círculo de cultura, mas bebe muito dessa fonte, de ter um momento de chegada cuidadoso, de escuta, de partilha de conhecimento, saberes. Na experiência com as mulheres, a gente tem experimentado isso muito, uma virada metodológica, eu acho muito interessante, que é a de fazer a programação, mas ficar muito tranquila de não segui-la, porque o encontro vai proporcionar as trocas que têm que acontecer, a partir das próprias agricultoras e da nossa interação. E aí isso é um desafio muito grande, porque a gente encara o que vai acontecer ali e vai interagindo. Enquanto grupo de pesquisa e extensão que está mediando o encontro, abrir mão da programação e da metodologia é desafiador, porque a gente também tem que incidir de alguma forma. Não existe essa suposta neutralidade, né? A gente está ali e as pessoas esperam alguma coisa da gente, e encontrar esse caminho da construção participativa entre universidade e os sujeitos dos territórios não é tarefa

simples. Mas está sendo uma experiência muito legal de fomentar mesmo, de facilitar essa autogestão. A partir da escuta, do diálogo e da abertura para essas proposições (AUÊ, 2023).

Uma metodologia muito marcante e importante para o grupo é o uso de tarjetas de papel coloridas, que são utilizadas para sistematizar e registrar rodas de conversa, reuniões, cursos e formações, e outras atividades internas e externas. O registro visual também é muito interativo, de forma que os participantes conseguem visualizar as informações, concordar, discordar e propor sugestões.

A gente usa tarjetas porque é uma forma muito boa de sintetizar o que foi dito em ideias importantes, é uma ferramenta visual muito potente, porque nos encontros, quando tem muita gente, muita gente fala muita coisa e às vezes as ideias se repetem, isso é muito bom, é ótimo, porque quando alguma ideia se repete, significa que a coisa tem uma importância para aquele grupo, né? E aí a tarjeta consegue sintetizar isso e no final a gente mostra. A cor é muito importante, então as tarjetas são coloridas e a gente consegue, naquela fervilhaça de ideias e palavras, amarrar, fazer uma síntese das principais ideias, a partir daí. Então, quando a gente sintetiza, a gente consegue entender, “A partir disso aqui, como que a gente vai caminhar?”. [...] E também é bom, porque é uma metodologia que promove um espaço de interação (AUÊ, 2023).

O grupo se estrutura a partir de eixos estruturais e transversais, em que são alocados os projetos e seus/suas respectivos/as pesquisadores/as (Figura 23). Mas, os participantes são incentivados a interagir com os outros eixos, que não especificamente os que estão vinculados a sua pesquisa, de forma que haja diálogo e articulação entre as frentes. Além disso, o grupo realiza suas atividades promovendo a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

A gente se estrutura a partir de alguns eixos. E tem, por exemplo, o eixo educação, eixo ação dos territórios, o eixo anuário das agriculturas, que é o observatório. As pessoas vão se inserindo nesses eixos a partir da atuação nos projetos, mas a ideia é que todo mundo partilhe pelo menos um pouquinho de alguma das outras frentes e que a gente consiga articular o máximo possível os eixos. E da mesma forma acontece com a pesquisa, o ensino e a extensão. Às vezes, fica até um pouco difusa essa compreensão do que é pesquisa, do que é ensino, do que é extensão, porque está muito entremeadado. A gente pensa as ações, por exemplo, de extensão como os encontros, mutirões e rodas de conversa, mas também são ações que envolvem o ensino e a pesquisa, junto com as hortas, junto com as experiências. A gente pensa o ensino junto com a extensão e a pesquisa de forma articulada (AUÊ, 2023).



Figura 23: Eixos estruturais e transversais do grupo AUÊ.
Fonte: acervo do AUÊ, 2022.

Atualmente, o AUÊ tem realizado projetos de fortalecimento de organizações como a Associação Horizontes Agroecológicos e o SPG, ações com mulheres agricultoras em regiões de Belo Horizonte e da RMBH, apoio a iniciativas de comercialização e circulação de alimentos, como a Feira Agroecológica da UFMG¹⁹, e ainda desenvolve o trabalho de produção do Anuário das Agriculturas, uma publicação periódica que busca sistematizar e construir reflexões acerca das agriculturas e processos da agroecologia na RMBH.

O AUÊ, atualmente, conta com muitas frentes, como eu falei, mas a gente está dedicando um fôlego maior nos nossos projetos e ações em três frentes, que é o fortalecimento da Associação Horizontes Agroecológicos e do SPG, que inclusive acredito que tem um potencial muito grande de congregar juventudes, porque é um espaço que temos na região metropolitana que articula agricultoras e agricultores a partir de uma organização de base. Também temos nos dedicado a apoiar mulheres na organização da produção, no fortalecimento de circuitos de consumo, produção, circulação e troca, a partir de perspectivas feministas. Acompanhamos mulheres de Belo Horizonte, das regiões Barreiro e Nordeste, e também de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária do MST, em São Joaquim de Bicas e em Betim. E tem a frente do Anuário das Agriculturas, que é uma publicação periódica que busca sistematizar e também tecer algumas reflexões sobre as agriculturas metropolitanas. Tem também a feira também UFMG, uma iniciativa que surgiu em 2018, que tem muita articulação com o SPG e inclusive com as mulheres que a gente trabalha. Então, são várias iniciativas, mas todas as iniciativas têm articulação entre si. O trabalho com as mulheres têm articulação com o SPG, o trabalho com a feira

¹⁹ A Feira Agroecológica da UFMG é uma ação construída iniciada em 2018, a partir da parceria do grupo AUÊ, do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) e do grupo de ensino, pesquisa e extensão Colmeia Solidária, da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), todos da UFMG. A feira tem o objetivo de apoiar a circulação de produtos agroecológicos e fomentar a economia popular e solidária e a autogestão de produtores/as, além de promover processos educativos e formativos, dialogando com a universidade.

também tem articulação com o SPG e com as mulheres produtoras (AUÊ, 2023).

Também, o grupo apoia através de bolsas de extensão atividades como o Horto do IGC, o Agroecologia no Brejinho, experiências que possuem maior incidência de juventudes, e o Programa Territórios Sustentáveis²⁰, da prefeitura de Belo Horizonte e executado em parceria com a REDE.

Além disso, também tem o Horto e o Brejinho, que são experiências apoiadas pelo AUÊ a partir de dois projetos de extensão, e têm muita articulação com juventude, com sua forte presença. Uma, porque o Horto, por exemplo, está na UFMG, então é um espaço que circulam muitos jovens todos os dias, e o Brejinho também, pela sua trajetória de articulação a partir da juventude. O Agrobiodiversidade e Aprendizagens Agroecológicas também é um projeto de extensão construído pelo grupo que busca apoiar o programa Territórios Sustentáveis, que é um programa da prefeitura, que fornece apoio e subsídios aos territórios da ocupação Izidora, da Vila Cemig e do Quilombo Mangueiras, que são territórios que trazem a questão da luta pela terra. Tem um quilombo em contexto urbano, tem uma vila e uma ocupação urbana (AUÊ, 2023).

Ainda este ano, o grupo começou um processo formativo chamado de “Encontros Contra Colonizadores”, em que participantes do AUÊ e parceiros estão dialogando e experimentando maneiras de mudar as formas de pesquisar e de fazer no cotidiano, a partir de um olhar contra colonizador, incorporando as práticas e saberes dos povos tradicionais, indígenas, de matriz africana, das culturas afrodiaspóricas como um todo. A imersão tem sido voltada principalmente para como as pesquisas são desenvolvidas e sobre a atuação do grupo com seu território, neste último, tem sido trabalhado formas de fortalecer a Feira Agroecológica da UFMG e as iniciativas de comercialização e circulação de alimentos agroecológicos.

E aí a gente tá participando, começou esse semestre a partir de encontros quinzenais, no semestre que vem eles vão ser semanais. E eles vêm como uma maneira muito bonita da gente repensar as nossas práticas e modos de fazer cotidianos, porque a agroecologia surge de um lugar específico e é muito importante que a gente demarque o lugar que ela nasceu, né? A gente sempre fala que a agroecologia considera os saberes tradicionais, que a agroecologia incorpora uma série de pautas, mas ela surgiu, enquanto campo do conhecimento, em um contexto de crise da ciência positivista, um contexto muito específico, de uma virada epistemológica da ciência. Surge a partir da vontade de transformar a relação global e capitalista com a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, mas a partir de uma perspectiva muito branca e, de certa forma, colonial das universidades e das ONGs. Tem uma trajetória que se conecta à trajetória internacional de um movimento popular contracultura, muitas vezes, mas que não incorpora radicalmente os fazeres e as

²⁰ O Programa Territórios Sustentáveis apoia e fortalece iniciativas de agroecologia e de agricultura urbana em Belo Horizonte, oferecendo fornecimento de insumos, infraestrutura, mutirão e assistência técnica. Acontece a partir de uma iniciativa da prefeitura, mas a partir de um chamamento público, está sendo executado em parceria com a REDE.

práticas das populações pretas, das populações periféricas urbanas também. Atualmente isso vem se transformando, mas é bem recente, inclusive até a própria pauta das mulheres, e mais recentemente, as pautas antirracistas. E sempre se falou muito de considerar os saberes tradicionais, mas considerar é muito diferente de radicalizar o fazer. Não é considerar, é botar pra dentro. Isso significa redistribuir recursos, isso significa pensar formas de fazer diferentes (AUÊ, 2023).

No que se refere às juventudes, assim como outros NEAs, o AUÊ tem possibilitado que jovens pesquisadores se envolvam com a produção de conhecimento e práticas agroecológicas, aproximando-se dos fazeres, o cotidiano das experiências e dos movimentos, ao mesmo tempo, valorizando e incorporando as percepções, pautas e abordagens dessa categoria. Trazendo para o grupo um olhar mais plural sobre o “campo agroecológico”.

Então dentro da UFMG hoje, somos um grupo, um NEA, que é fruto de uma política pública e de uma trajetória de muita conquista a partir de disputa. Os NEAS, são espaços muito bons para as juventudes conseguirem se conectar com as redes, com o território, e, pensando no contexto urbano, no AUÊ a juventude consegue se conectar com as redes também a partir da universidade, de um grupo de pesquisa, extensão e ensino, mas como o próprio movimento agroecológico, é um grupo que não faz nada sozinho, que faz em contato com o movimento social, com os sujeitos que estão todo dia no território (AUÊ, 2023).

Dessa forma, a inserção do AUÊ na universidade tem possibilitado aproximar jovens da temática da agroecologia e da agricultura urbana, e a formação desses sujeitos na área para realização tanto de trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações, teses e artigos, como para trabalhar em instituições parceiras. Inclusive, vale mencionar que há um trânsito entre alunos/as que atuam ou atuaram no AUÊ com entidades como a REDE, SUSAN e com outros projetos, de forma que os jovens que foram/são pesquisadores do grupo passam a estagiar, trabalhar e prestar serviços para esses parceiros.

Então, minha conexão com a agroecologia foi muito a partir desses cursos, dessas vivências no interior de Minas. [...] E quando eu entrei na graduação, eu estava nesse momento de fazer cursos e oficinas pontuais. Conheci a experiência do Aroeira. Conheci o Aroeira primeiro, antes de conhecer o AUÊ, que era um grupo também da UFMG que fazia muita ação direta, então tinha muito mutirão, coleta de sementes, isso tudo eu acho que encanta muito a juventude. O AUÊ me trouxe essa possibilidade de conhecer mais o debate da agricultura urbana, a entrada no AUÊ foi uma chavinha que virou para me aprofundar nas discussões da agroecologia e me aproximar das experiências, das redes, dos coletivos, porque o AUÊ nunca fez nada sozinho. Então, quando eu entrei no AUÊ, tinha a AMAU, já tinha a REDE, já tinha uma série de organizações, pessoas articuladas que construíam agricultura urbana e agroecologia no território (AUÊ, 2023).

Diferente da maioria dos núcleos de agroecologia articulados à rede de NEAs do Brasil, o AUÊ se constituiu com o foco na agricultura e agroecologia urbana. O grupo é

localizado em um campus onde não há cursos ou departamentos específicos de Ciências Agrárias ou Desenvolvimento Rural, dessa forma, sua presença no Instituto de Geociências tem agregado as questões urbanas e sociais às questões ambientais, trazendo a agricultura urbana para debate, o que diversifica ainda mais o campo científico.

A agricultura urbana tem ganhado um destaque especial nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 90. Mas quando a gente pega a trajetória da agroecologia e das agriculturas no território nacional, a pauta da agricultura urbana era periférica nas agendas, nas ações, nos debates, e esse contexto tem muita relação com a difusão da ideia de que a produção acontece no espaço rural e o consumo no espaço urbano. E sempre existiram as iniciativas de agricultura urbana, que nascem junto com a cidade ou mesmo antes da cidade aparecer elas estavam ali, a cidade aparece e convive com essas dinâmicas (AUÊ, 2023).

A agricultura urbana foi sempre tratada de forma periférica no contexto do movimento agroecológico, ganhando mais espaço apenas nos últimos anos. Isso significa que há uma necessidade de maior articulação política e pesquisas que viabilizem e legitimem sua importância, para que existam maiores investimentos, suporte e subsídios para a agricultura urbana. Ademais, percebe-se uma relação entre agricultores/as mulheres e jovens, no sentido da falta de auto-organização e formação de uma identidade desses grupos, enquanto nas organizações, movimentos e coletivos rurais este debate está mais amadurecido e fortalecido, há uma fragilidade no campo da agricultura urbana.

E isso se reflete nas várias pautas que a agricultura urbana traz. Então quando a gente vai pensar nas mulheres e nas juventudes, tem uma presença expressiva das mulheres, por exemplo, na agricultura urbana, mas não tem um fortalecimento dessa auto-organização. Porque a agenda feminista que disputou a agroecologia, a presença e participação das mulheres dentro da agroecologia, foi muito voltada para mulheres rurais, para o campesinato, e aí conseguiram fomento, conseguiram disputar isso no governo federal, principalmente na época de Dilma, Lula também, mas Dilma ainda mais, porque a trajetória já estava amadurecida. E quando a gente olha para a agricultura urbana hoje, principalmente na região metropolitana, a gente tem, por um lado, uma expressiva presença de mulheres e, por outro, uma frágil auto-organização dessas mulheres. Em sindicatos, associações próprias, em redes e coletivos que pautem o feminismo e as demandas das mulheres dentro da agricultura urbana. Então não tem uma expressiva identidade coletiva. A gente já vê uma identidade coletiva muito forte das mulheres rurais dentro do movimento agroecológico (AUÊ, 2023).

Dentro do AUÊ, a aproximação com as pautas das mulheres, juventudes, pessoas LGBTQIAP+, da luta antirracista e das práticas contra colonizadoras, tem sido essencial para traçar reflexões como essas, de forma a buscar não só fortalecer e apoiar as práticas, mas também reconhecer lacunas, demandas, conflitos e contradições.

3. REFLEXÕES: CULTIVANDO ALIMENTOS, CULTURAS E SABERES

No decorrer da pesquisa, identificamos quatro temáticas centrais relativas às experiências estudadas: (1) apropriação e transformação do espaço público; (2) arte, comunicação e cultura; (3) outras economias, outros modos de vida; e (4) construção do conhecimento e compartilhamento de saberes. Tais aspectos aparecem com recorrência em diversas iniciativas envolvendo aspectos das suas motivações, inspirações e aspirações, modos de fazer e de viver, desafios e relações com os territórios.

Inicialmente, tínhamos o objetivo de coletar informações sobre grande parte das iniciativas mapeadas apenas por meio de questionários, entretanto, houve poucos retornos a partir dessa abordagem. Com isso, utilizamos como estratégia contatar referências de algumas experiências para realização de entrevistas.

Nesse sentido, são elaboradas neste capítulo reflexões derivadas das partilhas realizadas nas entrevistas e questionários com 12 participantes. Ao mesmo tempo em que buscou-se dar centralidade à percepção dos respondentes, usamos suas respostas como ponto de partida para reflexões teóricas e críticas.

Assim como no capítulo anterior, as/os entrevistadas/os foram referenciadas/os com a abreviação do nome da experiência à qual estão vinculados. Uma breve descrição de cada iniciativa pode ser encontrada no Quadro 1 (p. 62-63).

3.1 Transformações no espaço público

Algumas das experiências mapeadas neste trabalho têm desenvolvido processos de apropriação e transformação de espaços públicos, como é o caso do *Agroecologia no Brejinho*, *Clareia a Terra*, *Matiin da Lagoinha*, *Jardim Mandala da FAE*, *Horto do IGC*, *Hortelões da Lagoinha*, *Escadão Agroecológico*, entre outros. Entendemos aqui que os espaços públicos referem-se às áreas comuns e acessíveis a todos, sendo elas institucionalizadas como universidades e parques, ou de livre acesso, como praças públicas, por exemplo. Com isso, irei trazer neste momento, algumas reflexões acerca dessas ações que visam construir ambientes de reprodução da vida conectados à agricultura e à agroecologia.

Para Lefebvre (1999), o urbanismo pretende dominar e submeter à sua ordem a urbanização e a prática urbana, sua crítica permite evidenciar as limitações e reduções urbanísticas que acabam por manter relações desiguais e de poder do espaço. De acordo com o autor, a prática urbana é um campo cego, assim, substitui-se a *práxis* por representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações. Entretanto, todo espaço é produto e

resultado das relações de produção a cargo de um grupo atuante ou um conjunto de agentes.

Com efeito, Lefebvre desenvolve uma ampla crítica à ideologia urbanística predominante, que se manifesta como uma visão redutora e simplificadora da prática e da realidade urbana. Essa abordagem é marcada por uma série de elementos problemáticos, tais como interesses particulares e políticos, conflitos de representações e vontades, bem como uma lógica industrial e da acumulação.

Ao examinar a ideologia urbanística, Lefebvre denuncia a tendência de reduzir a cidade a um mero objeto de planejamento e controle, desconsiderando a sua verdadeira essência como espaço vivo e complexo, habitado por comunidades com necessidades e desejos diversos. Essa redução ignora a diversidade social, cultural e econômica que permeia a vida urbana, priorizando uma visão simplificada e uniformizadora em nome de interesses econômicos e políticos (LEFEBVRE, 1999).

A visão crítica de Lefebvre também se estende à lógica capitalista que subjaz à ideologia urbanística hegemônica. Ele argumenta que essa lógica capitalista favorece a maximização do lucro em detrimento das necessidades e aspirações das pessoas que habitam a cidade. Sob essa perspectiva, a cidade é vista como um espaço mercantilizado, onde o valor é atribuído apenas às atividades que geram retorno financeiro, enquanto outras dimensões fundamentais, como o bem-estar social, a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, são relegadas a segundo plano.

A perspectiva do autor desafia a ideologia urbanística dominante, ressaltando a importância de considerar a cidade como um espaço multifacetado, onde diferentes interesses, perspectivas e modos de vida coexistem. Sendo assim, é viável se pensar em abordagens mais inclusivas e participativas, que valorizem a diversidade, promovam a justiça social e permitam a construção de cidades mais humanas, que atendam às necessidades de todos os seus habitantes.

Neste cenário, podemos caracterizar as lutas e intervenções coletivas semelhantes às citadas anteriormente, como formas de resistência frente aos processos de urbanização que acabam por marginalizar, descaracterizar e limitar práticas sociais em certos espaços urbanos. Os grupos aqui citados buscam (re)construir e transformar espaços coletivos, motivados por várias razões: pela vontade do contato com a natureza e a terra; proteger as águas e a biodiversidade; transformar um espaço subutilizado; poder fazer agroecologia na prática; plantar e colher alimentos saudáveis; trocar conhecimentos e viver a cidade de uma outra forma; entre outras.

A iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer a luta em defesa do Parque do Brejinho, que era um parque em situação de não implantação e extrema degradação e descaso. Junto a isso, a vontade de jovens estudantes da UFMG, moradores do entorno e outros entusiastas da agroecologia, de ter uma área verde de convivência, cuidar de um lugar, trabalhar na terra, experienciar a agroecologia na prática (BREJINHO, 2023).

A transformação do espaço urbano não utilizado, a geração de alimento e levar a conscientização ambiental (ESCADÃO, 2023).

[...] um meio de ocupar o espaço, dar outro sentido ao espaço, para ver se essa ocupação pode dar resultados para a gente conseguir alcançar nosso sonho, que é instalar o parque do Capão (CLAREIA, 2023).

[...] um pouco no sentido de se envolver com a causa do meio ambiente, da agroecologia, descobrindo isso um pouco também a medida que fazia na prática, mas também por uma questão de reativar o espaço que estava sucateado, que estava com condições insalubres para todo mundo que estava habitando lá, e nesse caso eram as pessoas em situação de rua. Até bem bonito, uma política de redução de danos (HORTELÕES, 2023).

Segundo Fernando Mena (2008), a cidade em construção acaba perdendo espaços públicos e cívicos, há uma urbanização murada, privada e segregadora. Assim, o espaço se torna cada vez mais privado e doméstico. Ao mesmo tempo, a cidade está cheia de áreas sem função social, vazios urbanos, que poderiam servir para lazer, para aumentar a biodiversidade urbana, para mobilizar projetos da sociedade civil, espaços para experiências sociais, pedagógicas e ecológicas.

Enquanto “simulacros” de espaços verdes e de lazer são construídos sob a lógica privada e atendendo a interesses particulares, parques e áreas de lazer dentro de condomínios, por exemplo, parte da população depende dos espaços públicos para sua reprodução social. Entretanto, muitas vezes, os espaços públicos encontram-se degradados, inutilizados ou sem propósito, impossibilitando que as pessoas deles usufruam.

Algo a evidenciar nas experiências que vamos relatar, é a busca constante pela apropriação coletiva do espaço público. O espaço público é um fator essencial para a inclusão social e territorial, e é um espaço essencial de disputa por “liberdade, integração, visibilidade e representação”. Dessa forma, a ocupação e apropriação de um local significa disputar seus significados, interesses e propósitos (MENA, 2008, p.124).

Para Dardot e Laval (2015), pode-se entender a apropriação social de duas maneiras: (1) apropriação de uma coisa para um determinado fim, para satisfazer certas necessidades sociais, por exemplo, e (2) fazer de algo a sua propriedade ou sua posse. Entende-se que, no contexto dessas experiências, o tipo de apropriação enquadra-se na primeira alternativa, já que o movimento é pelo cuidado da área para uso da comunidade, em nome do interesse coletivo,

mas isso não significa que as duas possibilidades também não possam coexistir em outros casos. Nesse sentido, a apropriação é ‘social’ ou ‘coletiva’ quando algo pode ser apropriado e destinado beneficiando a sociedade (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 269).

Também, é interessante trazer aqui, mesmo que rapidamente, o princípio do comum. Dardot e Laval (2015) buscam compreender um “comum” que se relaciona muito mais ao “direito de uso coletivo do que à reivindicação de uma propriedade coletiva”.

O princípio do comum que emerge hoje dentro de todos os movimentos sociais deve tornar possível essa articulação: ele não se opõe em nada ao público, mas não se define mais em termos de “propriedade”. Mais precisamente, ele retém aquilo que, no que é público, destaca a destinação social e não apenas a forma jurídica de propriedade (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 270).

Diante deste cenário, entende-se que o movimento que se articula pela apropriação de espaços para agricultura e agroecologia, manifestações culturais, atividades pedagógicas ou reprodução de práticas cotidianas, não se caracteriza em termos de “propriedade” e sim na disputa pelo uso coletivo, pelo *comum*.

Movimentos como esses apontam para a possibilidade de (re)pensar o urbano e transformar as relações socioambientais na cidade, eles se encontram, sob o olhar lefebvriano, no espaço da *diferença*, resistindo à lógica homogeneizante e capitalista, de forma anti-sistêmica e revolucionária.

A experiência do *Hortelões da Lagoinha* surgiu, por exemplo, a partir do olhar de uma moradora do bairro para um canteiro vazio e sem uso, no bairro Lagoinha, após a duplicação da avenida Antônio Carlos, que gerou espaços subutilizados ao seu redor.

[...] era uma área residual que é uma rotatória, porque teve duplicação da Antônio Carlos, em uma das várias obras de ampliação ali do percurso do centro, na região da Lagoinha. E essa obra gerou muitos vazios urbanos, que são áreas residuais que não são necessariamente rotatórias, não são necessariamente canteiros, e que muitas vezes ficam improdutivas e acabam servindo como depósito de lixo, ou, também, como espaço ocupado por moradores de rua. Na situação da Lagoinha, além de pessoas em situação de rua, pessoas usuárias de drogas (Hortelões, 2023).

A partir de muita articulação, em 2017 iniciou-se a construção do Quintal do Sô Antônio, cujo nome faz referência tanto à avenida Antônio Carlos, quanto ao Seu Antônio *preto-velho*²¹, incorporando essas duas identidades e entidades ao projeto, e a formação do coletivo Hortelões da Lagoinha, que contou com a participação de moradoras/es do bairro, estudantes universitários/as, professoras/es, e profissionais de diversas áreas. Essa

²¹ Os *pretos-velhos* são entidades que fazem parte de culturas dos povos de matriz africana.

mobilização contou com uma forte presença das juventudes, principalmente estudantes universitários/as (ORNELAS, 2021).

[...] Hortelões da Lagoinha, que era composto pela [moradora], que era essa grande mobilizadora, e algumas outras pessoas. Então tinha algumas pessoas da universidade, estudantes de biologia, tinha estudante de engenharia ambiental. Tinha alguns artistas da região, o pessoal do Agroê, [...] eles chegaram um pouquinho depois. Mas foram chegando junto ainda nessa primeira fase dos Hortelões, o pessoal do agroê. E da moradia também, da moradia [universitária] da UFMG (HORTELÕES, 2023).

A transformação do espaço aconteceu a partir de mutirões e trocas, a experiência tem como objetivo promover práticas agroecológicas, cultivar ervas medicinais, hortaliças, flores e outras plantas, além de realizar atividades culturais. A iniciativa mudou drasticamente a estética do espaço, e já foi o local de uma série de atividades educacionais, culturais e de trabalho com a horta. Antes um canteiro completamente vazio, estigmatizado pela violência, pela vulnerabilidade social, hoje encontra-se cheio de plantas, alimentícias e ornamentais, e animais, como insetos e pássaros (Figura 24) (ORNELAS, 2021).

E foi um processo de uma tentativa de ocupar esse espaço, discutir um pouco sobre o que é a transformação da cidade. No sentido desenvolvimentista, no sentido de gerar espaço para carro, também gera uma anomalia no espaço urbano, que tipo de espaço é esse que está sendo gerado, e pensar qual o potencial desse espaço de ser não só um lugar de plantio, de descanso, mas um quintal a céu aberto, um laboratório experimental de várias coisas. Então a gente se reunia aos finais de semana para tomar café da manhã e trabalhar, cuidar desse solo. E a primeira coisa que a gente entendeu é que o solo estava muito compactado, muito ruim, muito duro, porque ele era fruto de uma remoção, de um aterramento. Então não tinha nenhum tipo de nutrientes. Aí vem um pouco da perspectiva da agroecologia, que os meninos trouxeram muito [...] (HORTELÕES, 2023).



Figura 24: Quintal do Sô Antônio, 2016 x 2023.

Fonte: Google Street View, 2023.

A iniciativa faz parte do programa *Adote o Verde*, do decreto 14.708, de 14 de dezembro de 2011, da Prefeitura de Belo Horizonte, que prevê a adoção de áreas verdes públicas, através da articulação entre poder público e sociedade civil. Esse processo foi uma forma de buscar mais infraestrutura e apoio do poder público, para poder ampliar e fortalecer a experiência. Apesar do apoio em algumas conquistas, como a de um ponto de água, a aquisição de um banco, entre outras, o diálogo com o poder público não deixou de apresentar desafios.

Aí teve uma questão que foi um momento que a gente já estava bastante enturmado, bastante estruturado, em relação ao que a gente queria fazer no espaço das três mandalas, elas já estavam vivas, já estavam bonitas, já seria um passo de “agora a gente precisa aumentar”, a gente realmente precisa ter um espaço para guardar as ferramentas, a gente precisa talvez ter outro ponto de água, porque a gente já tinha conseguido um pela prefeitura. Aí uma manobra que a gente adotou foi de pleitear o espaço pelo *Adote um Verde*, [...] foi o que possibilitou a gente conseguir um ponto de água, que eventualmente possibilitou a gente de conseguir um banco, mas nada muito além disso, tudo a muito custo (HORTELÕES, 2023).

No caso da horta comunitária *Clareia a Terra*, fica evidente como a centralidade na cidade de parques, praças, museus, teatros, etc, que muitas vezes se encontram distantes da

periferia urbana, afeta a população de regiões periféricas. A criação da horta e de outros projetos do Bairro Lagoa, na região de Venda Nova, centralidade a norte de Belo Horizonte, surge como estratégia de construir espaços que permitam aos moradores se aproximarem da natureza, da cultura, do lazer e da comunidade, além de cuidar das águas e do meio ambiente.

A horta, que começou em 2021, faz parte de um processo mais amplo do coletivo Capão, que surgiu em 2013 com o objetivo de pensar nas nascentes do Córrego Capão, instalar pontos limpos e realizar atividades culturais.

O Capão surgiu em 2013 através de uma moradora que começou a fazer um trabalho de catalogar as nascentes do Capão, instalando pontos limpos também, foi aí que eu comecei a fazer o processo de grafitagem em torno do Capão. Nesse processo, em 2020, a moradora se inscreveu nesse processo de edital da SUSAN, para instalar uma horta comunitária lá, em um espaço que é espaço público, que é um dos critérios da SUSAN para instalação de hortas. [...] E essa horta fica dentro de um espaço que é dito Parque Ciliar do Capão. É um parque que não é instalado pela prefeitura, mas já é um parque, já é considerado um parque, e é uma das principais lutas do Capão. A horta serviu como meio de chamar atenção do poder público, chamar atenção também da comunidade para olhar para a natureza, para que a gente consiga através de mobilização e da participação da comunidade gerar uma pressão maior para conseguir instalar esse parque lá (CLAREIA, 2023).



Figura 25: Espaço adjacente à horta Clareia a Terra, 2014 x 2023.
Fonte: Google Street View, 2023.

As atividades culturais se mostram muito presentes nessas experiências, para a Clareia

a Terra, a realização de eventos de grafite, que posteriormente tornar-se-ia a Galeria Diamante, são uma estratégia de conscientizar e atrair os moradores e jovens do bairro para participarem da construção do projeto.

Na verdade, a intenção de ter criado a Galeria Diamante foi justamente para mobilizar a comunidade. Foi tanto para tentar dar um outro sentido para a área ali, trazer um pouco mais de cor e de sentimento, quanto para mobilizar a comunidade e chamar atenção para essa área que a gente tem que é tão cheia de vida e cheia de possibilidades também. [...] Na verdade foi muito interessante, eles viram o trabalho que eu estava fazendo, viram as minhas intenções ali e a galera bota fê, a galera admira, a galera dá crédito, sabe? E isso é o que dá gosto, ver a galera interessada nem que seja de longe, pelo menos sabendo o que está acontecendo. É uma coisa que ocupa, que dá sentido para a comunidade, é um espaço de troca da comunidade, é onde a comunidade pode estar indo e desenvolvendo um trabalho junto no cotidiano. Então eu acho que chama atenção sim, é um meio de se chamar atenção, e é algo que está mais próximo à juventude, no sentido da juventude que frequenta a rua, frequenta os movimentos urbanos, o grafite, o hip hop. Então a galera se interessa, é uma forma de pescar, de jogar a rede e pescar a galera (CLAREIA, 2023).

O coletivo Agroecologia no Brejinho possui uma história bastante parecida, pois também começou com a luta pela implementação de um parque e pela defesa das águas e plantas do local, a partir da mobilização da associação comunitária do bairro São Francisco. A luta pelo parque também tinha uma ligação importante com o uso do espaço, que por muito tempo foi uma área em que aconteciam práticas como a pesca, lavagem de roupas, produção de hortaliças e atividades de lazer, principalmente pelas crianças. Entretanto, com a degradação do espaço, essas atividades foram se tornando escassas, como vimos na caracterização da experiência. Em 2021, a implementação do parque foi conquistada. A presença do movimento no local e as transformações geradas por ele foram muito importantes para as conquistas já anunciadas no segundo capítulo.

Começamos com a ideia de cuidar do quintal coletivo, plantando o sonho nas pessoas do que poderíamos colher lá no Parque, a partir do nosso trabalho coletivo. A proposta desde o início foi trabalhar com Sistema Agroflorestal e assim segue (BREJINHO, 2023).



Figura 26: Agroecologia no Brejinho, 2019 x 2023.
 Fonte: acervo Agroecologia no Brejinho, 2019 e 2023.

Já o Escadão Agroecológico, localizado no bairro Esplanada, região leste, surge da vontade de transformar um espaço não utilizado, gerar alimentos, conscientizar, promover atividades educativas e culturais, além de tornar o lugar mais seguro e acessível para lazer, ocupar a área e revitalizar utilizando a agroecologia como princípio norteador. *“Surgiu com moradores que tinham a mesma ideia de ocupar a área e revitalizar utilizando a agroecologia como pilar”* (ESCADÃO, 2023).

Após um encontro de trocas e doações de sementes e mudas idealizado por dois egressos do curso de agroecologia proposto pela SUSAN, Trilha Agroecológica, identificou-se um grupo de moradores do bairro que tinham em comum o interesse em tornar o espaço, antes subutilizado, em um espaço produtivo, educativo, de convivência e lazer para a população. Um interesse em revitalizar o local, tornando-o mais seguro e de possível utilização pela comunidade. A intenção também é que seja um espaço de formação e conscientização sobre educação ambiental e agroecologia, com a promoção de encontros culturais, formações e oficinas que envolvam o tema (ESCADÃO, 2023).



Figura 27: Escadão Agroecológico, 2013 x 2019.
 Fonte: Google Street View, 2023 e acervo Escadão Agroecológico, 2019.

A iniciativa também participa do programa *Adote o Verde*, junto à Regional Leste. Na produção, trabalham com plantas medicinais, frutas e temperos para autoconsumo. Nessa iniciativa, a participação de jovens se dá quando ocorrem mutirões, oficinas e eventos culturais.

Assim como nas outras experiências, existem desafios relacionados ao fato da experiência estar localizada em um espaço público, entre eles, a relação com moradores próximos e a questão da água. Atualmente, o movimento do Escadão está em diálogo com a prefeitura e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) pelo religamento de um ponto de água.

Como é uma via de passagem de pedestre não possui cercamento ou muro, assim muitas vezes é depredado por transeuntes e também há descarte de resíduos. Alguns moradores também tiveram resistência, alegando que se plantasse espécies de árvores de grande porte poderiam atrair e contribuir com assaltos (ESCADÃO, 2023).

Apesar dos conflitos e dificuldades em acessar recursos do poder público, vale ressaltar que todas as iniciativas citadas aqui são consideradas Unidades Produtivas

acompanhadas pela SUSAN, por meio da GEFAU. Essa relação de apoio tem sido essencial para garantir a sustentabilidade das experiências.

Um dos fatores que possibilitou e deu muitas forças para nossa iniciativa acontecer, foi o apoio, técnico, de insumos, de articulação com outros órgãos, como a Fundação de Parques (FPMZB) e a GEFAU/PBH ofereceram e seguem oferecendo (BREJINHO, 2023).

Existem também experiências que acontecem dentro de espaços institucionalizados, como o Horto do IGC, por exemplo. O Horto nasceu através de uma articulação com o professor responsável pelo Jardim Mandala da Faculdade de Educação (FAE) da UFMG e uma integrante do AUÊ, que se inspirou na experiência. Por volta de 2018, a iniciativa começou a se desenvolver, incorporando em sua prática perspectivas dos saberes tradicionais e populares, ciências agroecológicas e os cuidados integrativos à saúde. O espaço foi pensado para ser um espaço acolhedor para os estudantes da universidade, mas também está ligado às disciplinas curriculares, sendo que aulas, visitas de campo, formações e encontros acontecem por lá.

O projeto começou pela necessidade de ter espaços acolhedores de descanso para os estudantes que muitas vezes ficam o dia todo na universidade. Após conversas, desenho do projeto e solicitar apoio do AUÊ, foi preciso tramitar o projeto nas instâncias da universidade, solicitando o espaço para as áreas verdes, negociando com a direção do IGC, e muitos dias de trabalho para implementação (HORTO, 2023).

Alguns dos principais desafios da experiência se deram pela dificuldade na aquisição de materiais, como adubo, mudas, tinta, etc, ajuda com mão de obra, liberação do espaço e envolvimento dos estudantes com o projeto. Atualmente, o Horto recebe apoio do grupo AUÊ, por meio de bolsas de extensão que garantem a participação de dois estudantes, da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), da SUSAN/PBH, por meio de doação de mudas e esterco, da UFMG, a partir do cuidado com as áreas verdes, além de voluntários e voluntárias para sua manutenção e cuidado.



Figura 28: Horto do IGC, 2018 x 2023.
Fonte: acervo do AUÊ, 2018 e 2023.

As experiências evidenciadas aqui não incorporam a totalidade dos espaços existentes que também partem da apropriação e transformação do espaço público, mas são um ponto de partida para se pensar a agroecologia e a agricultura urbana como meios de experimentação para uma outra forma de urbanização e interação socioespacial, assim como para investigar os principais conflitos e obstáculos para sua concretização. Como percebemos aqui, apesar do apoio do poder público, essa ainda é uma esfera que apresenta entraves, tal qual o acesso a insumos, à água e a disponibilização e mobilização de pessoas.

3.2 Arte, comunicação e cultura

No movimento agroecológico nacional, a valorização da cultura, da arte e da comunicação popular, são bandeiras importantes e defendidas. E, para a articulação das juventudes desse meio, esse caminho tem sido apontado como forma de avançar na solução de diversos problemas que envolvem essa categoria social. Como podemos observar na “*Carta das Juventudes*”, escrita na Plenária das Juventudes no XI Congresso Nacional de Agroecologia, realizado em 2019:

Para nós jovens das águas e das matas, do campo e da cidade que mantemos uma relação de intimidade com a natureza em diversas esferas e contextos, entendemos que é mais que urgente que façamos estratégias de luta, resgate e permanência que assegure as práticas agroecológicas. Para tanto, a arte em suas diversas expressões culturais é para nós um elemento norteador.

1. Defendemos o fortalecimento de centros de cultura comunitários, valorizando as expressões artísticas locais.
2. Defendemos o fortalecimento do turismo de base comunitária na perspectiva de geração de renda para os jovens.
3. Fortalecer os processos que constroem a comunicação popular visando a transformação de nossos territórios através dos espaços de formação contínua do protagonismo dos jovens nas tradições orais, escrita, gráfica e audiovisuais.
4. Fazemos um chamado para uma articulação das juventudes camponesas, indígenas e quilombolas em cada território do Brasil a estarem desenvolvendo focos de cultura ativos para o fortalecimento dos saberes ancestrais e a prática do campesinato.
5. Construção de espaços de vivência que integre lazer, esporte e cultura e que promova a troca de saberes entre os jovens. A cultura popular deve ser uma ferramenta como um mecanismo na luta contra as opressões sistêmicas, numa luta ativa antirracista, antipatriarcal, antiimperialista numa perspectiva de luta de classes.
6. Quando falamos sobre cultura, não falamos apenas sobre arte, mas também sobre a cultura do plantar e colher valorizando as práticas dos povos originários, do campo e da cidade e comunidades tradicionais. Nesse sentido, as juventudes são responsáveis por dar continuidade e um sucessão aos saberes ancestrais, isso abarca os saberes de parteiras, rezadeiras e benzedeiros, raizeiras, as sementes crioulas através das redes e guardiões de sementes entre tantos outros. (ABA-Agroecologia/Carta das Juventudes, 2020, p. 2-3).

Muitos grupos mapeados neste trabalho utilizam diferentes práticas artístico-culturais e da comunicação popular como estratégia de abordagem, mobilização, registro e forma de expressão, como por exemplo: *Agroecologia no Brejinho*, *AUÊ*, *Clareia a Terra*, *Escadão Agroecológico*, *Jardim Mandala*, *Hortelões da Lagoinha*, *Horto do IGC*, *Núcleo Lixo Zero*, *Roots Ativa* e *Sítio Bonobas*.

A utilização de recursos como música, grafite, desenho, pintura, dança, registro audiovisual, entre outros, podem ser observados em encontros, mutirões, eventos e reuniões, assim como de forma permanente nos ambientes.

Portanto, procuro analisar aqui as relações entre juventudes, agroecologia, cultura, arte e comunicação, de modo a entender como essas categorias se fortalecem e provocam jovens a (re)construir e transformar seus territórios.

No movimento agroecológico existe uma série de metodologias participativas que trazem perspectivas artístico-pedagógicas para sistematização de experiências, como cirandas, poemas, música, instalações, construção de “rios do tempo”, contação de histórias, círculos de cultura, entre outros. O uso dessas metodologias é muito comum nos (ou entre os) NEAs na prática de ensino, pesquisa e extensão.

Uma dessas metodologias é a facilitação gráfica, ou seja, a representação e síntese de informações a partir de ilustrações e representações gráficas, que aparece como instrumento de relato de atividades, sistematização e colheita de histórias de alguns desses grupos. Os NEAs, como o grupo AUÊ, utilizam dessa metodologia para sintetizar ideias, sonhos, conhecimentos e histórias, de modo a registrar, comunicar e facilitar a sistematização e reprodução dessas informações.

Para nós, mais do que uma ferramenta comunicativa, a facilitação é uma forma de potencializar o diálogo com a sociedade. Representa uma possibilidade de ampliar nossa capacidade de escuta aos agricultores, agricultoras e demais sujeitos, e, a partir dessa interação, construir caminhos nos quais o diálogo entre diferentes saberes possa ser reconhecido e visibilizado (ABA-Agroecologia, 2017b, p.49).

As facilitações gráficas são uma forma de se comunicar e dialogar com a sociedade. Elas permitem registrar emoções, momentos e diversidade de pessoas e opiniões, para além das informações, conhecimentos, histórias e falas compartilhadas. Na relatoria gráfica “*O que é agroecologia para você?*” (Figura 29), feita pelo grupo AUÊ em uma oficina com agricultores/as em São Joaquim de Bicas, em 2018, podemos perceber como essa metodologia se aplica na prática. Há um registro do fluxo de tópicos debatidos e das falas e opiniões que surgiram em cada temática, acompanhados de ilustrações, sistemas e cores que trazem vida ao registro.



Figura 29: Facilitação gráfica “O que é agroecologia para você?” do grupo AUÊ. Fonte: acervo do AUÊ, 2018.

Outra manifestação cultural observada entre os grupos pesquisados é a presença de cortejos e blocos de carnaval. O carnaval de Belo Horizonte teve um crescimento expressivo entre 2012 e 2015, essa retomada teve origem em grupos autogeridos, buscando a ocupação de espaços públicos e reivindicações políticas através de manifestações festivas (DIAS, 2015).

[...] no caso de Belo Horizonte, vários blocos de rua, através da diversidade de estandartes, fantasias e brincadeiras, sustentam uma variedade de bandeiras políticas, sociais e espaciais que repercutem para além do período da folia e da temática do carnaval. Nesse sentido, alguns blocos de carnaval belo-horizontinos já são identificados pelos demais foliões de acordo com a tônica de suas reivindicações como a defesa pela apropriação dos espaços públicos, áreas marginalizadas, bairros

periféricos, vilas e favelas (blocos “Praia da Estação”, “Tico Tico Serra Copo”, “Pena de Pavão de Krishna”, “Então, Brilha”), o apoio aos movimentos populares por moradia (blocos “Filhos de Tcha Tcha” e “Tico Tico Serra Copo”), a criação de espaços livres de produção cultural (bloco “Blocomum”) e questões relacionadas ao transporte público e mobilidade urbana (bloco “Bloco Pula Catraca! - Associação Carnavalesca Antitarifária” e “Bloco da Bicletinha”) (DIAS, p. 138, 2015).

Nas experiências de agroecologia analisadas neste trabalho, cortejos e blocos de carnaval também estão presentes como forma de se manifestar, mobilizar e animar processos, além da apropriação e ocupação de diferentes espaços urbanos. O Escadão Agroecológico, por exemplo, recebeu o bloco de maracatu Humaitá durante os períodos de folia de 2019 e 2023.

Começou com o pessoal mesmo, que toca o maracatu, frequentando o espaço, nas trocas de sementes, teve uma feira também uma vez que teve outras atividades, oficinas, mas aí, nessa vez, foi o Bloco Encantado, que toca mais ou menos os mesmos ritmos. E aí, a galera do Humaitá, que também toca no Bloco Encantado, gostou e começou a fazer algumas atividades ali, ensaios, começou a sair no carnaval também, é isso né. E o legal é que na verdade com esse movimento de pessoas hoje existem outras festas além do Humaitá, que fazem lá e movimentam o Tulipas Bar. Acabou que não gerou tantas atividades no agrário, mas a agroecologia também foi superando tudo, tipo assim, acabou gerando renda para o bar. E hoje, no próximo final de semana, vamos fazer essa feirinha que vai ter feirantes mesmo, são moradores locais e alguns comerciantes também (ESCADÃO, 2023).



Figura 30: Bloco Humaitá no Escadão Agroecológico.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Já o Grande Bloco do Encontro, criado no contexto de preparação e mobilização para o IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no ano de 2018, em Belo Horizonte, tem o objetivo de unir e sensibilizar moradores da região oeste de BH para questões ambientais, como o movimento *SOS Mata do Jardim América*. Recentemente, em março de 2023, o bloco realizou um cortejo na inauguração do Núcleo Lixo Zero, sediado no bairro Santa Tereza.



Figura 31: Cortejo para inauguração do Núcleo Lixo Zero Anhanguera.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Em 2020, o bloco Tico Tico Serra Copo, que tem a tradição de explorar espaços da cidade, realizou seu trajeto no Parque Ecológico do Brejinho, onde se encontra o sistema agroflorestal do coletivo Agroecologia no Brejinho. O bloco de carnaval também protestou pela criação do parque, que ainda não havia sido implementado (Figura 32).



Figura 32: Bloco Tico Tico Serra Copo no Parque Ecológico do Brejinho, 2020.

Fonte: Instagram: Agroecologia no Brejinho. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CLRjUWBpb8I/?img_index=5>. Acesso em: 03/12/2023.

Outra atividade que essa experiência recebeu foi uma cicloexpedição (figura 33) entre a Lagoinha e o Brejinho, no Dia da Mobilidade, dia mundial sem carro, em 2019. A ação busca conhecer espaços, movimentos e pessoas da cidade.

Teve também um movimento que foi muito legal, uma cicloexpedição, que foi entre as águas da Lagoinha e do Brejinho, que foi super legal de dialogar. A gente dialogou também com o pessoal do Hortelões da Lagoinha, e veio descendo assim, né? E eu lembro que era um dia que estava muito cinza com as queimadas, era época de queimadas e estava uma fumaçada horrível que tampava os horizontes. Então, ver no meio desse caos climático, ambiental, socioambiental que está rolando, a gente poder ter pingos de esperança no meio do caos urbano, deu muito gás. Isso foi um dia muito embalado por cantoria, por forró, por coco, por samba. Isso faz muito parte da luta. Isso é algo que dá muito gás na luta, é a gente trazer esse lugar afetivo e cultural (BREJINHO, 2023).

Nesta edição, a proposta era vivenciar coletivos que trabalham com agroecologia como forma de ocupar a cidade. O circuito de bicicleta foi iniciado no bairro Lagoinha, onde foi compartilhado um pouco das suas histórias e sua importância para Belo Horizonte, a partir dos grupos Viva Lagoinha e as Lobas da Lagoinha. Depois, houve uma visita aos Hortelões da Lagoinha, no Quintal do Sô Antônio, e, por fim, um momento de culminância no parque, com o coletivo TABOA, que contou com música e dança (coco, forró e capoeira), além de plantios e um lanche coletivo.

Em muitos mutirões, a gente começa com a cantoria, começa tocando, durante os mutirões também. E tiveram alguns momentos que a gente fez um chamado específico, assim, cultural mesmo, pro Brejinho. Teve um sarau, um mutirão que a gente fez, que foi super legal, que teve inclusive uma família ali do entorno que estava participando dos mutirões, que criou um hino pro Brejinho, que é super legal, super emocionante, que canta mesmo a nossa história. Teve um coco da agricultura urbana junto que eu escrevi com minha amiga, lá em 2019, muito animados, muito inspirados pelo trabalho que a gente estava realizando no Brejinho e em outros espaços coletivos também, de agricultura urbana e agroecologia em BH. Então é algo que faz parte, que compõe, que anima nossa luta (BREJINHO, 2023).

A relação com a música, cirandas e rodas é muito presente no movimento Agroecologia no Brejinho, pois é uma forma de animar o trabalho, contar sobre a experiência, que possui, inclusive, um hino próprio:

Um pulo brejeiro, Um voo brejeiro, Um abraço brejeiro
 Vem pra cá pra plantar, Vem pra cá pra cuidar
 Proteger as nascentes, A água corrente,
 Água que mata a sede, Brejo que é a nossa sede
 Vem pra cá pra plantar, Vem pra cá pra cuidar
 Aqui tem guardião, Chico Brincalhão,
 Enxada na mão, Semente no chão
 Vem pra cá pra plantar, Vem pra cá pra cuidar
 O Brejo é meu, O Brejo é seu, O Brejo é nosso pra se respeitar
 Vem pra cá pra plantar, Vem pra cá pra cuidar
 É Lindaura Guerreira, Sãozinha sementeira,
 Comunidade inteira, e o sol a brilhar!
 Vem pra cá pra plantar, Vem pra cá pra cuidar
 Vem pra cá aprender, Vem pra cá ensinar
 (Hino do Brejinho, 2021).



Figura 33: Cicloexpedição no Parque Ecológico do Brejinho, 2019.

Fonte: Facebook: Agroecologia no Brejinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/AgroecologianoBrejinho/photos?locale=pt_BR>. Acesso em 03/12/2023.

O Hortelões da Lagoinha também já recebeu outros eventos além da cicloexpedição, como atividade na programação da Virada Cultural de BH, cinema no quintal, eventos em carnavais, oficinas, rodas de conversas e mutirões embalados por música e teatro, além das muitas performances de teatro como “Sarau das Cachorras” e “Geni”, projetos culturais da moradora ativista e atriz que mobilizou a experiência.

A gente fez algumas outras inserções, a gente participou da virada cultural, a proposta era uma pedalada pela cidade identificando plantas alimentícias não convencionais, aí a gente parou no quintal e depois a gente fazia um plantio simbólico ali naquele hotel que tem bem na junção do viaduto Santa Tereza com a Andradas, a gente plantou uns girassóis lá que eu acho que nunca nem vingaram. Então teve algumas ações assim, a gente fez cinema no quintal em parceria com o Fórum DOC, era um espaço muito potente, é ainda (HORTELÕES, 2023).



Figura 34: Hortelões da Lagoinha: cinema no quintal.
Fonte: acervo do Hortelões da Lagoinha, 2021.

A relação com outros movimentos e grupos do bairro Lagoinha também foi essencial para fortalecer e dar sentido à luta, como por exemplo a articulação com a Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO), um terreiro de umbanda, território tradicional e espaço cultural. Essa conexão foi importante para que o coletivo se conectasse mais com aquele lugar como um todo, envolvendo outros projetos da região, escutando outras vozes, entendendo a história e os desafios.

Com a duplicação da avenida Antônio Carlos, a população também é afastada, principalmente para a Pedreira Padre Lopes e dentro do Lagoinha, que é a região onde as pessoas se concentraram durante a construção da cidade de Belo Horizonte. E, ao mesmo tempo, povos de matriz africana também são distanciados e há um aumento de religiões conservadoras: *“e em uma região de expansão imobiliária não querem essas pessoas pretas, umbandistas ou de outras religiões de matriz africana tomando conta”* (Hortelões, 2023). Portanto, essa conexão foi muito importante para estabelecer esses laços, entre pessoas da agroecologia e de matriz africana nesse território.

Uma força que veio e me fez acreditar muito nos Hortelões foi a interlocução com a Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, que é a casa CCPJO [...]. Aí senti também que tinha uma espiritualidade, que tinha uma casa de umbanda, que também é uma referência cultural, uma casa cultural, então senti que estavam ali botando fé, eu senti *“Então esse negócio aqui tá ancorado”*. No sentido de estar presente lá, no sentido de se reconhecerem enquanto pessoas dos Hortelões da Lagoinha, de nos orientar no que a gente poderia fazer, por exemplo, uma das primeiras configurações que o espaço assumiu foi a gente criar três mandalas. Primeiro a gente foi plantando meio aleatoriamente, depois ele falou *“Vamos fazer três mandalas circulares todas com nome de água”*, então eram três nomes diferentes em idiomas africanos que significavam água. Quando a gente fez a primeira festa, e única festa potente lá, que foi *“A Bença”*, foi pela bença mesmo de lá, do Pai Jacob do Oriente, falaram para a gente fazer um assentamento, para fazer um estandarte e colocar dentro do assentamento, tinha uma força ali também atuando em uma resistência política (HORTELÕES, 2023).



Figura 35: Construção da mandala *Amunga* no Quintal do Sô Antônio, 2021.
Fonte: Instagram: Hortelões da Lagoinha. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/horteloesdaLagoinhac.b/>>. Acesso em: 03/12/2023.

Já os grafites e pinturas, muito presentes, principalmente, nas experiências Escadão Agroecológico, Clareia a Terra e Jardim Mandala, mas que aparecem em alguma medida em várias iniciativas, também são um meio de expressão percebido nos grupos. O grafite é uma forma de atrair o olhar, encantar, brincar e comunicar uma mensagem. Por exemplo, no muro do Escadão Agroecológico lê-se a frase “*Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*” (figura 36), citação de Ana Primavesi, engenheira agrônoma responsável por vários avanços no campo agroecológico.



Figura 36: Muro do Escadão Agroecológico.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

O Jardim Mandala traz as pinturas e artes manuais em paredes, vasos, e no ambiente como um todo (figura 36), para criar uma atmosfera de tranquilidade que abraça os valores da arte, da natureza e da educação.

No Agroecologia no Brejinho e no Horto do IGC também vemos plaquinhas pintadas com frases que pedem atitudes de respeito ao espaço ou que falam sobre natureza e agroecologia. Seja em muros ou plaquinhas pregadas nas hortas (Figura 38), as frases e desenhos cumprem a função de conscientizar, sensibilizar e comunicar, sentimentos e valores socioambientais para todos que passam por ali. Essa ação ajuda a visibilizar a experiência,

mostrar que existem pessoas cuidando, atentas ao que está acontecendo ali, e que se importam com aquele espaço.

Então, a partir do momento que a gente começou a plantar, a ter um movimento de pessoas, a fazer mais reuniões lá, a pintar plaquinhas, pendurar, falar que aqui a gente planta, vamos cuidar. Então, passou-se a ter um outro olhar, tanto das pessoas que frequentavam o lugar, que passaram a respeitar um pouquinho mais o Brejinho, tanto do poder público, da fundação de parques, que passou a entender que ali, como tinha um coletivo envolvido, talvez valeria mais os investimentos na implantação do parque (BREJINHO, 2023).



Figura 37: Artes no Jardim Mandala - FAE.
Fonte: acervo pessoal, 2023.



Figura 38: Plaquinhas no Sistema Agroflorestal do Agroecologia no Brejinho.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Barbosa e Silva (2012, p.5-6), afirmam que a práxis artística das juventudes encontra-se nas ruas, em forma de provocação cotidiana e com a intenção de transformar a paisagem urbana, sendo produzida para manifestar indignação, ideias, protestos:

A práxis artística juvenil, ao contrário, encontra-se nas ruas. Intencionalmente se coloca como provocação cotidiana aos sentidos, ao olhar e aos ouvidos do cidadão comum. Há nessa proposta uma firme intenção em intervir na paisagem urbana. Em desnaturalizar o edificado e, promover o estranhamento, romper com a aceitação passiva da ordem estabelecida. A arte que se encontra inscrita nas praças, becos, vielas, casas noturnas, bares, túneis, muros e postes, é de natureza fugaz, profana, não se importando em ser profanada, em permanecer desprotegida, desabrigada, sujeita à ação de pessoas e ao tempo, porque deseja exprimir-se momentaneamente, manifestar inconformismo, engajamento e protesto.

Em vários muros de Belo Horizonte, encontra-se a frase “*Agroecologia é vida*” (Figura 39), assim como outras variações dessa mesma afirmação, como “*Agroecologia é vida, é diversidade, é tudo*”. Essas afirmações se propagaram pelo movimento agroecológico no Brasil, contradizendo o *slogan* “*Agro é pop, agro é tech, agro é tudo*”, da campanha publicitária da Rede Globo de Televisão que faz referência ao agronegócio no Brasil. A

afirmação agora pode ser vista em bairros de diversas regiões de Belo Horizonte e acaba por atrair olhares de quem conhece ou não o conceito.

A arte só como meio de trazer a presença através da imagem leva um sentimento para as pessoas, eu mesmo fiz uma imagem de uma criança no colo de uma mãe e dessa criança saia plantas, uma cachoeira, umas flores. Esse trabalho traz esse sentido de que a natureza é um renovo, é uma transformação, como uma criança é quando vem ao mundo. Ela pode ser uma transformação para o mundo. Então, foi um meio que eu trouxe para tentar transmitir essa mensagem, através de uma arte [...]. Fica a critério da visão de cada um, pode ser que seja um meio pedagógico, mas não quer dizer que seja diretamente, mas chama atenção de toda forma. [...] É uma ferramenta indireta (a imagem), porque vai depender da pessoa. Diferente de um rap, uma música, uma poesia, que já é uma mensagem direta, uma ideia direta, sobre aquilo que se está querendo dizer. Então, se eu falar sobre agroecologia, essa mensagem vai ser transmitida diretamente para quem ouve. A pessoa entendendo ou não, mas pelo menos ela ouviu sobre agroecologia. E aí, a ideia da pixação que o pessoal está escrevendo, eu acho que não é que tem pedagogia, no sentido de que ensina sobre, que fala sobre, mas só de ter aquela palavra repetida inúmeras vezes na cidade, vai gerando essa memória nas pessoas, e muita gente não sabe o que é agroecologia, nunca pesquisaram, nunca buscaram saber. Então, ter aquela palavra ali e a pessoa vendo todos os dias, ela vai absorvendo aquilo, vai fazendo parte da vida dela, acaba que vai ensinando ela algo, pode ser que em algum momento alguém vendo as escritas várias e várias vezes, chega e fala “O que é isso?”, pesquisa ali, busca saber e quando vê está interessada na coisa (CLAREIA, 2023).



Figura 39: Mosaico de imagens com frases “Agroecologia é vida” em muros de Belo Horizonte.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Citamos aqui, brevemente, algumas manifestações culturais e artísticas utilizadas por jovens que participam e promovem experiências agroecológicas na RMBH, mas existem muitas outras, tanto nessas iniciativas quanto no âmbito do movimento nacional. Esses recursos podem ser usados para comunicar ideias e valores, acolher e gerar laços, inspirar e estimular atividades, promover a compreensão e o diálogo, sensibilizar e repassar aprendizados. Além disso, muitas metodologias participativas que utilizam de comunicação, arte e cultura, fazem parte do movimento agroecológico como estratégias de estimular o ensino-aprendizagem, a sistematização de experiências e a construção do conhecimento agroecológico (BIAZOTI et al., 2017).

3.3 Outras economias, outros modos de vida

A geração de renda e a busca por outros modos de vida a partir da agroecologia e de relações econômicas populares e solidárias impulsionou a criação de grupos como o *Roots*

Ativa, Sítio Bonobas, A Horta da Cidade, Horta Cheiro Verde, Agroecologia na Periferia, Núcleo Lixo Zero e outros. É importante ressaltar que a possibilidade de outros modos de vida e o acesso a alimentos saudáveis também marcam as motivações de diversos outros coletivos mapeados aqui, independente da comercialização de produtos e/ou serviços.

Segundo Roberto Monte-Mór (2018), nas últimas décadas, outras economias, complementares à economia capitalista, estão surgindo e/ou se fortalecendo. Essas economias não estão vinculadas às tentativas de acumulação de riquezas, e sim à reprodução ampliada da vida e à capacidade de trabalho. Há um sentido colaborativo e coletivo, em contraposição à competição no capitalismo. Além de serem caracterizadas pela domesticidade, coletividade, autogestão e pela construção democrática (ibidem).

Nesse sentido, essas outras economias retornam às raízes, à oekonomia, ao nomos do *oikós*, à gestão da casa, do espaço de vida, afastando-se do que Aristóteles chamava crematística (formação dos preços no mercado) para habitar o cotidiano. O espaço de vida, ou o território, ganham novos significados, organizando sociedades, fortalecendo identidades e garantindo subsistência. O trabalho, assim, ganha também outro sentido, buscando a desalienação, a construção de coletividades dentro das diversidades de modos de articulação, situando-se no cerne das próprias organizações socioespaciais. E nesse contexto, novas relações com a natureza apenas começam a ser exploradas e redefinidas (MONTE-MÓR, 2018, p. 235).

Na atualidade, os jovens se veem à mercê de uma lógica de consumo e um avanço de perspectivas neoliberais, que têm precarizado cada vez mais as condições de trabalho, o que gera insegurança, instabilidade e vulnerabilidade na vida das juventudes.

O mundo do trabalho se revela a cada dia mais restritivo e mutante. A precarização das condições de trabalho, a flexibilização das garantias trabalhistas, o desemprego, a concentração fundiária, as rápidas mudanças tecnológicas e, ainda, as discriminações (ditadas pela idade, raça, etnia, gênero, local de moradia) são características objetivas que instalam entre os jovens de hoje o “medo de sobrar” (NOVAES, 2009, p.13).

Dessa forma, as pessoas são cada vez mais pressionados a uma “capitalização da vida individual”, ou seja, uma extensão dos valores de competição e mercado para a vida cotidiana, de forma que o indivíduo deve se tornar um *empreendedor de si mesmo* (DARDOT; LAVAL, 2016).

José Coraggio argumenta que o trabalho é um direito e um dever social, servindo “não apenas para viver mais, mas para viver bem”, além de ser a base da economia (CORAGGIO, 2011, p. 20). Nesse sentido, o trabalho pelo trabalho, ou, o trabalho pelo lucro, reprime e/ou invisibiliza outras formas de economia já existentes ou que poderiam vir a surgir.

Para Coraggio, é necessário reconhecer e dar condições para a reprodução de todas as formas de trabalho, produtivas e/ou reprodutivas.

Nesse sentido, pretendo trazer aqui os olhares das juventudes que estão buscando outras formas de se relacionar com a cidade, com a natureza e com a economia, se integrando a circuitos de economia popular e solidária, mas também procurando exercer outras atitudes em relação às pressões da lógica do capital, apontando para as suas vivências, assim como os principais desafios dessa prática.

Enquanto as juventudes rurais inseridas no contexto da agricultura familiar se vêem no dilema sobre continuar ou não no trabalho agrícola, para as juventudes urbanas trabalhar com agricultura parece, muitas vezes, uma realidade distante. Muitas vezes os jovens são desincentivados a seguir profissões que dependem de trabalho físico, pois são estigmatizadas, geralmente associadas à pobreza e à subsistência. Paralelamente, também carecem incentivos do poder público para que jovens, tanto do campo, quanto da cidade, se interessem e se dediquem às práticas agrícolas.

Nesse contexto, falta estabelecer condições melhores, como cursos e assistência técnica voltados para as juventudes, acesso à internet em áreas rurais e periferias, políticas públicas que facilitem o acesso a mercados, além do incentivo à produção de alimentos, algo necessário para reprodução da vida e que pode ser um poderoso aliado no combate à fome e na promoção de segurança alimentar e nutricional, entre outros.

A gente está aí com vários trabalhos fisicamente fáceis de fazer, porque você trabalhar na roça, trabalhar com essas coisas é um trabalho exaustivo. É um trabalho que cansa muito, que desgasta. Hoje em dia as pessoas até falam “Vai estudar para você não ter que segurar uma enxada”. Pouco sabem que você tem que estudar para segurar uma enxada! Mas essa sempre foi a ideia: tirar os filhos desse lugar de trabalho pesado. Trabalho pesado sempre foi visto como algo muito ruim. E muito pelo contrário, eu acho. Quando eu estou realmente nos movimentos e consigo ser linear nas atividades, quando não tenho muita interrupção de outros compromissos, é um momento que meu corpo fica super revigorado. [...] Se você tem conhecimento de como se segurar uma enxada de verdade, sua coluna não dói nada. Minha coluna não dói nada, porque eu seguro na enxada da forma correta. “Mas o serviço é pesado”, é, então vou tirar um dia de folga na minha semana, eu não preciso trabalhar igual todo mundo trabalha, sabe? Estando ali no computador, você trabalha todo dia de segunda a sábado, eu posso tirar um momento de descanso. Chega uma hora da tarde e o sol está queimando, eu vou descansar também. Mas eu acho que é muito esse lugar do pesado. Foi colocado isso na nossa cabeça desde pequenos “Estuda para você não ter que trabalhar braçalmente”, “Estuda porque isso aí não vai te dar retorno financeiro”. E realmente não dá esse retorno financeiro, demora a dar retorno financeiro. Se você não começa com capital, você precisa investir. E vai investindo, o trabalho é pesado, é isso que você não vê, esse retorno vindo rápido (BONOBAS, 2023).

No meio urbano, existe um distanciamento em relação às práticas agrícolas, não se sabe de onde vieram os alimentos comprados nos supermercados, perde-se cada vez mais os conhecimentos populares sobre as plantas alimentícias da região, vive-se em lugares cada vez mais limitadores para cultivo, a natureza acaba se tornando algo que se busca fora da cidade, para sair da sensação de correria, poluição e concreto. Há um processo de alienação territorial, em que a sociedade urbana desconhece suas paisagens operacionais, ou seja, “não só é alienada dos bens e serviços produzidos por sua própria força de trabalho, mas também em relação aos territórios na sustentação da vida cotidiana” (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019, p.307-308).

Entender o que motivou jovens urbanos a se tornarem agricultoras/es, produtoras/es, ou os/as provocou a trazer para o cotidiano as práticas de agricultura é uma chave interessante para explorar sobre como, enquanto sociedade urbana, é possível caminhar para a desalienação territorial na vida cotidiana e coletiva.

Em relação ao contato com as práticas agrícolas, a partir dos depoimentos das/os envolvidas/os nas experiências, percebe-se que existe uma primeira interação graças às/aos avós/avôs e outros familiares que produzem ou produziam alimentos para autoconsumo, comercialização ou apenas para cultivar plantas em casa, o que foi importante para a sensibilização, principalmente na infância. Porém, quando falamos sobre um envolvimento maior com a prática, geralmente essa aproximação se dá por outros meios, como o contato com grupos e iniciativas de agroecologia, agricultoras/es, contato com feiras, cursos e grupos de pesquisa, eventos e entre outros.

Não, eu não venho de família de agricultores. Minha mãe é chefe de setor em uma óptica, numa fábrica de óculos e meu pai é eletricitista. Mas eu cresci do lado de uma horta comunitária. Então do lado da minha casa tem uma horta que é classificada como a maior na América Latina em tamanho. E eu cresci do lado dessa horta. Então eu lembro que na minha infância eu ia na horta brincar, andar de bicicleta entre as ruas da horta. Na questão de alimentação, todo domingo eu ia na horta para comprar verduras frescas. Então, por mais que eu não tenha pai e mãe agricultores, não venho de família de agricultores familiares, a questão nutricional, da importância da alimentação, sempre esteve presente, porque eu tenho como referência essa horta comunitária que era do lado da minha casa. Então é marcante, cresci dentro de um território de agricultura familiar (GUAYI, 2023).

Minha família, por parte da minha mãe, o pessoal veio da roça, lá de Três Barras, perto de Conceição do Mato Dentro. Eu tinha uma conexão bem rasa mesmo. Ia na roça de vez em quando, só que não entendia nada, achava que o coité era do abacate. Minha família sempre teve dessas coisas de plantar, sempre teve os vasilhos em casa, mas não era tão afundo quanto a agroecologia. Chegando no Roots, na época eu trabalhava com a prefeitura, fazia estágio, mas não estava feliz com aquilo, sabia que aquilo não era para mim ainda (ROOTS, 2023).

Quem mora na zona rural já tem familiares, vó, tia, que já produz agroecologia, que já se envolve. E aqui quem mora na capital já não tem aquele incentivo, porque a mãe chega de noite, dorme, acorda no outro dia, vai trabalhar e chega de noite novamente. E às vezes a mãe até aprendeu a agroecologia quando era mais nova, só que não teve espaço para passar isso para seu filho. [...] A gente era de Justinópolis. A gente sempre morou em BH, mas minha mãe tem raízes em Paulista, interior de Minas. [...] Até por isso ela quis mudar pra cá, pelo espaço do quintal. Agora ela tem um pé de goiaba, acerola. Tem umas plantinhas plantadas no pneu, que é a reciclagem que a gente fez lá em casa. E cana, banana (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

Meus pais não eram agricultores, mas minha mãe sempre gostou muito de plantas, e conheci muitas agricultoras e agricultores nessa jornada que me influenciaram muito (BONOBAS, 2023).

Eu comecei a me inserir nesse meio da agroecologia a partir de um olhar sensível que eu fui tendo na minha infância, através da minha mãe, que gosta muito de ter plantas. Lá em casa tem muita planta, esse cuidado, essa atenção com as plantas sempre foi uma coisa admirável. E eu cresci circundado por plantas, plantas por toda minha casa e sempre observando minha mãe tendo os cuidados com as plantas dela, que são a maioria ornamentais, suculentas, esse tipo de planta mais de enfeite. E aí, em certo tempo, eu comecei a me inserir no Capão, em 2017, eu entrei no Núcleo Capão e a partir daí eu comecei a entender mais sobre natureza, a importância do cuidado com o meio ambiente, com as águas (CLAREIA, 2023).

O movimento agroecológico tem se mostrado um poderoso atrativo para esses jovens, pois oferece a possibilidade de poder estar em contato com saberes, práticas e movimentos que antes eram invisíveis, pois raramente são ensinados nas instituições de ensino. A agroecologia amplia horizontes, te faz enxergar e valorizar processos que estavam escondidos no cotidiano da vida. E, ainda, oferece uma outra forma de viver, de interagir e criar relações humanas e não-humanas em seu território.

Conhecendo o Roots, foi bem na época do projeto da gestão dos resíduos, eu tive a oportunidade de participar da formação. E fazendo a compostagem, fazendo a terra e depois a gente teve contato com as mudas. Eu lembro que me apaixonei pelas plantas medicinais. E a partir das feiras também, tendo contato com os feirantes, fui aprendendo muito com a galera. E depois fui participando das vivências da agroecologia, tudo o que tinha de agroecologia em ia, fui me apaixonando por esse mundo (ROOTS, 2023).

A motivação veio junto com a descoberta desse espaço. Como fui criada em centros urbanos nunca havia me questionado em ir para a zona rural trabalhar. Trabalhei na AFLORA muito tempo, também em viveiros e plantio de brotos de girassol. Lugares que me fizeram visualizar o plantar como algo possível, daí não precisou mais nada, descobri que amava plantar, juntamente com o aprofundamento sobre a agroecologia, descobri mais, que além de plantar, eu me motivo em alimentar as pessoas com alimentos de verdade (BONOBAS, 2023).

E acho que a coisa da agroecologia por si só, o discurso da agroecologia é muito interessante, ele é muito convidativo para a juventude, porque era uma atividade para sábado de manhã, tinha dia que a gente começava às 8 horas da manhã e a galera estava lá, porque a gente comia batata doce com café, porque a gente tomava banho de mangueira junto no final do dia, porque a gente tinha a possibilidade de conversas diversas, a gente tinha essa oportunidade tanto entre a juventude quanto

com outras galeras, com a população em situação de rua, que às vezes chegava e falava sobre uns saberes de planta, assim do nada, e a gente ficava “Nossa, é mesmo, essa pessoa também tem um saber, essa pessoa pode acessar essa planta”, então você sentia que também estava devolvendo alguma coisa para a cidade (HORTELÕES, 2023).

A desvalorização do trabalho agrícola também deixa de lado os benefícios trazidos pelo contato com a terra e com a natureza, o acesso a alimentos saudáveis e o trabalho coletivo. A produção de alimentos, mesmo que não voltada para comercialização, é uma forma de produzir economia e vida. O cultivo e a circulação de alimentos vão além da comercialização, passam pelo autoconsumo, pelas trocas, pelo compartilhamento.

Mas é legal, porque se você pensar que eu basicamente não compro comida, eu já tenho a minha comida. Isso já é algo que eu to ganhando, as pessoas não tem isso do valor das coisas, nesse peso. Não é porque o dinheiro não tá chegando na minha mãe, que eu não tô ganhando dinheiro ali, fazendo o dinheiro acontecer (BONOBAS, 2023).

Hoje, é perceptível o aumento do adoecimento mental das juventudes urbanas, inseridas em uma realidade de sociedade bastante individualista. A agroecologia tem se conectado cada vez mais com pautas contra-colonizadoras, buscando nos saberes tradicionais outras formas de se relacionar com o mundo. O contato com a natureza e as relações sociais criadas nos movimentos são de grande valor para as juventudes, pois através delas se pode aprender novos conhecimentos, estabelecer conexões de afeto e coletividade, trocas intergeracionais e ampliar sua visão de mundo.

Então, tenho 17 anos e cheguei para a agroecologia no ano de 2020. E eu cheguei de paraquedas, porque eu não conhecia nada dessa área. Foi através da minha mãe, ela viu que eu estava em um momento depressivo, passando dificuldade comigo mesma, não me aceitando, aí ela resolveu buscar ajuda. [...] Porque tem aquela coisa do governo, eles dão veneno para você se matar. Eles dão aqueles remédios de marca para você, porque ele sabe que você vai se viciar nisso, vai ficar naquela dependência e você vai gastar dinheiro com aquilo. Sendo que você pode plantar no quintal da sua casa, num vaso, e pode trazer o mesmo efeito ou até melhor. E a dependência vem da terra, se você cuida, você colhe (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

Então, essa coisa desse modelo societário que a gente vive, de apartamento, e no sentido de se apartar também, né? Se separar cada vez mais, cada um no seu mundinho, no seu individual, quando a gente traz esse sentido da coletividade, da partilha do alimento, da partilha dos sonhos, do trabalho coletivo, também é uma metodologia [...] (BREJINHO, 2023).

Recentemente, em espaços de periferia e territórios populares, a agroecologia e a agricultura urbana tem se articulado com movimentos que lutam por acesso à moradia, à

alimentação adequada e ao direito à cidade, se encontrando na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ainda, a produção de hortas, pomares e quintais, individuais ou coletivos, ajudam a legitimar a função social do espaço ocupado (SOUZA; MARTINS ALENCAR, 2021, p. 9).

Na Horta Comunitária da Ocupação Vitória, bairro Granja Werneck, território Izidora, região norte de Belo Horizonte, alguns jovens se aproximaram da experiência nos últimos anos. Esse movimento tem se mostrado potente na aproximação e formação de jovens do local, além de oferecer a possibilidade de ampliar a diversidade alimentar e contribuir para uma alimentação mais saudável e sem veneno, gerando autonomia para o território.

[A alimentação] vem daqui, de outros quintais também, do meu vizinho, da horta. Só o que não tem como mesmo, como o arroz que aqui não produz, o feijão, que tem mas não é aquela quantidade toda, aí é mais o comércio. Mas as verduras são todas daqui ou dos quintais ao redor. [...] É uma renda, é um tipo de renda. Você vai deixar de gastar 80 reais em produtos com agrotóxico para comer produtos de graça, que você mesmo produziu. Eu levava todo dia verdura para casa. Inclusive, teve um ano que a gente passou fome, escondido, minha mãe escondeu, aí eu levava verdura, verdura aqui da horta (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

Entretanto, a permanência dos jovens ainda é um enorme desafio nessa e em outras experiências. Muitas vezes, apesar da produção ser uma forma de conseguir alimentos saudáveis e, às vezes, existir a possibilidade de comercialização, nem sempre o retorno financeiro é o suficiente para garantir a manutenção da vida.

Porque um jovem foi atraindo o outro. Mas, como consequência da necessidade da capital, que é o dinheiro, acabaram se afastando, buscando outros meios de ganhar dinheiro, por necessidade (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

A realidade é que agricultoras/es urbanas/os realizam em seus territórios um trabalho social, muitas vezes, não remunerado. Levam segurança alimentar, saúde, coletividade e biodiversidade para suas comunidades, mas, na maioria das vezes, é um trabalho voluntário e quase não recebe investimento pelo poder público. Ao mesmo tempo, no âmbito da comercialização, precisam enfrentar um mercado competitivo, muitas vezes produzindo mercados alternativos, mas ainda sim é um enorme desafio.

Sem segurança financeira e com o alto custo de vida na cidade, é normal que zeladoras/es das agriculturas urbanas tenham que interromper os projetos, porque precisam trabalhar para ter remuneração, nesse sentido, há um grande risco de experiências sucumbirem.

Entre os sonhos e desafios mencionados pelas/os entrevistadas/os desta pesquisa, a remuneração e o aumento do retorno financeiro para participantes das experiências, além de investimentos do poder público, são alguns dos que mais aparecem:

Que possamos ter um corpo de pessoas remunerado, exercendo projetos e fazendo a mobilização de pessoas, que o Brejinho produza muito alimento, muita vida e muita cultura (BREJINHO, 2023).

Meu sonho é estruturar a roça de uma forma que eu consiga um retorno financeiro legal, para que a roça seja minha única renda. E com uma produção legal a ponto de conseguir um valor sempre mais acessível (BONOBAS, 2023).

Expectativa de mais investimento público, para criação de mais espaços produtivos e levando a agroecologia para escolas e leigos (ESCADÃO, 2023).

Recursos financeiros para ampliar projetos. Ampliar os espaços públicos produtivos nas escolas (PRODUZINDO FRUTOS, 2023).

Que os agricultores possam viver exclusivamente do trabalho de agricultura, hoje eles necessitam de fazer outros trabalhos para complementar a renda. [...] Garantir a remuneração de alguém na gestão, hoje essa função é remunerada por projetos externos (CSA ORA PRO NOBIS, 2023).

Ainda, o trabalho com a agroecologia redireciona o modo de pensar, ver e viver, em um movimento que também valoriza e estabelece condições de existência de outras culturas e modos de vida, como vimos no caso do Roots Ativa.

Porque quando a gente conhece a agroecologia, eu falo que ela passa a ser um estilo de vida. Não é só uma bandeira que é levantada ou um tipo de agricultura. Quando você entende mesmo o que é agroecologia, você vê que ela envolve todos os princípios da vida. Então, ela tem o poder de transformar mesmo, a forma como a gente pensa sobre política, sobre práticas diárias. Até mesmo coisas simples que as pessoas falam que vem de berço, como por exemplo o respeito aos mais velhos, a questão de você respeitar a ancestralidade, os conhecimentos tradicionais, a questão do feminismo, da importância das mulheres, a importância dos jovens (GUAYI, 2023).

A economia perpassa por variados *modos de vida*, portanto, sociedades diferentes produzem economias diversas. Talvez, ao iluminar essas outras economias que se formam e atravessam as relações humanas e não-humanas, possa-se romper com a ideia de um capitalismo insuperável e compreender como de fato os processos emancipatórios acontecem, buscando, assim, caminhos que realmente dialoguem com as realidades de diferentes grupos e comunidades.

3.4 Construção do conhecimento e processos formativos

O intercâmbio de conhecimentos é algo que está intrínseco às experiências de agroecologia, contemplando várias iniciativas produtivas mapeadas, como *Agroecologia no Brejinho*, *Roots Ativa*, *Minhas plantas Meu quintal*, *Núcleo Lixo Zero*, *Hortelões da Lagoinha*, *Horto do IGC*, entre outros. Ademais, existem alguns grupos que não são necessariamente de cultivo, cujos principais objetivos são articular, fomentar e fortalecer ações de agroecologia, assim como construir, intercambiar e divulgar conhecimentos agroecológicos, como é o caso, por exemplo, do *AUÊ*, *AgroÊ*, *Grupo Guayi*, *Jaca Verde Panc*, *NEA Mutiró*, e outros.

A agroecologia está fortemente alinhada à produção de conhecimentos científicos e populares, como visto no primeiro capítulo, sendo que a prática da troca de saberes marca o cotidiano de muitas das experiências, independente de sua finalidade. Conseqüentemente, discutiremos aqui, a partir das perspectivas das/os participantes das iniciativas, como essa prática aparece no interior dos grupos, como acontece e quais seus efeitos para as juventudes envolvidas. Além disso, falaremos também sobre os processos formativos de agroecologia, que antecedem ou estão presentes no cotidiano das experiências.

Em várias das iniciativas, percebe-se como a agroecologia tem sido utilizada como forma de iniciar debates sobre educação ambiental crítica, direito à cidade, biodiversidade, saberes tradicionais, gestão de resíduos, além da prática de plantio, cuidado com o solo, sistemas agroflorestais, entre outros temas.

Na Horta Comunitária da Ocupação Vitória, vemos um exemplo concreto de como a interação com processos agroecológicos pode ser um forte instrumento pedagógico e, ao mesmo tempo, incentivar que jovens se interessem em fazer da agroecologia um modo de vida e trabalho, além de passar adiante os conhecimentos aprendidos.

A horta aqui foi minha primeira sala de aula real e verdadeira. Foi aqui que eu aprendi muito mais coisa do que eu aprendi em uma escola normal, agora eu posso levar meu aprendizado para outros lugares também, tão longe assim (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

A ideia da horta agroecológica como instrumento de educação ambiental vem sendo debatida no campo agroecológico, principalmente em relação às crianças e, durante a pesquisa, me deparei com o uso dos espaços agroecológicos como uma “sala de aula” em algumas das experiências.

O Horto do IGC, por exemplo, tem acolhido visitas de campo com alunos de

disciplinas, alunos do ensino básico que vêm visitar a faculdade, rodas de conversas, oficinas, mutirões, reuniões, entre outras atividades educativas.

Tivemos algumas aulas de disciplinas da Geografia, que foram enriquecedoras para o espaço e para quem participou. Também temos os mutirões que sempre são casados com alguma prática com cunho pedagógico. E temos rodas de conversas com convidados, tratando dos mais diversos assuntos (HORTO, 2023).

No Agroecologia no Brejinho, ações semelhantes acontecem, a conexão com a universidade foi muito benéfica no sentido de fomentar trocar, trabalhos acadêmicos, visitas de campo, oficinas e formações, como vimos na caracterização da experiência.

Então, a gente vê que a juventude também teve esse papel do registro, da sistematização e de trazer o Brejinho como uma possibilidade mesmo de lugar, local de estudo mesmo, de prática, enfim, de estudo mesmo. [...] Então, eu acho que é isso, essa ponte com a universidade foi muito positiva, a possibilidade do Brejinho enquanto lugar de construção mesmo do conhecimento, né? (BREJINHO, 2023).

A necessidade de ocupar espaços para aplicar os conhecimentos na prática também apareceu como um fator motivador para as juventudes da universidade que participam das experiências, além da vontade de fazer um trabalho social, dar retorno para sociedade e estar em contato com a agroecologia e com a natureza.

Quando chegou com essa proposta para a galera das Ciências Socioambientais, foi super bem recebido, porque no ano anterior, em 2018, quando teve o ENECAMB, que foi o Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Ambientais e Socioambientais, foi lá na UFPE, em Pernambuco, em Recife. E lá eles têm um sistema agroflorestal, experimental, e a gente ficou muito inspirado no curso, a gente ficou querendo fazer logo, achar um espaço dentro da UFMG, para a gente poder trabalhar, colocar em prática, né, os aprendizados, os saberes, assim, sobre manejo de agrofloresta, de vários cursos que alguns de nós estavam fazendo (BREJINHO, 2023).

Acho que a galera jovem, principalmente que tá dentro da universidade, se você não está num curso que de fato te coloca em contato com uma coisa dinâmica assim, seja um trabalho de campo, se você não é da cidade também, porque a maioria dos jovens envolvidos eram de outras cidades, acho que você sente falta de algo que traz um sentido para a vida para além do estudo da universidade. Então, a galera da área da engenharia, por exemplo, eu na época tava estudando engenharia ambiental, mas tinha uns meninos da engenharia que comentavam de carecer um pouco desses espaços, de interação, de se juntar para conversar da vida, e também produzir alguma coisa junto, alguma coisa que eles se sentissem que estava de fato retornando para a sociedade, fazendo algum trabalho social (HORTELÕES, 2023).

A agroecologia enquanto campo científico adota um enfoque interdisciplinar, transdisciplinar e plural, ou seja, perpassa por diversas áreas do conhecimento e engloba

saberes científicos, tradicionais e populares. Na área da educação, a agroecologia vem sendo oferecida em cursos, assim como em escolas e no ensino superior na forma de disciplina. Cursos também aparecem em redes de ensino médio e superior, além de cursos técnicos e afins (Norder et al., 2016).

A agroecologia é tão ampla que não é só o pessoal de agronomia, engenharia de alimentos ou florestal ou o pessoal de biossistemas. A agroecologia é tão ampla que o grupo acabou integrando pessoas de todos os cursos (GUAYI, 2023).

Entre as juventudes entrevistadas, houve diversos relatos sobre cursos, grupos, oficinas, vivências e disciplinas de agroecologia dos quais participaram. Entre eles, o Trilhas da Agroecologia e o Promotores/as da Agroecologia e da Agricultura Urbana, ambos ofertados pela SUSAN/PBH, além de oficinas e cursos ofertados pela REDE.

O curso Trilha da Agroecologia é ofertado pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN), vinculado à SUSAN/PBH e ocorre semestralmente desde 2018 de forma gratuita, com o objetivo de formar agentes e multiplicadores da agroecologia. Essa formação, por exemplo, foi um fator fundamental na mobilização de jovens e outros participantes de experiências como o Agroecologia no Brejinho, Escadão Agroecológico e Hortelões da Lagoinha.

As experiências abordadas como projetos de extensão têm um impacto abrangente que vai além de sua abordagem inicial. Elas influenciam tanto o ensino quanto a pesquisa, permeando disciplinas com a riqueza de ações, debates e propostas desenvolvidas nas experiências (COSTA; MARTINS; ALENCAR, 2021). Os NEAs, presentes em várias universidades e outros grupos de pesquisa, ensino e extensão, têm promovido a articulação de estudantes e outros jovens em atividades de agroecologia, como o AUÊ com o Horto do IGC e o Agroecologia no Brejinho.

Ainda, membros do AgroÊ, grupo de agroecologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, ajudaram a fortalecer o Hortelões da Lagoinha. O Grupo Guayi, da Universidade Federal de São João Del Rei, campus Sete Lagoas, também mobilizou a universidade para a construção de um horto florestal. E o grupo Alter-Nativas de Produção, da Engenharia de Produção da UFMG, possui uma parceria e apoia o Núcleo Lixo Zero.

Tem um horto lá que só Deus sabe em que pé está, mas foi muito difícil conseguir uma área que não era usada dentro da universidade para fazer um horto florestal. Na luta a gente conseguiu uma área bem pequenininha, para usar o espaço do horto, além de fazer o plantio, fazer também as nossas pesquisas. Na luta também, eu lembro que a gente conseguiu uma estufa, que era onde a gente produzia as mudas

para colocar nesse horto (GUAYI, 2023).

A implementação dos NEAs possibilitou a aproximação de jovens do ensino superior das pautas e conhecimentos da agroecologia, dando protagonismo aos olhares das juventudes, assim como aos meios para viabilizar o engajamento de jovens em ensino, pesquisa e extensão em agroecologia, como Cardoso et al. (2018) retratam:

As bolsas concedidas (787 bolsas), em sua maior parte de iniciação científica e de extensão (especialmente no menor nível financeiro da modalidade extensão no país), permitiram o engajamento de muitos jovens nas ações dos Núcleos, pois promoveram as condições materiais necessárias para a atuação deles. Os Núcleos precisam continuar e avançar nos processos autogestionários que dão vez, voz e protagonismo aos jovens, pois são eles que dão vitalidade e criatividade aos Núcleos, dão rotina às ações e possuem capacidade de prover de maneira contínua e permanente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Núcleos. Para fortalecer as ações dos Núcleos deve se considerar, nas chamadas, a possibilidade de contratação, como bolsistas, de agentes mobilizadores das próprias comunidades e organizações sociais, envolvidas com os projetos (CARDOSO et al., 2018, p. 6).

Os NEAs permitem que as juventudes consigam se conectar mais profundamente com a agroecologia, a partir de um processo de formação, estudo e contato com os saberes agroecológicos, com os/as sujeitos/as nos territórios, com as redes e movimentos que pautam a temática.

O AUÊ ser um grupo da universidade contribui muito para a juventude chegar perto do debate da agricultura urbana e da pauta da agricultura urbana, porque muitos estudantes que estão na graduação se interessam muito por agroecologia. Eu por exemplo, quando eu penso na minha trajetória no AUÊ, eu comecei a cursar Ciências Socioambientais e entrei no AUÊ no segundo ano da graduação. Antes do AUÊ, eu gostava muito de agroecologia, porque eu acho que é um campo que conecta muito as pautas políticas da juventude, por mais que muitas vezes a juventude não esteja lá. A juventude pensa muito em política e pensa em transformação de mundo. Então quando eu entrei na Ciências Socioambientais, eu queria transformar o mundo de algum jeito (AUÊ, 2023).

Como já demonstrado durante a caracterização do Agroecologia no Brejinho, as bolsas de pesquisa e extensão têm sido essenciais para garantir pessoas jovens remuneradas que conseguem se dedicar por mais tempo na mobilização, organização e sistematização das atividades do grupo. Além disso, os grupos de agroecologia de instituições do ensino superior são essenciais para despertar o interesse e formar jovens que desejam trabalhar na área.

Foi a partir do Guayi que eu consegui estágio em lugares bacanas que eu pude fazer parte. Foi a partir do Guayí que eu consegui ser uma educadora ambiental em uma ONG em que eu trabalhei durante alguns anos. Foi também a partir do Guayi que hoje eu trabalho na Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, porque eu tenho certeza que sem essa experiência com agroecologia eu não conseguiria me

desenvolver como profissional. Então realmente mudou muita coisa, mudou tudo (GUAYI, 2023).

Disciplinas de agroecologia e agricultura urbana também são oferecidas por cursos da UFMG, como Geografia, Ciências Biológicas e Ciências Socioambientais. Tanto as aulas, quanto os grupos de agroecologia dentro das universidades, são fundamentais para visibilizar e construir conhecimentos do campo agroecológico. A agroecologia, principalmente em centros urbanos, ainda é muito desconhecida pelas juventudes, por isso esses espaços são muito importantes para colocá-las em contato com a temática.

Eu mesma conheci a agroecologia através do grupo. Eu sabia que existia essa agricultura que respeita a natureza, que respeita as pessoas, que respeita o tempo de cada coisa, que coloca o feminismo e os jovens como protagonistas... Mas eu não entendia que essa agricultura tinha ensino, pesquisa e extensão juntas. É isso que é agroecologia, essa prática com essas três linhas de execução trabalhando juntas. Então o grupo proporciona que novos alunos, como por exemplo os calouros, conheçam o que é a agroecologia. Então, sempre que tem aquelas recepções de calouros, o grupo Guai tem uma banca para convidar os novos alunos a conhecer o que é a agroecologia e essa prática. E isso é muito bom, porque um jovem, um aluno, principalmente na graduação, desenvolver a graduação ao mesmo tempo que desenvolve uma prática acompanhada pelo grupo de agroecologia faz com que ele abra um leque de conhecimento durante a graduação, ele não fica ali só envolvido com o que o professor passa nas disciplinas, questão de bibliografia que é dada pelo professor, ele vai mais além. Dentro de um grupo de estudos ele amplia a questão de pesquisa e de conhecimento. E em um grupo de agroecologia, por ser agroecológico, ele é muito amplo, é muito vasto. Então a gente conhece várias pessoas, vários territórios, experiências diferentes (GUAYI, 2023).

Ainda, uma das jovens entrevistadas estuda atualmente em uma Escola Família Agrícola (EFA). As EFAs são escolas voltadas para o ensino contextualizado no campo, trabalham com a pedagogia da alternância e atendem, principalmente, filhos/as de agricultores/as. Ela relata que tem aprendido muito e deseja passar seus conhecimentos para frente. Inclusive, mencionou que tentou levar projetos para dentro da comunidade, mas que não vingaram.

E hoje em dia eu estudo em uma Escola Família Agrícola, que formam técnicos em agropecuária em um estudo de alternância, 15 dias em casa e 15 dias da escola. E os 15 dias em casa também é aprendendo, fazendo pesquisa, mostrando o potencial do jovem, que ele tem direito de estudar e se dar aula, buscar pelo conhecimento, se ele tem vontade, ele vai. [...] E assim, eu queria passar para as outras pessoas, para os outros jovens principalmente, a gente vê que os jovens são os que mais precisam disso, porque além da gente estar se desenvolvendo, a gente tem que aprender a desenvolver o planeta, o mundo (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

Entretanto, não existe uma EFA em BH, de forma que a jovem precisa se deslocar para outra cidade para frequentar as aulas e voltar para casa no período de alternância. Isso implica

em um desafio financeiro, pois a passagem de ônibus é cara e ela não possui auxílio para o transporte, de forma que nem sempre consegue ir, ou precisa utilizar o dinheiro que seria utilizado para outras necessidades.

As dificuldades são a capital, o dinheiro para pagar passagem todo mês para ir para a escola, é uma dificuldade, porque a gente não tem "aquela condição", às vezes a gente tira de uma alimentação para ir para um lugar, para ir para a escola, que é um fundamento, mas essa é a maior dificuldade, é o transporte mesmo (OCUPAÇÃO VITÓRIA, 2023).

Este relato me levou à seguinte reflexão: *Se existe produção, circulação de alimentos e iniciativas agrícolas, agroflorestais e agroecológicas nas cidades, não seria importante fortalecer e investir na formação e profissionalização de jovens que garantam sua continuidade?*

Os cursos, oficinas e formações oferecidos por universidades, grupos de pesquisa, prefeitura, ONGs, movimentos sociais e outras instituições estão sendo muito importantes para trazer e formar juventudes dentro do campo e da prática agroecológica. Todavia, em áreas urbanas, raramente esses processos são voltados especificamente para juventudes ou, ao menos, garantem um número de vagas para essa categoria.

De acordo com Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB) da SUSAN/PBH, dentro de mais de 50 unidades produtivas cadastradas de Belo Horizonte, apenas 35 agricultores/as cadastrados estão na faixa entre 16 e 30 anos, em um universo de 382 agricultores/as cadastrados/as²².

É preciso urgentemente criar, fortalecer e direcionar processos formativos, técnicos, profissionalizantes, acadêmicos e pedagógicos em agroecologia voltados para as juventudes. Para garantir a continuidade e permanência dessas iniciativas nos territórios em longo prazo, devemos pensar desde já em como mobilizar jovens, formar profissionais, técnicos e ativistas, que possam fortalecer as lutas, as experiências e o movimento agroecológico como um todo, tanto na cidade, quanto no campo.

²² Este dado foi solicitado por e-mail à DFAB/SUSAN em julho de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar as relações entre sujeitos e espaços, de modo a compreender as diferentes práticas de agricultura e agroecologia que contam com a participação de jovens na RMBH, passando pelas transformações territoriais, sociais, culturais, ambientais e educacionais diretamente relacionadas a esses grupos.

O desenvolvimento se deu através de três etapas fundamentais: (I) base teórica conceitual; (II) caracterização e mapeamento das experiências na RMBH e (III) reflexões e diálogos resultantes do trabalho empírico. Isso permitiu atingir o objetivo primário, que consistia em identificar as relações entre sujeitos e espaços, compreendendo as diversas práticas de agricultura e agroecologia que envolvem a participação de jovens na RMBH e suas implicações territoriais, sociais, culturais, ambientais e educacionais.

A partir da revisão teórica, constatou-se que a RMBH e seu entorno abrigam um conjunto vasto e diversificado de experiências agrícolas, que proporcionam uma nova perspectiva sobre o uso do solo urbano e metropolitano, as relações entre natureza e cidade, e a ocupação de espaços públicos e privados (ALMEIDA, 2016). O mapeamento revelou uma série de iniciativas lideradas e integradas por jovens, cada uma delas distinta em suas intenções, funções, resultados e narrativas.

A abordagem da Ecologia Política Urbana detalhada na primeira parte do trabalho serviu de base para análises e reflexões seguintes, as quais reconhecem que os processos de urbanização transformam as relações socioambientais e econômicas em todo o espaço social. Ao mesmo tempo, o urbano é concebido como um espaço socialmente construído, permeado por disputas, conflitos, resistências e negociações. Ademais, percebeu-se que os espaços de diferença também emergem no interior do urbano, configurando-se como locais importantes de experimentação de novos modelos urbanos possíveis, resistentes à lógica homogeneizadora urbano-industrial-capitalista.

Como um obstáculo natural e já esperado, lidamos com a escassez de bibliografia sobre o tema, decorrente da falta de aprofundamento teórico na temática das juventudes e sua conexão com práticas agroecológicas, especialmente no contexto urbano. Para suprir essa lacuna, recorreu-se aos estudos relacionados às juventudes rurais, compreendendo que somar a perspectiva das juventudes metropolitanas envolvidas com práticas agrícolas e o movimento agroecológico é essencial para avançar na discussão e na luta pela agroecologia enquanto projeto de sociedade.

Apesar dos estudos ainda incipientes, é inegável reconhecer o crescimento e a importância do tema. A relevância da agricultura urbana na reflexão sobre sistemas alimentares, produção do espaço urbano, natureza e qualidade de vida nas cidades tem se destacado cada vez mais no campo acadêmico e no movimento agroecológico. O reconhecimento e a sistematização dessas produções agrícolas dentro das áreas urbanas têm sido cruciais para desmistificar a ideia da cidade como mera consumidora de recursos e agente da degradação ambiental, tornando visível a reprodução de práticas de cunho social e ambiental em prol de uma urbe mais saudável e sustentável (COUTINHO; COSTA, 2011).

Uma análise coerente com a realidade do urbano contemporâneo demandou tensionar as compreensões dicotômicas das relações entre urbano-cidade, urbano-rural e urbano-natureza, considerando as experiências agrícolas urbanas como respostas sociopolíticas que contribuem para a formação e transformação do espaço.

Destacou-se, ainda, o potencial transformador e criativo das experiências agroecológicas, que rompem com as lógicas dominantes ao buscarem outras formas de relacionamento com o mundo, estabelecendo-se como espaços de diferença.

Nesse sentido, as juventudes têm desempenhado um papel relevante na agroecologia, engajando-se em movimentos e articulações sociais contra hegemônicos. Seu envolvimento em espaços de articulação nacional potencializa diversas pautas contemporâneas, tais como direito à terra, à cidade, à educação contextualizada para o campo, políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia, igualdade racial e de gênero, entre outras. Apesar disso, ainda que no movimento agroecológico a pauta das juventudes esteja ganhando cada vez mais força, principalmente, devido à questão da sucessão rural e à mobilização dos jovens do campo, a pauta das juventudes urbanas agricultoras ainda é pouquíssimo discutida.

Em paralelo, apesar de haver uma trajetória de movimentos e articulação de juventudes engajadas nas regiões urbanas e metropolitanas (Fórum das Juventudes, Levante Popular da Juventude, entre outros), a agroecologia é ainda muito pouco pautada, havendo baixa articulação entre esses movimentos e as experiências de agricultura e agroecologia.

Dessa forma, levanta-se a hipótese que essa desarticulação é algo que fragiliza a auto-organização e identificação dos grupos pesquisados enquanto um movimento de juventudes²³.

Após mapear, caracterizar e dialogar com as juventudes envolvidas nas experiências

²³ Essa discussão tem sido trabalhada dentro do grupo AUÊ em relação às agriculturas urbanas, que passam por um processo semelhante no desafio de articulação, tanto entre si, quanto no diálogo com redes e articulações de mulheres no espaço urbano.

de agricultura e agroecologia da RMBH, as potencialidades importantes dessa conexão ficam evidentes. Essas potencialidades incluem a apropriação e transformação de espaços públicos em prol da biodiversidade, da cultura e da coletividade, além de novas formas de circulação de produtos e serviços que se afastam do modelo mercantil capitalista. Também ressaltou-se a importância da arte, da cultura e da comunicação como expressões criativas de sensibilização e mobilização para a agroecologia.

Contudo, o trabalho revelou desafios, como a necessidade de mobilização de mais jovens para fortalecer as experiências, a carência de políticas públicas específicas para sua continuidade, a falta de formação em agroecologia voltada para as juventudes urbanas e a necessidade de maior articulação entre coletivos.

Assim, conclui-se que o reconhecimento e o fortalecimento das juventudes metropolitanas em experiências agroecológicas são fundamentais para a agroecologia enquanto um projeto de sociedade. É preciso estabelecer novas relações socioespaciais que promovam a sociobiodiversidade, a justiça socioambiental e a diversidade cultural.

A discussão sobre as juventudes nas práticas agrícolas e agroecológicas deve se estender para diferentes contextos, pois como avaliado aqui, espaços de resistência à lógica urbano-capitalista e de defesa de territórios estão surgindo, se fortalecendo e se conectando na sociedade como todo.

O engajamento das juventudes é essencial para a renovação e fortalecimento dos movimentos e para a construção de um futuro urbano mais sustentável e justo. A luta das juventudes da cidade, do campo, das águas e das florestas é uma luta comum, e é necessário visibilizar e fortalecer os processos presentes no espaço da diferença, ampliando a representatividade e a diversidade nos espaços de articulação.

REFERÊNCIAS

- ABA-Agroecologia. Associação Brasileira de Agroecologia. **Aspectos conceituais sobre agroecologia**. X Congresso Brasileiro de Agroecologia. Brasília, 2017a.
- ABA-Agroecologia. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico** / André Biazoti, Natália Almeida, Patrícia Tavares (organização) – 1. Ed. – Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017b.
- ABA-Agroecologia. Carta das Juventudes. **Cadernos de Agroecologia** v. 15, nº 2. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão (Sergipe), 2020.
- ALENCAR, Victor. **Semeando e cultivando a agroecologia na metrópole de Belo Horizonte: agriculturas do Baixo Onça**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- ALMEIDA, Daniela. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- ALMEIDA, Daniela; BIAZOTI, André. **Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! 2017**. Anais do VI Congresso Latino-Americano, X Congresso Brasileiro, V Seminário do DF e entorno de Agroecologia. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2017a.
- ALMEIDA, Daniela; BIAZOTI, André. Agroecologia urbana: para a cidade, na cidade, da cidade. **Revista de Agricultura Urbana** nº 33, 2017b, pp. 21-23. Disponível: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau33_completo.pdf. Acesso em 5 de agosto de 2023.
- ALMEIDA, Daniela; MARQUES, Luisa; ALENCAR, Victor; FERREIRA, Camila; ARAÚJO, Melissa; NARDINI, Patrícia; ORNELAS, Gabriel; COSTA, Heloisa; MACHADO, Rodrigo. Um diálogo entre agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, 2018.
- ALVES, Maria; OLIVEIRA, Ígor. “Juventudes e território: o campo e a cidade” *In*: CORREIA, Lycinia; ALVES, Maria; MAIA, Carla. **Cadernos Temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ANGELO, Hillary. WACHSMUTH, David. Urbanizing Urban Political Ecology: A Critique of Methodological Cityism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 39, pp 16-27, 2014.

BARBOSA, Andréa; SILVA, José Carlos. Juventude e práticas artísticas e culturais nas metrópoles, **Cadernos de Arte e Antropologia** v. 1, nº 2, 2012, pp. 11-38. Disponível: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/611>. Acesso em 3 de agosto de 2023.

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean. Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil. 2013.**

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Disponível: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2022.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? **City**, 19 (2-3), pp. 151-182, 2015.

CARDOSO, Ana Claudia. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **Thésis**, v. 6, n. 11, pp. 36-53, 2021.

CARDOSO, Irene Maria. Prefácio Edição Especial. Núcleos de agroecologia: tecendo redes de solidariedade, diversidade e resistência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, nº 1, 2018. Disponível: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22643>. Acesso em 5 de julho de 2022.

CASTRO, Elisa. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CASTRO, Elisa; FERREIRA, Ana; SERRADOURADA, Renata; CARVALHO, Euzamara. Juventude e agroecologia : a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. *In* SAMBUICHI, Regina; MOURA, Iracema; MATTOS, Luciano; ÁVILA, Mário; SPÍNOLA, Paulo; SILVA, Ana Paula (Orgs.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017.

CASTRO, Elisa; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé; RODRIGUES, Maria; CARVALHO, Joyce. **Os jovens estão indo embora? - Juventude rural e a construção de**

um ator político. Rio de Janeiro: Mauad/ EDUR, 2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf

CORAGGIO, José. **Economía social y solidária: el trabajo antes que el capital.** Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

COSTA, Geraldo; SANTOS, COSTA, Reinaldo; COSTA, Heloisa. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Revista Geografias**, v. 9, n. 2, pp. 104-120, 2013.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista; SOUZA, Monique Souza; MÜLLER JÚNIOR, Vilmar; COMIN, Jucinei José; LOVATO, Paulo Emílio. Agroecologia no Brasil - 1970 a 2015. **Revista Agroecología**, Murcia, v. 10, n. 2, p. 63-76, 2015.

COSTA, Thiago. **Deambulações pelo aglomerado da Serra: lentidão, corporeidade(s) e obliteração em favelas de Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

COSTA, Heloisa; MARTINS, Ghiulia; ALENCAR, Victor. Quando campos disciplinares se encontram: uma aproximação entre direito à cidade e direito à alimentação *In* D'Ottaviano, Camila; Medeiros, Sara (Orgs.) **Planejamento urbano e regional - Ensino, pesquisa e extensão.** Brasil: ANPUR, 2021.

COUTINHO, Maura; COSTA, Heloisa. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, vol. 7, nº 2, pp. 81-97, 2011.

CURAN, Roberta; MARQUES, Paulo. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209–224, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. Trad. Naira Pinheiro dos Santos. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 27, n. 1, pp. 261-273, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo - Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Boitempo: São Paulo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, Paola. **Sob a “lente do espaço vivido”**: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-A5AH8K>. Acesso em 24 de maio de 2023.

DYCK, Barbara; MAUGHAN, Noémie; VANKEERBERGHEN, Audrey; VISSER, Marjolein. Por que precisamos da agroecologia urbana? **Revista de Agricultura Urbana** n° 33, 2017, pp. 6-9. Disponível: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau33_completo.pdf. Acesso em 5 de agosto de 2023.

GEBER, Saulo; FARIA, Ivan; MARTINS, Francisco; NOGUEIRA, Paulo; D’AGOSTINI, Priscilla; SILVA, Rômulo; SANTOS, Warley. “Formação de agentes de projetos sociais” *In* DAYRELL, Juarez (Org.) **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017a.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades** n. 14, 2017b. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/9574/7482>. Acesso em 8 de maio de 2022.

HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. “Urban political ecology: politicizing the production of urban natures” *In*: HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik (Orgs.) **The nature of cities: urban political ecology and the politics of urban metabolism**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

HOU, J; JUHNSON, JM; Lawson, LJ. **Greening Cities, Growing Communities: Learning from Seattle’s Urban Community Gardens**. Seattle, WA: University of Washington Press (2009).

HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **CADERNO CRH**, v. 23, n. 60, pp. 541-558, Set./Dez. Salvador, 2010.

KEIL, Roger. Urban Political Ecology, **Urban Geography**, 24:8, 723-738, 2003.

LASCHEFSKI, Klemens. Conflicting urban and rural territorial livelihood metabolisms: The “explosion” of the “sustainable” urban-industrial pulp complex in Bahia – Brazil. **Sustainable Cities and Society** v. 45, pp. 159–171, 2019.

LASCHEFSKI, Klemens – Da delimitação territorial do “rural” a um método de localização de grupos alvo do PNSR no campo. Em: Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: aspectos conceituais da ruralidade no Brasil e interfaces com o saneamento básico** / Fundação Nacional de Saúde. – 1. ed. – Brasília : Funasa, 2021. p. 23-77. 127 p. : il. – (Série Subsídios ao Programa Nacional de Saneamento Rural ; v. 1). 2021.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a “questão territorial” e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 278-322, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Manifesto diferencialista**. México: Siglo Veintiuno, 1972 [Originalmente publicado em 1970].

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Trad. Donald Nicholson-Smith. Cambridge: Blackwell, 1991 [Originalmente publicado em 1974].

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [Originalmente publicado em 1972].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006 [Originalmente publicado em 1968].

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: Space, time and everyday life**. Bloomsbury Academic, 2013a [Originalmente publicado em 1992].

LOPES, Rodrigo. **Sociologia da juventude – O que é? Resumo, papel e exemplos**. Gestão Educacional. 9 de maio de 2019. Disponível: <https://www.gestaoeducacional.com.br/sociologia-da-juventude-o-que-e/>. Acesso em 7 de maio de 2022.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de

Ciências Humanas e Sociais, 2007.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996. pp. 13-30. Disponível: https://perio.unlp.edu.ar/teorias/index_archivos/margulis_la_juventud.pdf. Acesso em 7 de maio de 2022.

MARTINS, Ghiulia. **Horizontes para a agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: a construção do Sistema Participativo de Garantia**. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

MARTINS, Ghiulia. Juventudes Metropolitanas - Cultivando espaços de Agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. v. **Cadernos de Agroecologia**. 17 n. 1 (2022): Anais do Ciclo de Debates Esperançar Juventudes - Experiências agroecológicas de jovens do campo, das florestas, das águas e das cidades. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6940>. Acesso em: 7. jul. 2022.

MELO, Janaina. **Jovens a partir dos 15 anos lideram êxodo rural na última década, em Ijuí**. **Rádio** Progresso de Injuí. 30 de março de 2023. Disponível: <https://radioprogresso.com.br/jovens-a-partir-dos-15-anos-lideram-exodo-rural-na-ultima-decada-em-ijui/>

MENA, Fernando. Violencia urbana: un asunto de ciudad. **Revista Eure**, v. 34, n° 103, pp. 111-130, 2008. Disponível: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612008000300006&script=sci_arttext#back. Acesso em: 6. jul. 2022.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um olhar ambiental. In: Santos, M. et al. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Castriota, L.B. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 260 -

271, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto. **A relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo**. Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto. **O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo**. Texto para Discussão N° 281, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 14, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto. Utopias Urbanas e Outras Economias *In* ANDRADE, Mônica; ALBUQUERQUE, Eduardo (Orgs) **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões** – Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018. Disponível em: <https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/06/Alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes.pdf>. Acesso em: 6 de julho de 2022.

MOUGEOT, L (ed.). **Agropolis: The Social, Political and Environmental Dimensions of Urban Agriculture**. London: Earthscan (2005).

NAVASCUÉS, Rubén. L'ecologia política urbana: vint anys de crítica, autocrítica i expansió de fronteres en l'estudi del metabolisme urbà. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, [enlínia], 2017, Vol. 63, Núm. 1, p. 173-04.

NORDAHL, D. **Public Produce: The New Urban Agriculture**. Washington, DC: Island Press (2009).

NORDER, Luiz; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, pp. 1-20, jul/set 2016.

NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos - Juventude, juventudes: Juventud como objeto, jóvenes como sujetos. **Revista de Ciencias Sociales**, ano XXII, n° 25, 2009.

ORNELAS, Gabriel. **Agroecologia e política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

PEREIRA, Leonardo. **População abaixo da projeção e êxodo rural: os primeiros destaques do Censo**. Folha do Mate. 10 de dezembro de 2022. Disponível:

<https://folhadomate.com/livre/populacao-abaixo-da-projecao-e-exodo-rural-os-primeiros-destaques-do-censo/>. Acesso em 5 de agosto de 2023.

PEREIRA, Livia; MARTINS, Ghiulia. Agroecologizando o Brejinho: ressignificando a luta pelo verde e pelas águas a partir da força das Juventudes e das Mulheres. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, nº 1, 2022 (Seção de anais do ciclo de debates Esperançar Juventudes - Experiências agroecológicas de jovens do campo, das florestas, das águas e das cidades). Disponível: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6939>. Acesso em 6 de agosto de 2022.

PIMENTEL, Tairine. **Estatuto da Juventude: um caminho de lutas** *In* Estatuto da Juventude: uma análise sobre os direitos. Publicação do FOJUPE – Fórum das Juventudes de Pernambuco - Recife, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDWOOD, M. **Agriculture in Urban Planning: Generating Livelihoods and Food Security**. London: Earthscan (2008).

RICCI, Larissa; GALVANI, Nathalia. Setembro: **Em 10 dias, Grande BH registra 112 incêndios. Estado de Minas**. 11 de setembro de 2021. Disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/09/11/interna_gerais,1304633/setembro-em-10-dias-grande-bh-registra-112-incendios.shtml#:~:text=O%20certo%2C%20%C3%A9%20que%20j%C3%A1,at%C3%A9%20agora%20foi%20de%2051%25. Acesso em 6 de agosto de 2023.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: IPES, REDE: 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC. Paisagem e espaço, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território *In* SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.), **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Território e sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban agriculture: food jobs and sustainable cities**. United Nations Development Programme, 2001 [originalmente publicado em 1996]. Disponível: <http://www.jacsmit.com/book/Chap02.pdf>. Acesso em 6 de agosto de 2023.

SOUZA, Yago; MARTINS, Ghiulia; ALENCAR, Victor. **Agricultura urbana em Belo Horizonte: conexões entre direito à cidade e o direito à alimentação**. Anais do XIV ENANPEGE. Realize Editora: Campina Grande (Paraíba), 2021. Disponível: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78399>. Acesso em 5 de julho de 2022.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue” *In* ACSELRAD, Henri (Org.) **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

TIRA O PÉ DA MINHA SERRA. Website. Disponível: <https://www.tiraopedaminhaserra.org/#block-39233>. Acesso em 5 de agosto de 2023.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, 2014.

TZANINIS, Yannis; MANDLER, Tait; KAIKA, Maria; KEIL, Roger. Moving urban political ecology beyond the ‘urbanization of nature’. **Progress in human geography**, v. 45, n. 2, pp. 229-252, 2021.

UFMG. **Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano**. Plano Metropolitano. Macrozoneamento RMBH (Produto 02). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

VEENHUIZEN, René van. “Introduction: Cities Farming for the Future” *In* VEENHUIZEN, René (Org.) **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. RUAF Foundation/IDRC/IIRR: Silang (Filipinas), 2006. Disponível em:

https://ruaf.org/assets/2019/11/Cities-Farming-for-the-Future_compressed.pdf

VILLAGRÁN, Paula. Patriarcado y orden urbano. Nuevas y viejas formas de dominación de género en la ciudad. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 19, n. 42. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2014.

WEITZMAN, Rodica. **Educação popular em segurança alimentar e nutricional**: uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÉ Thierry; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, nº 4, pp. 503-515, 2009.

APÊNDICE - Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

Este termo de consentimento de uso de imagem e informações se refere à pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela pesquisadora Ghiulia Cabral Martins, entre os anos de 2021 e 2023.

O uso de imagem e/ou depoimento e/ou dados biográficos em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação serão utilizados apenas para fins de divulgação do trabalho. Os dados fornecidos não serão utilizados em hipótese alguma para fins comerciais, utilizando-os apenas para fins de divulgação de pesquisa.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e sem limite de tempo ou número de utilizações.

Gerenciamento dos dados:

A entrevista poderá ser gravada e uma transcrição ser produzida para fins de análise. O acesso aos dados de áudio e a transcrição é limitado ao pesquisador, assim como o controle do uso acadêmico vinculado. Se optar por participar anonimamente, todos os registros da sua participação serão confidenciais.

Qualquer variação nas condições acima só ocorrerá com sua aprovação.

Consentimento para entrevista, citação e uso de imagem:

Todos ou parte dos dados da entrevista podem ser usados nos seguintes produtos da pesquisa:

- Na dissertação de mestrado, artigos e outras publicações acadêmicas;
- Em apresentações em eventos acadêmicos (como conferências, seminários e congressos).

Por favor, marque o seu acordo sobre as opções abaixo:

Concordo com que a entrevista seja gravada em áudio	<input type="checkbox"/>
Desejo receber uma cópia da transcrição da entrevista, caso ela seja transcrita	<input type="checkbox"/>
Eu concordo em ser anonimamente citado nos produtos da pesquisa, com identificação apenas do vínculo a instituições, grupos, coletivos e outras organizações.	<input type="checkbox"/>
Eu concordo em ser citado nos produtos da pesquisa, com identificação apenas do vínculo a instituições, grupos, coletivos e outras organizações.	<input type="checkbox"/>
Desejo aprovar previamente os fragmentos usados para citação	<input type="checkbox"/>

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Nome e assinatura da/o entrevistada/o:

Documento (CPF ou identidade): _____

_____, dia ____ de _____ de _____.

Informações de contato:

Se tiver outras dúvidas ou preocupações sobre a pesquisa, entrar em contato:

Ghiulia Cabral Martins

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais

Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte/MG

Contatos: ghiuliacabral@gmail.com / 31 971364389